



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CAMILA CHAVES FERREIRA

VOZES DA TERRA:
o diálogo como tática para a construção de relações em rede

Fortaleza
2013

CAMILA CHAVES FERREIRA

VOZES DA TERRA:

o diálogo como tática para a construção de relações em rede

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

Fortaleza

2013

CAMILA CHAVES FERREIRA

VOZES DA TERRA:

o diálogo como tática para a construção de relações em rede

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Raquel Dias Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, por todo amor a mim dedicado e a todos os homens e mulheres que, também por amor, dedicam suas vidas à construção de um mundo novo.

AGRADECIMENTOS

À mamãe e papai, por toda saudade sentida pela partida de casa, pelo amor, carinho e atenção que me têm dado e por toda sua simplicidade.

À minha irmã e aos meus familiares, pelas palavras de apoio e, sobretudo por transformarem em alegrias todos os nossos conflitos e diferenças.

Aos camaradas do meu partido, PSTU, pelas conversas e principalmente pela prática cotidiana que me aclara a vista, acalenta a alma e me fortalece.

Ao padre Dário Bossi, articulador da Rede Justiça nos Trilhos, por toda atenção e articulação feita para que esta pesquisa fosse realizada.

À Divina Lopes e ao seu Antônio Bernardino, por terem atualizado em mim a importância do MST como movimento social.

Aos moradores do acampamento João do Vale, em especial, dona Maria Preta, pela acolhida durante os dias de vivência.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, pelos debates e leituras que contribuíram às reflexões.

À professora e orientadora Márcia Vidal, pela confiança e liberdade conferidas durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos estudantes da turma de 2011 do Mestrado em Comunicação da UFC, pelas reflexões, angústias e potências compartilhadas.

Às amigas e amigos que ficaram em São Luís; aos que ganharam outras cidades do país; e aos que encontrei na cidade de Fortaleza.

À Joana Vidal por ter me apontado a vida em Fortaleza, e a Fernanda dos Reis e Emerson Cunha por terem partilhado comigo essa vida.

À Natália Guerra, por toda atenção, apoio e companheirismo, no sentido mais pleno que esta palavra possa comportar.

À Natália Moura, pelas alegrias compartilhadas, por sua sensibilidade e pela edição de algumas fotografias feitas durante a vivência em Açailândia.

À Izadora Colaço e Renata Mesquita, pelo carinho, pela companhia e por toda disposição em colaborar nos minutos finais de encerramento deste trabalho.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pela bolsa concedida durante o período do mestrado.

E a todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta elaboração que é parte de um processo.

*“A vida é dialógica por natureza. Viver
significa participar do diálogo.”*

(Mikhail Bakhtin)

RESUMO

As constantes disputas pelo fazer-se ver, atreladas às dinâmicas econômicas, sociais e políticas por que passam as sociedades, têm apresentado aos movimentos sociais a necessidade de repensar práticas diante da tarefa de mobilizar. Em tempos de ações que se dão de modo articulado em rede, a comunicação é em potencial uma chave para o entendimento de problemas relativos à visibilidade e representação, bem como à capacidade ou não de dialogar diante das diferenças. Assim, esta pesquisa é o produto de um processo de investigação que se propôs a compreender em que medida o diálogo figura como tática para a construção de relações entre os movimentos sociais articulados em rede, mais especificamente entre o MST e outros sujeitos integrantes da Rede Justiça nos Trilhos. Lançada como campanha internacional, a rede é uma articulação de movimentos sociais, associações e cidadãos que visa cobrar da Vale uma justa compensação pelos danos causados ao meio ambiente e às populações que vivem nas áreas atravessadas pela Estrada de Ferro dos Carajás. Dentre os municípios dos estados do Pará e Maranhão atravessados pela ferrovia, está Açailândia, tido pela articulação como emblemático devido à profunda degradação e aos problemas enfrentados por suas comunidades. Fazendo-se uso da cartografia como método de pesquisa-intervenção, esse município é o espaço de realização de duas experiências de campo que culminarão nas reflexões sobre três importantes categorias teóricas de análise: o *espaço*, o *dialogismo* e a *rede*.

Palavras-chave: Espaço. Dialogismo. Rede.

ABSTRACT

The constants struggles to be seen, associated to economic, social and political dynamics, have shown to social movements the need to rethink practices face the task of mobilizing. In times of actions that occur in an articulated network, communication may be a key to the understanding of issues related to visibility and representation, and related to ability to dialogue or not on the differences. Therefore, this research is the product of an investigation that purports to understand how far dialogue appears as tactic to build relationships between social movements that are articulated in a network, more specifically between Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organization and other members of Rede Justiça nos Trilhos articulation. Launched as international campaign, this network is a articulation of social movements, associations and citizens that aims to charge from Vale a fair compensation for the damages caused to the environment and to populations living in areas traversed by Estrada de Ferro dos Carajás. Among the municipalities in the states of Pará and Maranhão crossed by railroad is Açailândia, is taken by the articulation as an emblematic due to deep degradation and the problems faced by their communities. Making use of cartography as a method of intervention research, in Açailândia were conducted two field experiments that will culminate in reflections on three major theoretical categories of analysis: space, dialogism and network.

Key-words: Space. Dialogism. Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fotografia 1 – O trem que passa
- Fotografia 2 – O tempo lento dos que sonham
- Fotografia 3 – Há mulheres que lutam por terra
- Fotografia 4 – A água em escassez
- Fotografia 5 – Entre as crianças também há esperas
- Fotografia 6 – Em meio a um deserto verde
- Fotografia 7 – Leitura do informativo distribuído pelo MST
- Fotografia 8 – No entorno dos trilhos
- Fotografia 9 – O ônibus que leva ao João do Vale
- Fotografia 10 – Trabalhadores do campo e da cidade
- Fotografia 11 – Conversa após mobilização
- Fotografia 12 – O que é socialismo?
- Fotografia 13 – Das histórias que a gente carrega
- Fotografia 14 – Uma volta de bicicleta
- Fotografia 15 – Mais vale a TV em que a gente se vê
- Fotografia 16 – Lá fora do trem
- Fotografia 17 – O trem se move pelo cansaço do trabalho
- Fotografia 18 – A vida que resiste à combustão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POR ONDE PASSA O TREM	13
2.1 Do espaço como objeto e palco de tantas disputas	14
2.2 Das diferentes concepções e usos do tempo	23
2.3 Da técnica como banalidade à técnica como política	35
3 AS VOZES DA TERRA	44
3.1 O dialogismo e a polifonia em Bakhtin	45
3.2 As primeiras vozes	53
4 A CARTOGRAFIA E A BUSCA DO NÃO DITO	64
5 NO EMBALO DA REDE	87
5.1 Nós da rede	88
5.2 A tríade bakhtiniana e o dialogismo em rede	94
5.3 Comunicação, diálogo e a luta pelo comum	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

*Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.*

Carlos Drummond de Andrade

O trem maior do mundo sai do Pará, do Distrito do Carajás, passa de um estado para outro e vai subindo, bem pesado, até chegar ao porto da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. São quatro locomotivas, ora arrastando, ora empurrando, 330 bem pesados vagões. Combustíveis, minério de ferro, cobre, gusa, carvão e manganês são algumas das riquezas que carrega o trem que atravessa uma paisagem de muitos contrastes. Há desigualdades, há desmatamento, há exploração, mas há também resistências e muitos processos de mobilização.

Entre tais processos, estão aqueles impulsionados pela Rede Justiça nos Trilhos, articulação de movimentos sociais, associações e cidadãos, lançada em 2007 como campanha internacional, com intuito de cobrar da Vale uma justa compensação pelos danos causados ao meio ambiente e às populações que vivem nas áreas atravessadas pela ferrovia dos Carajás. Ao longo da estrada, há 25 municípios, dentre os quais Açailândia, tido pela articulação como emblemático.

No município que enfrenta uma profunda degradação e diversos problemas decorrentes dos processos de siderurgia e mineração, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) integra a articulação e também por meio dela trava uma luta pela reforma agrária que não diz tanto respeito à distribuição de terras, mas, sim, às condições de permanência e vivência nos espaços já ocupados. São muitos os problemas enfrentados pelas famílias de assentados ou acampados em decorrência do processo de exploração por que passa a região.

Assim como um rizoma, esta pesquisa é entendida como portadora de múltiplas possibilidades de entradas, de processos que se modificam, assim como se modificam os sujeitos e as relações por eles produzidas. Por isso, são levadas em consideração, em se tratando do MST, também as experiências já realizadas em

assentamentos localizados em outros estados¹ do Brasil, mas, mais que isso, as singularidades presentes nesse novo espaço que é Açailândia, onde o movimento realiza encontros com outros sujeitos.

Para possibilitar tal reflexão, recorreremos à cartografia como método de pesquisa-intervenção e selecionamos três principais categorias teóricas para análise: o *espaço*, tendo como principal base as contribuições de Milton Santos; o *dialogismo*, apoiado centralmente nas elaborações de Mikhail Bakhtin; e a *rede*, sob a perspectiva filosófica proposta por Pierre Musso, bem como a social, proposta por Maria da Glória Gohn. Em meio à interdisciplinaridade, essas ideias são desenvolvidas ao longo de quatro capítulos:

O primeiro capítulo – *Por onde passa o trem* – situa a terra como espaço geográfico e social e, a partir de apontamentos sobre processos históricos, econômicos, sociais e políticos, trata do problema da concentração de terras no Brasil e a define tanto como objeto de disputas, como palco onde as disputas acontecem. Tal percepção faz da disputa pela terra também uma disputa pelos modos de pensar e agir sobre ela. Além disso, como melhor forma de compreender o espaço, recorre-se também às reflexões sobre o *tempo* e a *técnica*.

O segundo – *As vozes da terra* – apresenta uma proposta de organização e reflexão sobre os conceitos de *dialogismo* e *polifonia* em Bakhtin, passando pelas elaborações de Marx e Engels sobre o tema da ideologia. Produtos da primeira experiência em campo, são também apresentados os elementos que se propunham a compreender de que modo se estabelecem as relações e os diálogos entre o MST e os demais sujeitos sociais integrantes da Rede Justiça nos Trilhos no município de Açailândia.

O terceiro capítulo – *A cartografia e a busca do não dito* – está relacionado ao entendimento da cartografia como método que pressupõe engajamento e exige uma postura de abertura a um processo de aprendizado. Aqui apresenta-se uma proposta de narrativa que incorpora os relatos diarísticos realizados durante a segunda experiência em campo, que objetivou compreender de

¹ Desde 2007 já foram oito os estados onde foram estabelecidas trocas em espaços organizados pelo MST, tais como assentamentos no Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Pará, Sergipe e mais recentemente o Maranhão. Dentre estas experiências, destaque para a participação no Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de Reforma Agrária e Atingidas(os) por Barragens do Estado de Minas Gerais, realizado entre os dias 25 de janeiro e 17 de fevereiro de 2008, quando foi realizada uma vivência por um período de 12 dias no pré-assentamento Santo Dias, localizado na zona rural do município de Guapé.

que modo as moradoras e moradores de assentamentos sob coordenação do MST percebem a Rede Justiça nos Trilhos e com ela estabelece diálogos e relações;

O quarto e último capítulo – *No embalo da rede* – traça uma trajetória que vai da noção ao conceito de rede, pensando-o, tanto sob uma perspectiva filosófica, como social, como nas redes de mobilização, e a partir disso retoma a ideia do dialogismo e da tríade bakhtiniana do *eu-para-mim*, *eu-para-o-outro* e do *outro-para-mim* para falar como, no interior da Rede Justiça nos Trilhos, dá-se a relação do MST com outros sujeitos, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia.

Metodologicamente, a pesquisa foi dividida em dois principais momentos, marcados pelas experiências em campo, a primeira realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2011 e a segunda entre os dias 17 e 30 de janeiro de 2012. Nesta última, ocorreu a vivência no acampamento João do Vale, localizado na zona rural do município de Açailândia. Além de fotografias de registro e entrevistas com moradoras e moradores, houve também a exibição do documentário *Não Vale*, produzido pela Rede Justiça nos Trilhos.

2 POR ONDE PASSA O TREM

Onde, como advérbio, está sempre associado a uma expressão de lugar. O lugar material da possibilidade dos eventos é o que entendemos, a partir de Milton Santos (1996), como espaço. Este, dentro de muitas definições, para ser melhor compreendido, necessita também das reflexões dos conceitos de tempo e de técnica, uma vez que tais conceitos são reveladores dos modos de pensar e de agir daquelas e daqueles que as selecionam. Tempo e técnica e suas diferentes possibilidades de uso, são também política e podem figurar tanto como imposição, como forma de resistência ou de criação.

Assim, cabe dizer que o trem maior do mundo sai do Pará, do Distrito do Carajás. Ele passa de um estado para outro e vai subindo, carregado, até chegar no porto da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Ao longo da Estrada de Ferro dos Carajás, são quatro locomotivas, ora arrastando, ora empurrando, 330 bem pesados vagões. Há minério de ferro, cobre, gusa, carvão, combustíveis e manganês. Por onde ele passa, porém, a paisagem é de contrastes se comparado a

toda riqueza que ele carrega dali. Esse trem é expressão de um tempo e de uma técnica, logo, expressão também de uma política. Ou *polícia*.

2.1 Do espaço como objeto e palco de tantas disputas



Fotografia 1 – O trem que passa

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Identificar os lugares de onde parte e aonde chega o trem que passa pelo município de Açailândia nos possibilita ter uma cartografia que fala geográfica e socialmente sobre as disputas que têm o espaço como um elemento determinante e, ao mesmo tempo, determinado. Deste modo, da terra como fonte de vida e dos valores de uso, à terra como o lugar material onde a vida é organizada e tornada

possível, podemos compreender o espaço tanto como um *objeto* de disputas, como o *palco* onde acontecem as contestações.

Partindo desta ideia sobre os espaços por onde passa o trem, seguimos primeiramente em busca da história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, ou seja, do trabalho de construção da realidade social. A este exemplo, em suas análises de região, Pièrre Bourdieu (1998, p.108) afirma que “dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos”.

Assim, cabe dizer que, no Brasil, o drama da terra tem suas raízes no sistema de Capitâneas Hereditárias e na abolição da escravatura sem garantia de condições de exercício da liberdade, uma vez que não houve concessão de terra às mulheres e homens libertos. As ex-escravas e escravos estavam livres das relações servis e dos laços corporativos, porém expropriados dos meios diretos de produção e das condições de existência autônoma, o que põe em cheque tal ideia de liberdade.

O Estado intervém e não pode fazê-lo em benefício de todos. Daquela que foi uma das primeiras leis brasileiras a dispor sobre normas do direito agrário no país, às atuais políticas sociais que versam sobre o espaço, são poucos os verdadeiramente beneficiados. Se, no passado, a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) consolidou o caráter privado da terra, determinando como forma única de acesso, a compra; no presente, concentra-se nas grandes empresas, e não na população, o principal foco daquilo que poderia ter um caráter transformador.

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social (SANTOS, 2010, p.38).

Tal situação contribuiu para que, no final do século XIX e início do século XX, surgissem os primeiros movimentos que tinham a terra como um objeto de disputa. De caráter messiânico, como o de Canudos, esses movimentos tinham em comum uma luta que, entre 1950 e 1964 começa a ser caracterizada por seu caráter de classe. Essa organização gera temor ao governo e à elite brasileira que se via

diante da iminência de uma revolução construída pelo povo e para o povo, como a ocorrida em Cuba em 1959, que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista.

Na tentativa de apaziguar os ânimos dos manifestantes por meio da efetivação de duas metas principais – a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura – promulgou-se, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Obra do regime militar iniciado através do golpe de 64, o Estatuto regula os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais. Diante da estratégia do governo e da violenta repressão aplicada aos líderes dos movimentos, as camponesas e camponeses desmobilizaram-se.

Depois que se cansaram de lançar na fogueira ou no fundo da Baía de Guanabara os livros de autores tais como Dostoievski, Tolstoi ou Gorki, e após terem condenado ao exílio, à prisão ou à morte uma quantidade incontável de brasileiros, o recém-instalado regime militar de Castelo Branco pôs mãos à obra: entregou o ferro e todo o resto (GALEANO, 1986, p.170).

No trecho, o *ferro* de que fala Eduardo Galeano tem como origem o lugar que, nesta pesquisa, é também o ponto de partida do trem: a região dos Carajás, considerada a mais rica em minério de ferro do planeta. Nela, as jazidas do Pará foram descobertas pela empresa norte-americana United States Steel, que mais tarde se associará a então Companhia Vale do Rio Doce. O subsolo brasileiro é também, conforme dirá o autor, um produtor de golpes de estado, uma vez que derrubou os presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

Em 24 de dezembro de 1964, a Hanna Mining Co. recebeu do presidente Castelo Branco o decreto que lhe conferia toda segurança para explorar as jazidas de Paraopeba, em Minas Gerais. Diferentemente do que é permitido pelas leis norte-americanas, aqui a Hanna formou consórcio com a Bethlehem Steel para explorar o ferro concedido. Em 1970 a aliança entre a United States Steel e a estatal Companhia Vale do Rio Doce atribuiu à estrangeira 49% das ações das jazidas de ferro da serra dos Carajás. “Como de costume, o governo aduziu que o Brasil não dispunha de capitais para realizar a exploração por conta própria” (GALEANO, 1986, p.170).

Para a consolidação do ambicioso projeto de exploração de mineral, criou-se o Programa Grande Carajás. A partir dele, em 1976, durante a presidência do general Ernesto Geisel, o governo federal deu à Companhia Vale do Rio Doce a

concessão para construção e uso da Estrada de Ferro dos Carajás. As obras foram iniciadas em 1982 e no ano seguinte ocorreu a operação do primeiro trem de carga. Em fevereiro de 1985, a estrada foi oficialmente inaugurada pelo então presidente João Baptista Figueiredo, e o primeiro trem de minério de ferro entrou em operação.

De lá para cá, a estrada que serve de escoamento aos carregamentos de minério de ferro, cobre, gusa, carvão, combustíveis e manganês – e que, a partir de 1986 passou também a contar com o transporte de passageiros –, interliga o Distrito de Carajás, no Pará, ao Porto da Ponta da Madeira, no Maranhão. Nesse trajeto de 892 quilômetros de extensão, a estrada corta vinte e cinco localidades entre povoados e municípios dos dois estados, sendo quatro deles paraenses e vinte e um maranhenses, dentre os quais, Açailândia.

O Maranhão é um dos maiores estados do país e abriga atualmente cerca de 6,5 milhões de pessoas de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Deste total, pelo menos metade da população não concluiu o ensino fundamental ou não tem instrução. Estima-se que cerca de 4/5 de seus habitantes viva na zona rural o que coloca o Maranhão como o estado de maior população rural do país, com economia predominantemente agrícola e forte presença da agricultura familiar.

A estrutura fundiária está fortemente concentrada. Há no Maranhão, assim como em toda região Nordeste do país, uma grande concentração de terras que deixa milhões de pessoas fora dos territórios tradicionalmente ocupados por seus antepassados, o que produz uma situação de miséria (ATLAS, 2011, p.27).

O município de Açailândia, situado na divisa com o estado do Pará, tem, diferentemente de grande parte dos municípios maranhenses, uma população que vive em sua maioria na zona urbana. Das 104.013 pessoas que habitam o município (IBGE, 2010), a maior parte integra famílias que em seu histórico foram expulsas do campo e atualmente vivem na periferia da cidade, gerando mão de obra barata e desqualificada às carvoarias, siderúrgicas e fazendas da região que ocupa, desde 2002, o posto de segunda maior economia do estado.

Esse crescimento econômico, porém, muito atribuído à instalação das indústrias de ferro gusa na região, contrasta fortemente com a situação de pobreza e de graves violações de direito a que está submetida a população do município. Assim sendo, cabe dizer que a estrada de ferro que corta Açailândia e outros

povoados, é a mesma por onde escoar o minério de ferro que dá lucro apenas às grandes empresas, e que, ao mesmo tempo, impõe mudanças negativas aos modos de vida das populações.

As empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2010, p.33).

Para Nazareno Godeiro (2007), estamos diante de uma nova divisão internacional do trabalho que se estabeleceu, sobretudo, graças a três principais fatores, a saber: a superexploração de trabalhadores; a extração desenfreada de riquezas de colônias e semicolônias; e a restauração capitalista de países como a China, transformada pelas transnacionais em “fábrica do mundo”. O Brasil, neste novo arranjo, atua como um país semicolonial, fornecedor de matérias-primas para o salto chinês.

Na China, a mão de obra abundante, qualificada e de baixo custo, além de torná-la a preferida das grandes empresas internacionais, comprime os salários em todo o mundo. Antes suficiente em minério de ferro, a China passou a ser o país que mais importa esta matéria. O minério desponta como o produto mais exportado pelo Brasil à China e, segundo Godeiro (2007, p.28), esse dado é revelador, pois “enquanto o Brasil exporta produtos primários, matérias-primas sem valor agregado, importa da China principalmente produtos manufaturados”.

A economia dos dois países se complementa. No Brasil, são as empresas exportadoras de matéria-prima aquelas que mais recebem empréstimos dos bancos internacionais e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e que, por consequência, as que mais crescem. Godeiro (2007, p.20) aponta também que nos últimos vinte anos tem se observado o deslocamento de indústrias pesadas, bastante poluentes e degradadoras do meio ambiente dos países desenvolvidos para países como Brasil, Índia, Rússia e China, e conclui:

Desta forma, a “mão invisível do mercado”, que localiza os países nesta nova configuração econômica mundial, não é neutra: serve à dominação imperialista do planeta. Enquanto forja a China como a “fábrica do mundo”, especializa a América do Sul e o Brasil como fornecedores de matérias-primas e alimentos. O que se produz, *onde* e como se produz, está tudo determinado pelos investimentos de capital (GODEIRO, 2007, p.20, grifo nosso).

A associação entre a Vale e a United States Steel, maior siderúrgica americana, ocorreu em 1970, década em que se deu a implantação daquela empresa na região dos Carajás. Para dar suporte à extração e ao escoamento do minério de ferro, foram construídas, no Polo Carajás, quatorze siderúrgicas, além de diversas carvoarias. Na década de 1980, foram instaladas sete siderúrgicas no Maranhão, cinco delas no município de Açailândia, mais especificamente, na comunidade de Piquiá de Baixo.

De acordo com o Relatório de Insustentabilidade da Vale, divulgado no início de 2012 pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, em Piquiá de Baixo anualmente são produzidas cerca de quinhentas mil toneladas de ferro gusa pelas siderúrgicas das quais a empresa é a única parceira. Quando foram instaladas, já havia na comunidade um grande número de moradores. Hoje, as cerca de trezentas famílias que lá vivem reclamam, principalmente, dos problemas de saúde causados pela poluição e do descaso do poder público em se tratando de suas reivindicações.

Cercados por uma ferrovia, um pátio de descarregamento de minério, uma indústria de fabricação de aço, as usinas produtoras de ferro gusa e as termoelétricas, os homens, mulheres e crianças de Piquiá de Baixo vivem um drama relativo ao espaço que é compartilhado também, com distintas proporções, por outras comunidades de Açailândia. Tal situação tem estado em crescente gravidade dado o projeto de duplicação da ferrovia pela Vale que já conta com a previsão de remoção de 1.168 pontos que incluem desde cercas e quintais a povoados inteiros.

Ao mesmo tempo, desse espaço que é expressão de uma lógica dominante e geradora de profundas desigualdades, emergem aqueles que, na luta pela terra, fazem dela um palco onde as contestações acontecem e a vida é tornada possibilidade. Ainda que o preço pago por alguns seja o de sua própria vida, não cessam de surgir os focos de resistência que, de modo isolado ou articulado à entidades da sociedade civil, expressam a incapacidade de subordinação das populações diante das opressões, da exploração e das racionalidades hegemônicas.

Conforme afirmará Santos (1994, p.98-99), o espaço, como fruto do casamento entre sistemas de objetos e sistemas de ações, outorga uma racionalidade baseada em elementos – da ciência, da tecnologia e da informação – determinantes da nova relação entre os espaços do fazer e os espaços do obedecer. Esta racionalidade, por sua vez, supõe contrarracionalidades localizadas,

de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas, e de um ponto de vista social, nas minorias.

As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres dela também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade (SANTOS, 1994, p.107-108).

Santos (1994, p.54-55) propõe ainda, em sua análise sobre a estrutura e o funcionamento do espaço, a reflexão sobre os vetores verticalidades e horizontalidades, segundo a qual aquelas estariam a serviço dos atores hegemônicos e conseqüentemente relacionadas às ideias de hierarquia e regulação; e estas, em contrapartida, seriam “o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementariedade das produções e no exercício de uma existência solidária”.

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 1994, p.93-94).

Lugar de expressão de horizontalidades, em Açailândia, o que é grito de revolta ganha materialidade em ocupações de terras, bloqueios de estradas, paralisações de indústrias, entre outras ações que, por sua vez, produzem, por meio da solidariedade, uma articulação de sujeitos em busca de soluções. É este o caso da Rede Justiça nos Trilhos, lançada em 2007 a partir da atuação conjunta de cidadãos, associações, sindicatos e movimentos sociais – como é o caso do MST – que atua no corredor Carajás.

A Rede Justiça nos Trilhos surgiu da necessidade de cobrar da Vale uma justa compensação pelos danos causados ao meio ambiente e às populações que vivem nas áreas atravessadas pela ferrovia dos Carajás. Articulada de modo a desenvolver prioritariamente três segmentos – os movimentos populares e a base da população; o meio acadêmico; e as instituições públicas locais – a Rede tem atualmente o município de Açailândia como emblemático devido à profunda degradação e aos problemas enfrentados por comunidades como Piquiá de Baixo.

A população que há trinta anos sofre com a contaminação do polo siderúrgico do município reivindica prioritariamente sua realocação para uma nova área. Em março de 2011, a comunidade conquistou, por meio da Rede Justiça nos Trilhos e das entidades que a compõem, a desapropriação do terreno destinado a seu reassentamento. A decisão foi tomada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e culminou em uma agenda extensa de reuniões, como aquela realizada entre moradores e representantes da prefeitura municipal e do governo do estado.

O encontro entre os secretários representantes da prefeitura sob gestão do prefeito Ildemar Gonçalves (Partido da Social Democracia Brasileira) e o vice-governador do Maranhão, Washington Luís (Partido dos Trabalhadores), aconteceu na manhã do dia 17 de julho na Paróquia da Igreja São João Batista, em Piquiá de Baixo. Centenas de moradoras e moradores se fizeram presentes no espaço que foi organizado de modo a permitir a fala de todas e todos que quisessem se expressar. E assim aconteceu ao longo de aproximadamente duas horas de reunião.

A reunião para tratar do decreto já assinado pela prefeitura do município se deu no intuito de exigir a celeridade do processo de reassentamento das famílias e, principalmente, reivindicar que no novo espaço fossem construídas, além das moradias, escolas, postos de saúde, e outros equipamentos que pudessem garantir as condições mínimas de permanência e qualidade de vida à população. Na ocasião, um termo de reconhecimento das reivindicações da comunidade foi assinado pelos representantes que, no entanto, nada garantiram formalmente.

Os meses correram, mas a situação das famílias de Piquiá de Baixo em nada melhorou. Pelo contrário: o Tribunal de Justiça suspendeu provisoriamente a desapropriação do terreno escolhido para abrigar as famílias, sob alegação de que na área havia cinquenta cabeças de gado de propriedade particular. Indignados, mais de mil moradoras e moradores foram às ruas no dia 7 de dezembro de 2011 e desencadearam uma importante mobilização que culminou no bloqueio da BR 222 durante o período de toda a manhã.

Do mesmo modo como as moradoras e moradores do bairro ocuparam, em 14 de fevereiro de 2011, o chão de fábrica de uma usina siderúrgica em manifestação de solidariedade aos trabalhadores que desencadeavam uma greve, a mobilização que interditou a BR 222 contou também com o apoio de diversas entidades, entre elas o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de

Açailândia – para quem a mobilização concretizou a aliança Justiça nos Trilhos –, além de moradores de outras localidades, como os do acampamento João do Vale.

Sob coordenação do MST, o acampamento João do Vale é hoje o espaço do fazer para setenta famílias que desde maio de 2007 vivem na região onde funcionou a fazenda Conquista. Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, além de outras localidades do interior do Maranhão, são alguns dos lugares de onde partiu a maioria dessas famílias que, atraídas ainda na década de 1970 pelo sonho de um suposto desenvolvimento que aconteceria em Açailândia, tinham periferias como a Vila Ildemar e Piquiá de Baixo como os únicos lugares permitidos.

Lembre-mos do fato de que os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, têm lugar onde um enquadramento rígido se estabelece, por exemplo uma forma de divisão da propriedade que age de modo semelhante à materialidade nas cidades, e cria como resposta um novo patamar da consciência coletiva (SANTOS, 1994, p.106).

Lugares de vertigens e de descobertas, dessas periferias brotaram as multidões que, mobilizadas, foram em busca de outras possibilidades de viver. Lembremos que as ocupações, como tática eficiente e legítima de pressionar o Estado para a desapropriação de terras e sua consequente distribuição, ganham força em 1984, com o MST. A atuação do Movimento em Açailândia data de 1996, quando são realizadas nas periferias do município, uma série de reuniões que culminarão na ocupação da terra onde hoje é o Assentamento Califórnia.

Na área superior a quatro mil hectares onde entre as décadas de 1980 e 1990 havia pasto e serraria, aconteceu a primeira ocupação do MST no município tendo contado com 250 famílias. Despejadas logo em seguida, essas ocuparam as margens da BR-010 enquanto a militância do Movimento voltou para a cidade para intensificar o trabalho de base e estabelecer articulações com outras entidades. Após esse processo, o acampamento chegou a reunir 850 famílias que, de forma insistente, reocuparam a terra e obtiveram sua conquista.

Uma mistura das periferias da região, o assentamento Califórnia abriga hoje 169 famílias que enfrentam diariamente os problemas de saúde causados pela fumaça gerada na unidade de produção de carvão vegetal da Vale, vendida em 2011. A disposição de resistir e de agir das famílias que foram em busca desta terra serviu de alimento aos sonhos de outras tantas famílias e desencadeou uma série

de outras ocupações, entre elas aquela que mais tarde daria origem ao acampamento João do Vale.

Fruto dos diálogos e também dos conflitos existentes entre o MST e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia, o acampamento João do Vale fica em um espaço onde hoje existe também o assentamento Francisco Romão. Como veremos adiante, para além das diferenças que falam sobre sua história, essas entidades seguem no estreitamento de uma aliança que fortalece a si, às comunidades sob sua organização, além de outros sujeitos, uma vez que nesse embalo fortalece uma rede como o Justiça nos Trilhos.

Para Santos (1994), os homens, quando unidos por semelhanças fazem da terra tribo, e quando unidos pela cooperação na diferença, fazem dela lugar. O autor afirma que para que o espaço seja compreendido, a análise sobre o tempo é tornada indispensável. Assim, podemos dizer que, como espaço, Açailândia comporta diferentes sujeitos que, em suas multiplicidades, fazem usos distintos desse espaço e estão, também, associados a possibilidades distintas do uso do tempo. Será então, dessa relação com o tempo, que partiremos agora para pensar o espaço.

2.2 Das diferentes concepções e usos do tempo

O trem que passa por Açailândia é também a expressão de um tempo: tempo de extração, de combustão, de produção e, sobretudo, tempo que confronta com outras concepções de tempo. Em suas análises sobre a relação existente entre espaço e tempo, Santos (1994, p.164) afirma que “o espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo”. Dessa relação entre coexistência e distinção partirão nossas análises.

Esse é um dos problemas mais apaixonantes e difíceis em Geografia. O casamento entre o tempo e o espaço se dá porque há, sempre, homens usando o tempo e o espaço. Da mesma forma que não se entende o espaço sem o homem, a noção de tempo também não existe sem o homem. Se as duas noções se casam, e aparecem juntas e indissolúveis, é porque o homem vive no Universo (SANTOS, 1994, p.169).



Fotografia 2 – O tempo lento dos que sonham

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Já consolidada como a maior exportadora de minério de ferro do mundo, em 1995 a Vale foi incluída pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso no Programa Nacional de Desestatização. Em 07 de maio de 1997, a empresa foi privatizada após 41,73% das ações do governo federal serem vendidas em um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional. 3,3 bilhões de dólares foi o valor da venda. A partir desses dados podemos estabelecer algumas reflexões sobre as diferentes possibilidades de uso do tempo. Vejamos.

Seis anos foi o tempo suficiente para que, depois de vendida, a Vale tivesse o maior lucro líquido de toda sua história, chegando a 4,5 bilhões de dólares. Em um único ano, em 2003, tal lucro associado ao ajuste de preço da empresa ao

seu valor real – agora regido pelo mercado – possibilitou que a Vale, já privatizada, não somente recuperasse o baixo preço pago pelos compradores durante o leilão de privatização, mas passasse também a valer sete vezes mais, chegando a atingir R\$ 21,762 bilhões.

Trinta anos, renováveis por mais trinta, foi o tempo de outorga para exploração da Estrada de Ferro dos Carajás, concedido pelo governo federal à Vale em 28 de julho de 1997. De lá para cá essa ferrovia tem servido de escoamento do transporte de minério feito pela empresa, e de materialização de uma série de problemas às comunidades. Poluição sonora, perda de animais por atropelamentos, incêndios provocados pelas faíscas dos trilhos, além de rachaduras de casas e desmoronamento de poços são alguns dos impactos relatados (REPRESENTAÇÃO, 2011).

Por tempo indeterminado foi o direito de lavra da área de Carajás concedido pelo Senado Federal à Vale por meio da Resolução nº 331, de 05 de dezembro de 1986. A maior região mineral do Brasil, além de ter passado à propriedade da empresa privatizada sem ter sido avaliada, é fortemente explorada, gerando o desrespeito de uma série de questões previstas no artigo terceiro da resolução, como a proteção e conservação da fauna, flora e recursos hídricos, e, sobretudo, o “amparo das populações indígenas existentes às proximidades da área concedida”.

Aprendemos que da relação entre tempo e espaço se estabelece a velocidade. Megaprojetos e grandes empresas fazem uso de espaços extensos e dispõem de um tempo que também é extenso. Contraditoriamente, o tempo desses não é lento, mas expressão da velocidade. Para Santos (1994, p.83), “o tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo”.

No contexto expresso pelo autor, a cidade seria o lugar de movimentos tanto velozes, como lentos, sendo tais características determinadas pela interpretação. O pensamento hegemônico que se evidencia fortemente no modo como as empresas operam o espaço e nele fazem uso de tempo, relaciona velocidade à ideia de força, e lentidão à de fraqueza, na tentativa de fazer crer que, neste movimento, o pobre, seria o fraco, e o rico, o forte. Esta concepção é subvertida por Santos (1994) que afirmará estar justo na lentidão a força dos fracos.

Deste modo, compreende-se que o tempo lento daqueles tidos pela sociedade como “fracos” é o mesmo elemento que lhes possibilita conhecer bem cada parte do espaço. Este conhecimento elaborado com base no tempo lento leva à construção de uma nova solidariedade que desafia os tempos rápidos da competitividade. Esta compreensão das diferentes interpretações do tempo e da não negação de sua lentidão é, também, o que possibilita a receptividade à organização de novos sujeitos, como os movimentos sociais.

Conforme já visto, em Açailândia, as ocupações de terras e outras formas de mobilização para resistência e criação foram frutos de um trabalho de base iniciado nas periferias do município. Pode-se dizer que a articulação que deu origem ao que hoje é a Rede Justiça nos Trilhos começou a ser ensaiada em 1995 por paróquias, associações de bairros, sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, como o MST. Nesse período, passaram a ser organizadas nos bairros as primeiras reuniões que, dialeticamente, serviram para a mobilização e a formação política das famílias.

Hoje, mais de quinze anos depois, no acampamento João do Vale, é possível identificar nas narrativas que falam sobre a vida, qual foi a importância de um tempo que se deu de modo lento, mesmo quando era latente toda a urgência provocada pela escassez. *“Antes de ser acampada, eu nunca havia ouvido falar do MST, só dos sem terra, e desses, eu tinha medo. Só deixei essa ideia de lado depois que comecei a participar das reuniões e ver que era tudo diferente”*², relata a moradora Maria Preta durante a vivência desta pesquisa no espaço ocupado pelo movimento.

A partir desta ideia sobre um uso do tempo que se dá de modo distinto, outra reflexão possível é aquela referente ao processo de consciência proposto por Mauro Iasi (2007). O autor parte do entendimento da consciência como um processo, e não apenas consciência, por entendê-la como movimento, e não algo dado ou que possa ser adquirido, não podendo haver, portanto, um estado de não consciência. Nesse processo, a consciência não “é”, mas “se torna” ao longo de três principais momentos importantes para o entendimento dessa relação com o tempo.

² Maria Preta, trabalhadora rural acampada pelo MST, em conversa realizada em 22 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.



Fotografia 3 – Há mulheres que lutam por terra

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

A consciência é gerada por relações concretas entre as pessoas, e destas com a natureza. Assim, a primeira forma de consciência é caracterizada pelas percepções que o indivíduo tem do outro e de uma realidade externa, passando a interiorizá-la. Nesta fase, as relações interiorizadas perdem o seu caráter histórico e cultural e passam a ser naturalizadas, tidas como normas. A percepção do todo se dá pela parte e há a submissão às relações dadas, passando o indivíduo a zelar, desenvolver e reproduzir valores que acredita serem seus (IASI, 2007).

A escola é, assim como a família, um dos primeiros espaços onde o indivíduo é inserido em relações preestabelecidas. Sem a crítica de que estas são apenas algumas formas de relações, este indivíduo passa a vivê-las como modelos

únicos. Assim são criados padrões de relação, de família, de escola, entre outros, não entendendo essas como somente algumas das tantas formas possíveis de relações. Por esse motivo, causa tanta estranheza à sociedade tudo aquilo que foge dos modelos preestabelecidos de relações e propõe a construção de formas novas.

A este exemplo, estão as escolas do MST, duramente criticadas e bastante temidas por aqueles que as caracterizam como espaços de incitação da intolerância. “Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos sem-terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós”, dizia a Revista *Veja* em uma de suas edições³. Criadas com base em uma proposta pedagógica diferenciada de educação, uma das características tidas por essas escolas é a prioridade dada aos conhecimentos considerados críticos e socialmente úteis.

“*Graças ao professor, entendi que política não é somente presidência. A política está no meio da gente*”⁴, afirma a jovem Paloma (16) sobre as aulas tidas na escola do acampamento. Outro importante atributo a ser ressaltado sobre tais escolas é o respeito ao tempo de cada educanda e educando na construção do seu conhecimento. O funcionamento desses espaços nos assentamentos costuma ser dividido em um turno destinado às aulas e outro às oficinas pedagógicas que objetivam o desenvolvimento de habilidades e expressões culturais diversas.

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 1996, p.44).

Experiências como as reuniões de formação realizadas nos bairros e, posteriormente, as escolas organizadas nos acampamentos e assentamentos, trazem como possibilidade as vivências e construções de novas formas de relações. Sobre tal processo, Iasi (2007, p.28) afirma que as novas relações vividas têm, assim como as anteriores, grande potencial de interiorização, sendo capazes de

³ *Madraçais do MST*. Matéria publicada na Revista **Veja**, São Paulo, nº 1870, p.46-49, 8. set. 2004. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

⁴ Paloma, filha de trabalhadores rurais acampados pelo MST em conversa realizada em 20 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.

gerar novos valores que, conseqüentemente, servirão de base para a construção de novos comportamentos.

Com base nesses elementos e seguindo a análise sobre o processo de consciência proposto pelo autor, temos que, uma vez submetidos às novas experiências, a consciência do indivíduo em sua primeira forma já não mais permite que as antigas relações sejam vistas de modo idealizado, mas como injustas, ainda que ele não acredite na possibilidade de mudá-las. Assim, pode-se afirmar que são as vivências de novas relações o que permite a criação das contradições internas, fundamentais para o movimento rumo à nova forma do processo de consciência.

Na segunda forma da consciência, a consciência em si, a identificação com o grupo torna-se fundamental quando se fala na possibilidade de transformação daquilo que antes era visto como impossível de ser mudado. Nesta fase, a indignação que antes era individual passa a ser vista no outro, e a revolta do outro passa a ser vista em si mesmo, pelo próprio indivíduo. É, portanto, a partir desta identificação que os indivíduos começam a desenvolver ações que tentem alterar o que antes acreditavam ser injusto, extrapolando assim o estado de simples revolta.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça (IASI, 2007, p.29).

Embora fundamental, esta forma de consciência apresenta traços da antiga, tais como a consciência baseada na vivência das relações mais imediatas, ainda que agora essas não mais sejam as individuais, mas as do grupo. O grupo passa a ser a condição única para a manifestação do inconformismo do indivíduo, o que o leva a crer que sem o grupo não há ação. Outra importante questão é que nesta, o indivíduo se vê como classe, embora não se sinta e nem saiba o que isso signifique. Por falta dessa compreensão, ele ataca as conseqüências, não as causas.

A consciência em si, quando não “ultrapassa a simples negação de uma parte”, acaba por se distanciar de sua meta revolucionária, busca, novamente, mecanismos de adaptação à ordem estabelecida. Ela trabalha com os efeitos, com sintomas, e não com causas. Essa contradição pode levar o indivíduo em seu processo de consciência para um novo patamar: a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise

da essência do funcionamento da sociedade e suas relações (IASI, 2007, p.34).

É nesta busca pela compreensão do funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, por sua transformação, que o indivíduo extrapola o vínculo com o grupo e toma para si a história da classe e do mundo, percebendo-se como sujeito coletivo e histórico e como agente de transformação. A esta fase da consciência, Iasi (2007) denomina consciência revolucionária ou consciência para si, momento que o indivíduo não somente se vê, mas se sente como coletivo e compreende, enfim, esse significado.

Pode-se perceber que, para o autor, embora as alterações da consciência sejam vivenciadas por cada indivíduo, o processo de transformação da sociedade é necessariamente social, exigindo mais que uma ação isolada. Além disso, faz-se importante ressaltar que o processo de consciência é entendido como algo dialético, em que cada uma das fases carrega consigo as marcas do que caracteriza a fase anterior ou mesmo aquela que ainda está por vir. Conforme afirma, a consciência está longe de qualquer linearidade.

É muito difícil determinar a linha que separa o velho que caduca do novo que germina. Brecht dizia, em um poema, que as eras não começam de uma vez, nossos avós já viviam em um novo tempo e nossos netos ainda viverão, talvez, no velho (IASI, 2007, p.44).

O fato de a consciência movimentar-se trazendo consigo elementos de fases já superadas, é gerador de conflitos, pois “dentro do indivíduo, a consciência nova ocupa, por assim dizer, uma área liberada, que faz fronteiras com setores fortemente ocupados pelo inimigo, ou seja, as antigas relações sociais interiorizadas como valores, juízos, normas” (IASI, 2007, p.36). O indivíduo está diante da necessidade de afirmar o novo e, tal afirmação leva à contestação de aspectos de sua própria subjetividade.

Na verdade, a vida cobra da pessoa uma postura para qual não foram internalizadas estruturas prévias para a sua realização. Ao contrário, toda a bagagem psíquica, cultural e moral está estruturada para agir contra a postura exigida pela nova consciência, que tenta se impor. O indivíduo está apto a aceitar a realidade, assumindo sua impotência diante de relações estabelecidas e predeterminadas. Por isso, o indivíduo que se torna consciente é, antes de tudo, um novo indivíduo em conflito (IASI, 2007, p.36).

O processo de consciência é demandante de tempo e o tempo, entre a força da lentidão e a vertigem da velocidade, constrói a diferença entre os indivíduos. Por isso, nenhum indivíduo, ainda que organizado no mesmo espaço, compartilhará de uma mesma forma de consciência. Para Santos (2010), a percepção pela sociedade e pelo indivíduo do que é o espaço está intimamente relacionada à construção social do tempo real. Esse tempo construído e, conseqüentemente imposto, vem na perspectiva de afirmação de um tempo único, de momentos mesmos.

Para Santos (2010, p.27), “a unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem também, os momentos vividos”. Nesta ideia de unicidade do tempo ou convergência dos momentos, a ideologia considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. O que se questiona, entretanto, é se somos realmente todos nós as atrizes e atores desse tempo socialmente imposto.

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso (SANTOS, 2010, p.28).

As concepções de tempo são distintas e distintos são também os usos que se faz do tempo no espaço. A este exemplo está a mobilização organizada em 19 de janeiro de 2012 por moradoras e moradores dos assentamentos Novo Oriente, Francisco Romão, Planalto I e II e acampamento João do Vale, em Açailândia. A ação, que interditou durante o período da manhã uma vicinal que dá acesso às obras de duplicação da Estrada de Ferro dos Carajás, se deu devido ao não cumprimento de acordos e prazos negociados com a Vale em novembro de 2011.

O acordo firmado entre a Vale, moradoras e moradores e entidades integrantes da Rede Justiça nos Trilhos previa, por parte da empresa e em parceria com a prefeitura municipal de Açailândia, quinhentas horas de trator para realização de serviços relativos à terra, tais como a criação de um campo agrícola; cobertura de piçarra nas ruas do assentamento Francisco Romão; e a construção de um poço no

acampamento João do Vale, uma vez que a falta d'água é hoje o principal problema enfrentado por suas famílias.



Fotografia 4 – A água em escassez

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

“A Vale prometeu também outras coisas mais simples, como trazer brinquedos para as crianças no Natal, mas nem isso ela fez! Esperamos por acordos e promessas que nunca foram cumpridos. Por isso é justo fazer uma mobilização”⁵, relatava o seu Baixinho durante a preparação da ação que bloqueou a estrada Novo Oriente. O bloqueio da vicinal por um período de mais ou menos oito horas,

⁵ Seu Baixinho, trabalhador rural acampado pelo MST em conversa realizada em 18 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.

culminou na liberação de trezentos trabalhadores terceirizados pela empresa, o que levou, conseqüentemente, à paralisação das obras de duplicação.



Fotografia 5 – Entre as crianças também há esperas

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

A mobilização proporcionou o encontro dos trabalhadores do campo e da cidade e foi importante para estabelecer entre eles um processo de identificação. Na estrada bloqueada e com o auxílio de uma caixa de som, as moradoras e moradores das áreas atingidas pela Vale relatavam os casos e seguiam em tom de diálogo com os demais trabalhadores: *“O que Vale? Nada! A Vale não tem importância nenhuma para a gente. O que ela promete, não cumpre. A gente pede desculpa aos*

trabalhadores pela paralisação, mas essa é uma luta importante demais para a nossa gente”⁶.

Durante a ação, pude conversar com algumas trabalhadoras e trabalhadores que assistiam à paralisação e aguardavam um posicionamento da empresa. Uma delas foi a engenheira civil contratada por uma empresa terceirizada para coordenar os trabalhos das obras de duplicação. Bastante temerosa, ela afirmou não querer conceder entrevista, mas seguiu durante a conversa demonstrando desacordo com a ação desencadeada pelas trabalhadoras e trabalhadores do campo e preocupação com o que financeiramente seria perdido após aquela manhã de paralisação.

Tal opinião, porém, era divergente daquela expressa por alguns dos trabalhadores da construção civil enquanto ouviam atentos os reclames das moradoras e moradores que exigiam a presença de um representante da Vale no local. *“Eu concordo com o que eles estão fazendo. Não há nada mais justo. ‘Pegue duas medidas de estupidez, junte trinta e quatro partes de mentira. Coloque tudo numa forma untada previamente com promessas não cumpridas’, Renato Russo já dizia*”⁷, relatava um dos trabalhadores durante a paralisação.

A estrada foi desbloqueada assim que a Vale anunciou o envio de seus representantes para realização de uma reunião com as moradoras e moradores que aconteceu no final da tarde no assentamento Francisco Romão. Enquanto aguardavam os representantes da empresa, era tempo de ler, de conversar, de avaliar a ação ocorrida durante a manhã, de tecer argumentos e propostas de encaminhamento e, principalmente, tempo de fazer um chamado à superação das divisões existentes, retomando a importância que havia tido aquela ação.

Foi muito positiva a nossa luta para os mais de trezentos trabalhadores e trabalhadoras que ficaram parados na Estrada Novo Oriente. Foi importante para dizer aos nossos e a eles que embora nós negociemos com a Vale, nossa postura deve ser de autonomia em relação a ela, porque uma empresa que explora trabalhadores não é amiga dos trabalhadores. Durante nossa mobilização, eles estavam atentos às nossas falas e alguns aplaudiram em apoio. Ficou claro para nós que os trabalhadores se reconheceram naquela luta.⁸

⁶ Trabalhadora rural durante intervenção realizada no dia 19 de janeiro de 2012, quando do bloqueio à Estrada Novo Oriente, localizada na zona rural de Açailândia – MA.

⁷ Operário durante conversa realizada no dia 19 de janeiro de 2012, quando do bloqueio à Estrada Novo Oriente, localizada na zona rural de Açailândia – MA.

⁸ Divina Lopes, da Direção Nacional do MST, em entrevista concedida em 19 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.

Um mesmo espaço geográfico, um mesmo período de tempo, mas com possibilidades diferentes de uso. Entre outras questões, a ação protagonizada pelas moradoras e moradores das comunidades impactadas pela Vale fala sobre uma relação que se estabelece com o tempo dentro daquilo que Santos (2010) chamará de oposição entre as ações *just-in-time* e as atividades do cotidiano. Enquanto aquela está relacionada ao uso de um tempo universal, a uma racionalidade única, porém sem razão; esta está associada a outras formas de ser racional, à própria razão de viver.

As regras, os limites, a imposição de uma só temporalidade, as ações do *just-in-time* confrontam diretamente com aquelas que caracterizam o cotidiano. Este, por sua vez, a partir da ideia de razão de viver, abre possibilidades para a produção ilimitada de outras temporalidades e racionalidades. Resultado da consideração conjunta desses múltiplos interesses surge, como uma demanda desesperada do cotidiano, a Política (SANTOS, 2010, p.127). Será então, associado ao debate sobre o estado da política, que refletiremos, a seguir, a técnica.

2.3 Da técnica como banalidade à técnica como política

Assim como é expressão de um tempo, o trem que passa por Açailândia expressa também uma técnica. Esta, como um dado explicativo do espaço, se efetiva em relações concretas, não necessariamente materiais. Sua escolha é reveladora dos modos de pensar e agir daquelas e daqueles que as selecionam. Por isso, seja ela utilizada para efetivar a exploração de riquezas ou para resistir a tal exploração, pensar a técnica como política faz-se necessário para compreender que é ela também um elemento determinante no processo de reorganização do espaço.

Uma reflexão sobre a técnica que parte dessa perspectiva possibilita pensar as lutas pela terra como sendo também as disputas pelos modos de pensar e agir sobre ela. Para Santos (1994, p.20), a técnica “é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”. Por isso, as diferentes relações estabelecidas entre o homem, os objetos e as técnicas desenvolvidas para o desempenho de suas ações, são também uma forma de discurso.

Há diversas formas de entender o espaço. Hoje, temos a aceção seguinte: o espaço como um conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos, apenas, nem sistemas de ações, apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissoluvelmente juntos e cuja soma e interação nos dão o espaço total (SANTOS, 1994, p.98-99).

Como fazem parte de um sistema, objetos e ações já nascem dotados de intenção. De acordo com o autor, tais objetos estão cada vez mais próximos e buscam imitar a natureza, além de tenderem à unicidade. Assim, pela primeira vez na história do homem, se estaria diante de um sistema de objetos que tende a ser o mesmo em toda parte. Se, tal como propõe, se compreende que esses objetos “são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação”, tem-se que a ação humana tende, também, a ser a mesma em toda a parte.

A unicidade da técnica é, para Santos (2010), assim como a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, um dos fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual. Para o autor, há um mercado que se utiliza de técnicas avançadas resultando em uma globalização que se dá de modo perverso. A possibilidade de subversão dessa lógica estaria justamente em fazer com que o uso político desse sistema de técnicas fosse motivado por um objetivo diferente.

Quando um novo sistema de técnicas surge, as anteriores não deixam de existir e “quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual” (SANTOS, 2010, p.25). Tal fator se dá porque uma das características deste período é a existência de um sistema unificado de técnicas que, por meio da cibernética, da eletrônica e da informática, passam a, por um lado, se comunicar; e por outro, determinar o uso do tempo e a simultaneidade das ações.

Tal pensamento dialoga com o que afirma Godeiro (2007, p.32) sobre a produção mineral no Brasil. Segundo o autor, são altos os investimentos de capitais exigidos para a realização de pesquisa, industrialização e comercialização de mineral, o que faz com que estes só estejam acessíveis às grandes empresas que contam com financiamento internacional. “Por isso, o grosso da atividade mineral no país é controlado por estrangeiros ou, quando se trata de capital nacional, obrigatoriamente deve associar-se a capitais estrangeiros para fazer parte do jogo”.

Ainda segundo o autor, desde o período colonial, por volta de 1750, a mineração no Brasil esteve associada aos interesses dos grandes centros imperiais. Baseada no trabalho escravo e em uma atividade essencialmente exportadora, a mineração de início rendeu poucos empregos e não desenvolveu o mercado interno, tendo deixado como produto nada mais que a degradação profunda do homem e da natureza. Hoje, séculos mais tarde, dada a exploração desenfreada das mineradoras e a parte que é cabida às trabalhadoras e trabalhadores, pode-se dizer que pouca coisa mudou.

Quando uma empresa brasileira adquire uma empresa estrangeira (por exemplo, a aquisição da Inco, canadense, pela Vale do Rio Doce), é obrigada a manter todos os acordos de defesa do meio ambiente, impede-se a demissão dos funcionários da empresa, etc. Todos os direitos dos trabalhadores e de defesa do meio ambiente são acionados, como condição para a venda da empresa. No Brasil é o contrário. As empresas estrangeiras compram os direitos de mineração, não respeitam as leis do país, não respeitam os trabalhadores, nem a natureza. Rapiam tudo que podem e, depois de exauridas as reservas, vão embora (GODEIRO, 2007, p.45-46).

Um dado apontado por Godeiro e que hoje diz respeito à atualidade do debate sobre o Novo Código Florestal – sancionado pela presidenta Dilma Rousseff (PT) com vetos parciais –, trata do fato de as áreas de proteção ambiental serem consideradas como um empecilho à expansão da mineração ou, em termos mais gerais, a um dito desenvolvimento. O autor, com base em um levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, faz menção sobre a existência, em 2005, de 587 garimpos situados em zonas ambientais, portanto, proibidos.

Criado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o Código Florestal Brasileiro é considerado uma das mais importantes leis ambientais do país. Porém, uma vez que o projeto de expansão do capitalismo passa a esbarrar nas leis de proteção ambiental, fortes foram as pressões do agronegócio para a aprovação de um Novo Código Florestal. A proposta de um novo código surgiu em julho de 2010, por meio do relatório elaborado pelo deputado Aldo Rebelo (Partido Comunista do Brasil) e foi sancionada, mesmo sob forte pressão popular, em maio de 2012.

De acordo com a avaliação feita pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas, as principais mudanças ocorridas com a aprovação do Novo Código Florestal foram a anistia a quem desmatou ou ocupou ilegalmente terras públicas até

julho de 2008; além da redução das: Áreas de Proteção Permanentes (as matas ciliares que protegem as margens dos rios); Área de Reserva Legal (aquela que, no interior da propriedade, deve ser mantida com a sua cobertura vegetal nativa); e Unidades de Conservação e Territórios Indígenas.

Com o objetivo de aumentar a exportação de produtos primários, o Novo Código Florestal aprovado pelo governo brasileiro intensifica ainda mais a dependência do país em relação ao mercado mundial. Além disso, representa um grande retrocesso no que diz respeito à proteção ambiental ou à defesa de um desenvolvimento que se dê de modo verdadeiramente justo e sustentável, uma vez que as áreas liberadas, se antes já serviam, agora mais ainda serão destinadas à construção de grandes hidrelétricas e projetos de mineração.

O Novo Código Florestal veio no intuito de formalizar algo que na prática já acontecia. A este exemplo está a informação divulgada pelo Relatório de Insustentabilidade da Vale, sobre as investigações realizadas pelo Ministério Público e o IBAMA em que se constatam relações comerciais entre a empresa mineradora e usinas siderúrgicas produtoras de ferro gusa que usam carvão vegetal obtido de maneira ilegal. Além do crime ambiental, outra questão que pesa é o fato de essas usinas estarem envolvidas em casos de trabalho escravo e infantil.

Conforme já dito, para dar suporte ao projeto de extração de minério de ferro da região dos Carajás, no Pará, e possibilitar seu escoamento até o porto da Ponta da Madeira, no Maranhão, e sua conseqüente exportação, foi necessária a organização de um sistema que, entre outras coisas, materialmente envolve contratação de mão de obra, construção e manutenção de estrada de ferro e implantação de usinas siderúrgicas. Para alimentar tais usinas, gerou-se mais necessidades, como a criação de carvoarias e a expansão da floresta de eucaliptos.

De acordo com os dados divulgados pela Rede Justiça nos Trilhos por meio do documentário Não Vale (2010), no município de Açailândia, a vegetação que sobreviveu à primeira leva da pecuária começou a ser extraída em grande quantidade no final dos anos 80 e início dos anos 90, com a chegada das siderúrgicas. Isso se explica, ainda que não se justifique, devido ao fato de o ferro gusa, que é recebido pela Vale, ser produzido a partir da queima do minério de ferro em fornos movidos por grandes quantidades de carvão vegetal.



Fotografia 6 – Em meio a um deserto verde

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Em entrevista, o padre Dário Bossi, missionário comboniano e articulador da Rede, afirma que somente em 2007, foram queimadas 400 milhões de plantas, das quais pelo menos metade seria de mata nativa. Segundo relata, por dia, uma siderúrgica consome em média vinte e cinco vagões de minério de ferro e, para atender tal demanda, necessita também, diariamente, de pelo menos quarenta caminhões de carvão vegetal. Logo, para produzir uma tonelada de ferro gusa, seriam necessários 3,8 m³ de eucalipto.

Segundo esse cálculo, ao longo de um ano seriam necessárias 500 mil toneladas de eucalipto para alimentar uma siderúrgica como a Viena, instalada em Piquiá de Baixo. Segundo Dário Bossi, esse total corresponde à extração de

madeira de uma área correspondente a 54 mil hectares de floresta, o equivalente a quase 2% do território do Maranhão. Para atender a essa demanda e como forma de disfarçar o desmatamento e a concentração de terras, a monocultura de eucalipto chega sob o nome de reflorestamento.

No Maranhão, a expansão da monocultura de eucalipto tem sido fortalecida, sobretudo por duas frentes: uma da empresa Suzano, que já dispõe de 154 mil hectares de terras com eucalipto para a produção de celulose; e outra, que serve à produção de carvão para alimentar as siderúrgicas. Os efeitos dessa cultura são nocivos às comunidades, pois ela consome grande quantidade de água, provoca erosão e perda de nutrientes do solo e exige uma quantidade grande de agrotóxicos. Tais fatores servem de reclame aos que da terra precisam tirar a garantia da vida.

Aqui, onde agora a gente mora, funcionava uma carvoeira. Antigamente, nessa área que é da União, o dono fazia pasto e extraía madeira. Hoje, o jeito de prejudicar a terra é um pouco diferente. A Vale, por exemplo, eu digo primeiramente que ela está dando um grande prejuízo aos trabalhadores rurais, porque, quando não existia plantio de eucalipto, em todo lugar dava plantio bom. Hoje só dá arroz se a gente plantar em uma determinada época do ano. Se plantar nasce, mas nasce e morre. Tudo que vem da palha, como o arroz, o milho, é prejudicado por conta do veneno que eles jogam do avião uma ou duas vezes por ano. Em segundo lugar, a Vale está ocupando muita terra: se você sair aqui rodando de carro, passa de duas a três horas não vendo nada além de eucalipto. Isso está acabando com a floresta. E por último tem a linha de ferro que mata muitos animais, muita gente. Ela causa muito prejuízo.⁹

Conforme podemos observar em depoimentos como esse, a pressão sobre os recursos florestais exercida por latifundiários e/ou grandes empresas como a Vale, impõe mudanças nos modos de vida das populações das áreas atingidas. A forma como se dá o uso do espaço e as técnicas empregadas hegemonicamente acabam por cercar os produtores que têm na agricultura familiar – cultivo responsável pela alimentação de pelo menos 70% da população brasileira – sua única forma de resistência.

Com a produtividade da terra prejudicada e dada a dificuldade da vida em meio ao campo, algumas famílias vendem o espaço antes conquistado ou tentam permanecer fazendo nele aquilo que antes se fazia. Era este o caso de uma das carvoarias que pude conhecer durante o período da última vivência na zona rural de

⁹ Antônio Bernardino, trabalhador rural acampado pelo MST, em conversa realizada em 20 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.

Açailândia. Após a construção das unidades industriais de carvão vegetal que alimentam as usinas, as pequenas carvoarias foram sendo fechadas por determinação ou, como esta, funcionava na clandestinidade.

Já faz tempo que eu trabalho sozinho aqui na carvoaria. Não mantenho ninguém trabalhando fixo porque não compensa. Quando preciso produzir uma quantidade maior de carvão, chamo alguém e pago uma diária. Eu uso madeira nativa de reaproveitamento, mas faço isso aqui praticamente escondido, porque caso contrário, o IBAMA vem e fecha, como já fechou outras. Só que está sendo muito difícil continuar com a carvoaria por causa das grandes que já existem, como essa da Vale. As empresas não compram mais dos pequenos produtores e isso acontece também porque a gente não tem nota fiscal e nem pode ter. Essa é a maior dificuldade. É por isso que já estou pensando em fazer outra coisa aqui.¹⁰

Há alguns minutos de caminhada da Estrada Novo Oriente em direção à mata, a pequena carvoaria funcionava timidamente, soprando fumaça em três, dos somente oito fornos ainda restantes. O objetivo da visita, que não fora anunciada, era o de identificar quais as condições das trabalhadoras e trabalhadores, dadas as constantes denúncias de trabalho escravo de que se tem notícias na região. Porém, não havia lá outras pessoas, senão o próprio dono. Seu depoimento, como vimos, nos faz voltar ao que afirmou Santos (2010) sobre a diminuição da importância de um ator que não tem condições de, no período atual, mobilizar as técnicas mais avançadas.

A utilização de técnicas outras ou, conforme prevê Santos (2010, p.20), a possibilidade de utilização do sistema técnico atual a partir de outras formas de ação, estaria como uma esperança no sentido de produção de grandes mudanças: “Essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos”. É nesse sentido que o autor, embora reivindique a técnica, chama a atenção para a não sobreposição dessa sobre a Política, pois é esta, e não aquela, a ação que dá sentido a materialidade.

Feita de erros de cálculos e “obra de classes que não são classes”, a política para Rancière (1996, p.51) manifesta-se sob a figura do dano que por sua vez “institui um universal singular, um universal polêmico, vinculado a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais”. Logo, a política não seria nenhuma coisa em si, mas algo que poderia vir a sê-lo a depender

¹⁰ Depoimento do dono de uma carvoaria clandestina situada na zona rural de Açailândia – MA, durante conversa realizada no dia 21 de janeiro de 2012.

de sua capacidade de por em relação ou, mais que isso, de reconfigurar as relações que determinam o lugar – seja ele de trabalho, de moradia, de vivência – e sua relação com a comunidade.

Há diálogo entre os pensamentos de Santos e Rancière (1996, p.61) na medida em que este afirma que a racionalidade política “só é pensável de maneira precisa se for isolada da alternativa em que um certo racionalismo quer enclausurá-la: *ou* a troca entre parceiros que colocam em discussão seus interesses ou normas, *ou* a violência do irracional”. É nesse sentido que podemos pensar em uma série de ações de sujeitos sociais como o MST que são consideradas pelas mídias e atores hegemônicos como sendo pertencentes ao campo da irracionalidade, como ruído de revolta, nunca palavra expositora de dano.

No debate para diferenciação entre política e polícia, fala-se sobre uma definição dos modos de fazer, ser e dizer, logo, uma ordem que é determinante de quem diz, onde diz e o que diz e, mais que isso, determinante se aquilo que se diz *manifesta* ou simplesmente *indica*. Assim, o autor propõe pensar a *polícia* em seu sentido “neutro”, sem referência a aparelho de Estado ou forças repressivas, mas como consentimento, diferentemente da ideia de deslocamento por sua vez expressa pela *política*.

Rancière (1996, p.41) propõe chamar de *polícia* a ideia que comumente se atribui a *política*. O autor, como já dito anteriormente, propõe pensar a polícia em seu sentido “neutro”, não referente a aparelho do Estado ou forças repressivas, mas como sendo o “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 1996, p.42).

Partindo dessa reflexão, mais oportuno seria dizer que é *polícia* o que fazem a Vale e grandes empresas por meio do emprego de técnicas de exploração que geram fortes impactos às populações, bem como pelo fato de disporem de formas de se fazer visível, ou mesmo invisível, conforme lhes convém. Na ação que

bloqueou a Estrada Novo Oriente, a exemplo, a empresa divulgou à imprensa uma nota alegando que, durante a mobilização, a Estrada de Ferro dos Carajás teria sido também bloqueada, o que justificaria a adoção de medidas jurídicas contra os manifestantes por parte da empresa.

Conforme já exposto, como a mobilização se deu durante um dos períodos de vivência desta pesquisa, pude acompanhá-la e nesse sentido garantir que não houve o bloqueio da linha de ferro pelos manifestantes conforme divulgou a empresa em nota oficial¹¹. Logo, podemos dizer que é também dessa possibilidade ou não de ser visível que se pode pensar a disputa pela terra como uma luta que, entre tantas reivindicações, manifesta ainda o desejo de se fazer ver. Daí a política.

A atividade política é aquela a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996, p.46).

A política seria então deslocamento, relação e não-relação, multiplicação dos mundos sensíveis, seria fazer ver justo aquilo que costumeiramente não se deixa ver e, para o autor, esse fazer ver daquilo que nada deixa ver não pode se dar por outro meio que não seja o conflito. É então que a terra deixa de ser compreendida somente como espaço geográfico e ganha a conotação de espaço social, passando a ter um caráter propriamente político, uma vez que nela são estabelecidas as relações e a distribuição dos poderes, dos bens e dos agentes.

E é partir dessa possibilidade ou não de ser visível que se pode pensar também a disputa pela terra. Como lugar de organização da vida política e da possibilidade de provocação de deslocamentos, no espaço ocupado está não somente a manifestação de uma forma de resistência, seja ela por meio de uma concepção de tempo, pelo emprego de outras técnicas ou, quem sabe até, de um mesmo sistema de técnicas, porém com objetivos outros. Na terra está também a possibilidade de se fazer ver outros sujeitos, de se fazer ecoar outras vozes.

¹¹ *MST e população rural fazem manifestação e impedem obras de duplicação da Ferrovia Carajás.* Notícia publicada na página eletrônica do jornal **O Imparcial**. Disponível em: <http://migre.me/9BMnG>. Acesso em: 19 jun. 2012.

3 AS VOZES DA TERRA



Fotografia 7 – Leitura do informativo distribuído pelo MST

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

São muitas as vozes da terra. Umas são gritos, outras são falas, algumas sussurros ou expressões bastante pequenas de lutas que, quando não rompem o silêncio, podem-se fazer também caladas. As vozes são enunciados, são expressões dos sentidos produzidos pelos sujeitos individuais ou coletivos que habitam o espaço. Este, por sua vez, pode ser compreendido como lugar de encontro, confronto e entrelaçamento de vozes. Por isso, para bem ouvi-las, mapeá-las, identificá-las, habitar o espaço torna-se verdadeiramente uma necessidade.

Como espaço habitado, Açailândia foi reveladora de muitas vozes. Foi lugar de identificação e estranhamento nos encontros que se estabeleceram com distintos outros. Há o *outro* que representa as vastas terras, a velocidade do tempo, a técnica avançada; mas há principalmente o *outro* que mobiliza outras técnicas e, dentro de sua lenta relação com o tempo, utiliza-as para lutar por uma nova divisão. É este o *outro* que nos interessa nesta pesquisa e partirá dele nossa reflexão sobre o *dialogismo* e a *polifonia*, contribuições bakhtinianas aos estudos da linguagem.

3.1 O dialogismo e a polifonia em Bakhtin

“Existe outro mundo na barriga deste mundo”, dizia Eduardo Galeano durante conversa na Praça Catalunha, em Barcelona¹². O novo mundo de que fala o escritor seria o mundo que “pode ser” pulsando dentro daquele que “é”, e a prova de sua existência pode estar justo nas mostras de disposição dadas pela juventude e pelos trabalhadores de diferentes partes do mundo, quando estes se põem em mobilização. Essa analogia, de um mundo no interior de outro, pode-nos ajudar a refletir aquilo que Bakhtin nomeou de dialogismo e polifonia.

Isso porque o dialogismo, longe das definições conceituais que se propõem acabadas, pode ser compreendido, a partir das contribuições do linguista russo, enquanto conceito que permite examinar a presença de outros discursos no interior do discurso. Essa ideia de um discurso grávido de tantos outros, logo, seu caráter dialógico, bem como ideologicamente complexo, são características representativas daquilo que Bakhtin define como sendo constitutivos da essência da linguagem, seja ela pensada como língua ou discurso.

Assim, todo discurso é dialógico porque se constrói na relação com o *outro*, seja esse *outro* discurso, seja esse *outro* sujeito produtor de sentido, interlocutor no processo de interação verbal. Desse modo podemos apontar duas concepções de dialogismo presentes nos escritos de Bakhtin: uma que diz respeito ao diálogo entre interlocutores – exige presença e se concentra na diversidade de vozes, línguas e tipos discursivos – e outra que se refere ao diálogo entre discursos – compreende o texto como um tecido de muitas vozes –, tal como afirma:

¹² No dia 24 de maio de 2011, Eduardo Galeano conversou com jovens durante manifestação ocorrida na Praça Catalunha, em Barcelona. O vídeo com as falas encontra-se disponível na *internet* e pode ser acessado por meio do seguinte *link* reduzido: <http://migre.me/emdoQ>

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2010, p.127).

Tanto o diálogo que exige presença real e física de dois ou mais interlocutores, como o diálogo que pressupõe apenas a existência de duas ou mais vozes, falam sobre a natureza social, e nunca individual, da língua. A língua como um fato social, é também assim compreendida por Ferdinand de Saussure. Porém, enquanto para este a língua é pensada como objeto abstrato ideal, como sistema sincrônico e homogêneo, para Bakhtin está justo nos conflitos, interações, relações, bem como na heterogeneidade dos enunciados toda materialidade da língua.

Entre Bakhtin e Saussure há uma polêmica central no que diz respeito ao objeto da linguística. Este, a exemplo, sustenta como tese o fato de que a língua se opõe à fala como o social ao individual. Tal concepção é fruto do objetivismo abstrato que, considerando que somente o sistema linguístico pode dar conta dos fatos da língua, rejeita a enunciação, o ato de fala, e os coloca como individuais. Já o subjetivismo idealista, outra orientação, embora leve a fala em consideração, também a compreende como individual.

Ao sustentar que o indispensável nos estudos da linguística está não nos textos, mas nas falas; não nos indivíduos, mas no social, Bakhtin (2010, p.113) afirmará que “na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo”, e conclui: “*a enunciação é de natureza social*”. Isso porque toda enunciação é uma resposta a algo e é construída como tal, logo, toda enunciação, ao ser produzida, pressupõe a existência do *outro*.

Em toda parte há discurso, em toda parte há enunciação. Mas, é importante observar: talvez por conta do nosso lugar de fala – lugar este que nos exige uma postura engajada, que nos empurra a atender a um desejo político de fazer ouvir aquelas vozes que costumeiramente não se deixa ouvir –, quando pensamos em “vozes da terra”, por vezes nos furtamos de falar ou mesmo deixamos de constatar a presença de uma outra voz. Há uma produção hegemônica de vozes e assinalar sua existência faz parte de um processo de resistência e criação.

Da mesma forma que a terra como espaço pode ser compreendida como arena de disputa sobre as diferentes possibilidades de uso do espaço, do tempo e da técnica, a terra pode ser compreendida também como o lugar de batalha de diferentes vozes. Se os movimentos sociais se organizam de modo a produzir enunciados e a fazer com que suas vozes sejam ouvidas por outros, tal organização é feita em resposta a uma voz já presente.

“A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 2010, p.48). Por isso, toda elaboração que se dá no esforço de possibilitar o ecoar de outras vozes, pode ser entendida como uma batalha política. O que fazem os movimentos sociais ao se organizarem com tal intuito é se contrapor a uma voz ou conjunto de vozes hegemônicas que lhes oprimem e sustentam a exploração.

Nessa organização, muitas vozes são produzidas. O *outro* hegemônico produz sua voz e para isso conta com meios também hegemônicos, como, por exemplo, as mídias que, quando não criminalizam os movimentos sociais, tornam-nos invisíveis. Mas, como resposta ao *outro* hegemônico, existe um *outro* minoritário que se organiza coletivamente para se contrapor às injustiças e se fazer visível, se fazer audível. Esse *outro* é também composto por muitos outros e, se compreendemos cada sujeito como produtor de sentido, estamos então diante de muitas vozes.

Dizia Bakhtin (2003, p.348): “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo, o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos”. Por isso, se delimitássemos como objeto de análise um único sujeito encontrado em campo, seria ele produtor de muitas vozes que se materializam em atos de fala. Esses, por sua vez, são todos constituídos por uma série de outras vozes, são discursos constituídos por outros.

As duas acepções de diálogo ou de dialogismo que refletimos até aqui só foram possíveis de serem pensadas se em relação com o *outro*, fosse esse *outro* discurso ou sujeito individual ou coletivo. Podemos então, a partir dessa reflexão, pensar a *alteridade*, a condição, o caráter ou mesmo qualidade de ser outro. Amorim (2001), estudiosa das contribuições de Bakhtin às Ciências Humanas, propôs pensar

a arte dialógica como aquela capaz de confrontar, dar voz e presença ao que se tenta costumeiramente esconder.

Além de dialógico, o signo, o sujeito e suas relações são também pensadas, em Bakhtin, a partir de uma concepção dialética, logo, uma concepção que pressupõe confronto, contradição e compreende tais elementos não como acabados, mas em processo. A alteridade, segundo as definições de Amorim (2001), está também em conformidade com essa natureza dialógica e dialética, uma vez que afirma que o que permite a expressão da alteridade é o “descontínuo, o intervalo, a exotopia e a disseminação”.

Assim, baseando-se na análise feita pelo antropólogo Jean-Pierre Vernant, a autora fala da alteridade como uma relação de não proximidade, em que o *outro* é posto como enigma e o encontro com ele pode horrorizar, embriagar ou levar à transposição de limites. Vernant, para chegar a esse sentido, constrói uma analogia que, partindo das representações feitas pelas figuras mitológicas gregas de Górgona, Dionísio e Ártemis, nos possibilita pensar a alteridade em diferentes níveis, da próxima à radical.

De acordo com Vernant (apud Amorim, 2001), em Górgona, a deusa com cabelos de serpente capaz de petrificar aqueles que cruzassem seu olhar, está a representação do horror, do caos, do indizível e do impensável diante daquilo que é absolutamente *outro*, é a alteridade radical; em Dionísio, deus do vinho e entre os deuses o único filho de um mortal, está o duplo caráter do que é ao mesmo tempo *outro* e familiar, a possibilidade de tornar-se o *outro* diferente do que se é naturalmente, é a alteridade próxima.

Em Ártemis, por sua vez, deusa das fronteiras entre o longínquo e o próximo, está a capacidade de integrar o que é *outro*, tornando-o parte do mesmo. Sobre esta figura, Vernant (apud Amorim, 2001, p.53) afirma ser por intermédio dessa deusa estrangeira, “portadora de alteridade, adotando-a como sua, a *polis* grega, a partir do Outro, com o Outro, constitui o seu Mesmo”. E Amorim (2001, p.55) completa afirmando que “através dela, o Outro se coloca como componente do mesmo, como condição da identidade a si próprio”.

Refletir a figura da Ártemis grega sob a perspectiva dos movimentos sociais nos abre a possibilidade de analisar as táticas de atuação de sujeitos como o MST, uma vez que, também na diferença, no estranhamento, tais movimentos buscam não somente agregar o *outro*, como também têm nele um elemento

fundamental para a construção de uma sociedade e subjetividade novas. Nos processos de disputa, mesmo as práticas mais cotidianas – tais como falar, ler, preparar refeições, entre outras – podem ser consideradas tipos de táticas.

Tal reflexão parte da definição dos conceitos de *tática* e *estratégia* proposto por Michel de Certeau (1998). Opostos em si, tais conceitos estariam relacionados à intensa luta entre fortes e fracos, entre projetos hegemônicos e ações minoritárias, onde a *estratégia* remete às grandes estruturas, à homogeneidade e à imposição, enquanto a *tática* diz respeito à heterogeneidade, à resistência ou mesmo à arte de golpear, pouco a pouco, o inimigo, dentro daquilo que se convencionou como sendo seu campo de atuação.

A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vô” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas (CERTEAU, 1998, p.46-7).

Nesse processo de disputa estão também os sujeitos e suas subjetividades. Assim como a língua, eles são dialógicos e dialéticos, produtos ideológicos, não meros reflexos. Como parte da realidade material, os sujeitos e suas subjetividades refletem e refratam uma realidade que lhes é exterior. Para Bakhtin (2010, p.31), os problemas da filosofia da linguagem estão estritamente relacionados às bases de uma teoria marxista da criação ideológica. Por isso, afirma que “tudo que é ideológico, possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo”.

Assim como o linguísta russo retira do campo da psicologia o debate sobre a consciência, Marx e Engels retiram do campo das mistificações o debate sobre a essência. Todas essas elaborações têm como central a questão da ideologia e, portanto, das interações sociais. “A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso das relações sociais”, afirmará Bakhtin (2010, p.36).

Ao tentar buscar o fundamento da sociedade burguesa e o esclarecimento sobre a ideia de alienação, Marx (2007) desenvolve o conceito da

divisão social do trabalho – material e intelectual. Contudo, ainda em sua juventude, o autor fez uso do esquema de análise proposto por Hegel, ainda que não tenha a ele se limitado. Enquanto em Marx, homem e natureza, ou mesmo ideia e matéria eram encarados como opostos, sob a ótica da dialética hegeliana tais elementos eram tidos como unidade.

De início, tanto para Hegel, como para o jovem Marx, a alienação dizia respeito ao processo de objetivação do homem, de manifestação de si. Porém, havia uma diferença: enquanto para Hegel tal objetivação se realizava no processo de externalização e, principalmente, era tida como necessária; para Marx, ela se dava por meio do trabalho e era encarada como um problema. Outra diferença estava também na reflexão sobre a ideia de liberdade dos homens. Enquanto Hegel afirmava essa liberdade, Marx contra-argumentava.

Os jovens hegelianos¹³ afirmavam a liberdade do homem sob o argumento de que as vontades são a condição para se fazer escolhas. Já Marx, por partir da concepção de que o homem sozinho é abstração e por compreender que sua existência só se dá porque ele existe em relação, contra-argumenta a ideia de liberdade apresentada no esquema hegeliano baseando-se, por exemplo, na ideia do sistema de mútua dependência, no qual somos todos dependentes uns dos outros. Se dependemos uns dos outros, não podemos ser considerados livres.

No pensamento marxiano, outro dado que fala sobre a não liberdade do homem é o fato do nosso processo social não ser completamente consciente, e reside nisso a importância do debate sobre as ideologias. Para Marx e Engels (2007, p.21) devemos todos ter condições de viver para poder fazer a história, “mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais”. Essa constatação leva ao primeiro fato histórico apontado pelo autor: a produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades.

Satisfeitas tais necessidades e uma vez dispendo dos instrumentos produzidos para possibilitar tal satisfação, somos todos impulsionados à produção de novas necessidades. Eis o primeiro ato histórico segundo as análises de Marx e

¹³ Ao tratar do processo de decomposição da escola hegeliana, Engels (1886) afirmará que, apesar das explosões revolucionárias em sua obra, Hegel, pessoalmente, parecia inclinar-se mais para o lado conservador. Isso teria contribuído para que, no final da década de 30, a cisão de sua escola se tornasse cada vez mais patente. Desta cisão, a ala esquerda era composta pelos chamados jovens hegelianos. Nos escritos intitulados "*Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*" é possível encontrar mais elementos sobre essa elaboração. Disponível em: <http://migre.me/gYt6k>. Acesso em: 11 dez. 2013.

Engels (2007, p.22). Há outros elementos apontados pelos autores como interventores no desenvolvimento da sociedade, como a constituição da família e a conexão da história dos homens com a história da indústria e das trocas. Porém, para o debate aqui proposto, nos ateremos somente aos dois primeiros.

Pensar o que Marx e Engels (2007) apontam como primeiro fato e primeiro ato históricos nos abre a possibilidade de ilustrar qual papel cumprido pelas ideologias no processo de formação tanto dos sujeitos, como de suas subjetividades ou, mais ainda, no processo de produção daquilo que se considera como sendo sua essência. Marx e Engels (2007), já mais amadurecidos, ao tratarem do tema da ideologia, elaboram tanto a afirmação de que a alienação está não no processo de objetivação, mas na divisão social do trabalho, como também supera a ideia de essência.

Por acreditar que os jovens hegelianos estivessem cada vez mais conservadores e por reivindicar a ação prática, e não o materialismo contemplativo, como a verdadeira filosofia, Marx (2007, p.101) elabora as Teses sobre Feurbach. Dentre as onze notas, o autor fala sobre a necessidade de considerar, por exemplo, até mesmo a sensibilidade como atividade prática e, além disso, afirma que “a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”.

Ainda que tenham Marx e Engels acolhido contribuições de Hegel e de jovens hegelianos como Feuerbach¹⁴, a ênfase dada à importância das relações contribuiu para evidenciar as limitações e o porquê do rompimento com alguns conceitos propostos por esses autores. De Hegel, por exemplo, não nos serve o conceito idealizado de sujeito que o compreende como acabado; assim como também não nos serve o conceito abstrato de homem proposto por Feuerbach, com ênfase em relações idealizadas, não condizentes com as relações sociais históricas.

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros,

¹⁴ De acordo com Engels (1886), a trajetória de Feuerbach é a de um hegeliano que marchou para o materialismo. Tal trajetória, inevitavelmente, implicaria numa ruptura total com o sistema idealista proposto por Hegel, seu predecessor. Nesse sentido, a crítica de Marx ao jovem hegeliano se se referia à relação estabelecida por Feuerbach entre essência e teoria, quando, na concepção marxista, a essência não pode ser pensada senão na prática que os indivíduos se relacionam. Nos escritos intitulados *"Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã"* é possível encontrar mais elementos sobre essa elaboração. Disponível em: <http://migre.me/gYt6k>. Acesso em: 11 dez. 2013.

para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais (MARX e ENGELS, 2007, p.19).

Porém, por mais que tenham sido oferecidas as bases materiais para pensar, por exemplo, o sujeito, sua subjetividade e essência, por diversas vezes percebemos, mesmo entre os mais críticos defensores do pensamento marxista, uma grande incompreensão sobre o tema e, por consequência, a recusa ou mesmo repulsa em debater tais questões. Seria essa postura fruto de um distanciamento da realidade prática ou de um desconhecimento de toda teoria? Eis um debate que os sujeitos coletivos comprometidos com a transformação social deveriam travar.

Se, por um lado, entre os nossos, debater as questões sobre o sujeito, sua subjetividade e essência pode, na maioria das vezes ser encarado como uma tentativa de desviar o debate do que é considerado como mais importante – como as questões econômicas –; por outro, há também aqueles que, por desconhecimento ou mesmo por clara colaboração com a manutenção do pensamento hegemônico, propagandeiam a falsa ideia de que o pensamento marxista é omissos em relação a tais questões e, neste vazio, constroem vastas críticas.

Por isso, a necessidade e a atualidade de se realizar tal debate e, principalmente, fazer com que sua reflexão contribua para a efetivação de mudanças na realidade prática dos sujeitos coletivos, como os sujeitos sociais. A manutenção da recusa ou mesmo repulsa dos movimentos sociais em tratar das questões do sujeito, subjetividade e essência, podem por a perder um importante projeto de construção de uma nova sociedade fundamentada em bases verdadeiramente justas e plurais.

Mas há também alguns elementos na experiência histórica da esquerda mundial que acabam por colaborar com o pensamento que fala sobre a omissão no debate dessas questões. Durante a revolução russa de outubro de 1917 – aquela que mais perto chegou do que se poderia compreender como reivindicação de uma vida tida em coletividade – a vitória não foi a do sonho de uma vida sem opressão e exploração, mas sim da burocracia, do pensamento único, das calúnias, das mentiras e das perseguições políticas.

Bakhtin, ele mesmo, sofreu também o peso da ditadura stalinista. Seu nome e seus escritos sumiram da imprensa russa até 1963 e mesmo hoje não são amplamente conhecidos. No leste europeu, ele foi representante de um novo modo de pensar a língua, agora em relação. Isso colocou a linguagem como o lugar da constituição da subjetividade. “É pela linguagem que o homem se constitui enquanto subjetividade, porque abre o espaço para as relações intersubjetivas e para o reconhecimento recíproco das consciências” (BRANDÃO, 2005, p.268).

Sujeito, língua, subjetividade, enunciado e mesmo a vida são tidos em Bakhtin como dialógicos por essência. Então retornamos a um dos questionamentos feitos ainda durante a elaboração do projeto que orientou esta pesquisa: seria dialógica a comunicação produzida pela Rede Justiça nos Trilhos ou por movimentos sociais como o MST? Hoje, dispondo de uma reflexão sobre a teoria, não resta dúvidas de que o questionamento devesse ser outro: nos discursos produzidos por esses sujeitos, é possível identificar a presença de outros discursos?

Embora todo discurso seja composto por outros discursos, a heterogeneidade discursiva nem sempre se dá de forma marcada. Um discurso pode-se apresentar como homogêneo, único, não deixando ser possível identificar em seu interior a presença de outras vozes. Reside aí a diferença entre *dialogismo* e *polifonia*, conceitos que por vezes são apresentados como sinônimos nos escritos bakhtinianos. Dentro dessa distinção, *polifonia* pode ser compreendida como o dialogismo que se deixa ver, entrever, perceber.

Feita essa distinção, vemos como atualizado o desafio de pensar o diálogo sob a perspectiva de um movimento social organizado em rede. Uma vez que propomos, por meio desta pesquisa, buscar, ouvir, mapear e identificar as vozes dentro do espaço que delimitei, o método escolhido não poderia ser outro senão um que nos possibilitasse encontrar os *outros* e com eles estabelecer processos de identificação e/ou estranhamento. Por isso a escolha pela cartografia na busca das primeiras vozes da terra, como veremos a seguir.

3.2 As primeiras vozes

Toda pesquisa, ainda que não se proponha a intervir, de algum modo intervém. Mas, da intervenção encarada como problema, àquela que no processo de pesquisa é um desejo da pesquisadora ou pesquisador, todas passam pela

exigência de métodos que auxiliem no processo de investigação. Assim, este trabalho, diante do desafio de bem ouvir, mapear e identificar as vozes da terra encontrou, na cartografia, um método de pesquisa que possibilitasse acompanhar processos, habitar espaços e, sobretudo, intervir.

Formulada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), a cartografia é um método de pesquisa-intervenção que, mais que representar objetos, visa acompanhar processos de produção. Para isso, lança mão de uma série de procedimentos, como são o caso das entrevistas e da observação participante, logo, fazendo necessária a habitação de um espaço ou território que, conforme temos debatido, pode ser compreendido tanto em sua dimensão geográfica, como também social, simbólica e existencial.

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial (BARROS e KASTRUP, 2010, p.56).

Ao proporem a reflexão sobre o conceito de rizoma, Deleuze e Guattari (1995) falam de multiplicidade, de desterritorialização, sobre a condição de ser muitos e deixar de ser “eu” e reivindicam que o funcionamento das coisas se dará sempre em conexão. A cartografia, como método que se ocupa em acompanhar processos, funcionaria como um princípio do rizoma, com suas múltiplas possibilidades de entradas. Na pesquisa, seria o equivalente a investigar algo que já se encontra em movimento.

Essa ideia de pensar em termos de conexão de redes ou rizomas, de certo modo nos aproxima da defesa de Bourdieu (1998, p.28) sobre a necessidade de pensar em relações mais que pensar grupos ou indivíduos. Conforme afirma o autor, “é mais fácil, por exemplo, pensar a diferenciação social, através da noção de classe, ou mesmo de antagonismos entre esses grupos, que pensá-la como forma de um espaço de relações”. É, portanto, assim que queremos refletir o objeto desta pesquisa.

Temos construído até aqui uma linha de raciocínio que, em diferentes esferas – política, linguística, metodológica –, dá centralidade às relações. Associando esse pensamento ao nosso objeto, cabe dizer que nos interessa menos

pensar o MST enquanto movimento social com a amplitude que lhe é conferida, que pensá-lo em relação com outros sujeitos com quem estabelece ou não diálogos e por que motivos. Trata-se, portanto de um passo que se dá para acompanhar um processo que já está em curso.

O que queremos dizer é que, se temos como recorte o município de Açailândia, onde o movimento intervém também por meio da Rede Justiça nos Trilhos, não necessariamente esse processo teve início em 2003, quando da criação da campanha impulsionada pelos missionários italianos, ou alguns anos antes, quando se iniciava a articulação para a atuação conjunta. Trata-se de um movimento que guarda em sua história uma série de elementos que podem ser reveladores do próprio processo.

Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas (PASSOS e BARROS, 2010, p.30).

É, portanto, da necessidade de investigar e evidenciar esse processo e, por consequência, as vozes que falam nele e sobre ele, que se justifica a escolha da cartografia como método que orienta esta pesquisa. Para isso, nos apoiaremos nas reflexões que Passos, Kastrup, Escóssia (2010) e outros autores fazem ao longo de oito pistas que objetivam desenvolver e coletivizar a experiência da cartografia. Neste tópico nos ateremos àquela que diz que “cartografar é acompanhar processos” (BARROS e KASTRUP, 2010).

O período de 17 e 23 de julho de 2011

Pesquisar o MST enquanto movimento integrante da Rede Justiça nos Trilhos implicava pensa-lo em relação com outros sujeitos que, do mesmo modo, eram e são também produtores de vozes, produtores de sentidos. Assim, ir ao encontro das vozes produzidas pelo MST era também submeter-se ao entrelaçamento das vozes que, não produzidas pelo movimento, falavam sobre ele, para ele e por vezes, por ele. Foi exatamente no esforço de evidenciar tais vozes que a necessidade de ir a Açailândia se fez.

No espaço delimitado, para além de pensar quem são os *outros* com quem se encontrava o MST, algo que nos interessava saber era que mudanças o movimento implicava no *outro*, ou implicava a si mesmo ao encontrar-se com esse *outro*. Açailândia, nesse sentido, configurou-se como espaço onde a vida acontecia, onde o palco dos reclames se encontrava em atividade e, talvez por isso, por os pés nesse espaço pela primeira vez fosse como sentir-se “começando pelo meio”, tal como dito por Barros e Kastrup (2010, p.59).

A chegada ao município na madrugada de 17 de julho de 2011 era carregada de incertezas. Isso porque, até então, as articulações estabelecidas haviam ocorrido somente por meio de uma extensa troca de *e-mails* com diversos atores sociais atuantes no espaço. Nessa prévia, três nomes foram fundamentais ao estabelecimento das primeiras relações: os missionários combonianos Ilaria Arcara e padre Dário Bossi; e a militante integrante da Direção Nacional do MST, Divina Lopes.

Se a ideia inicial era acessar os militantes do MST e por meio deles e de suas vozes perceber de que modo se dava a relação do movimento com os demais sujeitos integrantes da rede, a experiência de campo deu à pesquisa uma orientação diferente. A começar pela recepção feita pelo padre Dário Bossi – e não por uma militante do MST, como previamente planejado – as relações que se estabeleceram a partir do primeiro geraram maior proximidade à rede, ao passo que efetivava uma distância considerável do movimento.

Dos encontros, visitas e entrevistas planejados para acontecer durante aquela primeira semana em Açailândia, nenhuma delas pode ser com o MST. Para efetivar o plano de conhecer um assentamento, por exemplo, seria interessante que se estabelecesse antes um contato mais estreito com um dos militantes do movimento que tinham residência na cidade. Contudo, desses, uma parte cumpria tarefas fora do município, e os que lá estavam, esbarravam na dificuldade sobre encontrar tempo.

Era, então, preciso traçar planos para experimentar de outros modos aquele período e processo em curso. Tendo a Rede Justiça nos Trilhos como ponto de partida, a ação seria o inverso do planejado: não mais conhecer o MST para que, a partir dele, pudéssemos conhecer os outros sujeitos; mas a começar pelos outros e pelos encontros e estranhamentos estabelecidos por eles, conhecer esses outros

e, por consequência, conhecer o MST. Era essa uma nova perspectiva e exigia, por sua vez, a reorganização do método.

No contexto da ciência moderna, as etapas da pesquisa – coleta, análise e discussão de dados – constituem uma série sucessiva de momentos separados. Terminada uma tarefa passa-se à próxima. Diferentemente, o caminho da pesquisa carográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também, como veremos, na escrita dos textos. (BARROS e KASTRUP, 2010, p.59).

Assim se estabeleciam os primeiros encontros proporcionados pelo padre Dário Bossi. A recepção na rodoviária na manhã de domingo acontecia também para uma jovem e um jovem italiano que faziam parte de um projeto de fotografia social. No trajeto até a casa de apoio que nos serviu de abrigo, os informes mais recentes sobre a situação política da região eram dados pelo missionário, hora em italiano, hora em português, e assim íamos nos situando. Mais tarde, outros cinco jovens, também italianos, se juntariam ao grupo.

O projeto de fotografia social do qual faziam parte era desenvolvido com o apoio da Rede Justiça nos Trilhos e estava relacionado às comunidades que vivem ao longo da ferrovia dos Carajás. As fotografias, além de relatarem o cotidiano das comunidades, serviriam também à confecção de materiais que pudessem auxiliar na arrecadação financeira para entidades que integravam a rede. Essas informações só seriam descobertas mais tarde, já que num primeiro momento, a língua foi uma grande barreira.



Fotografia 8 – No entorno dos trilhos

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Quando o missionário deixou a casa de apoio, éramos ao todo oito jovens – cinco moças e três rapazes –, sete deles italianos, mas em relação à Açailândia como espaço, éramos todos estrangeiros. Havia curiosidade sobre o trabalho desenvolvido e também um desejo de acompanhá-los durante os trajetos de registro. Poderia ter sido essa uma importante contribuição à pesquisa, mas a falta de equipamentos e a impossibilidade de acompanhar as orientações dadas pelo professor também italiano foram elementos inibidores.

Partilhando com o grupo o espaço da casa e tendo a língua como uma grande barreira, a atenção aos detalhes fazia-se mais que necessária. Nesse sentido, uma percepção saltava à atenção: uma das jovens trazia consigo um livro

de Caldart (2004) e a posição do marcador de texto entre aquelas 440 páginas indicava que se tratava de uma leitura que se dava há algum tempo. Alessia Scarpa¹⁵ já havia estado em outros municípios maranhenses em decorrência do MST e do projeto de fotografia.

Com ela estabelecia-se uma importante relação, uma espécie de elo com os estudantes italianos em meio às andanças que faríamos por Açailândia e, principalmente, com o MST, uma vez que até então, pessoalmente, nenhum dos militantes na região eram conhecidos para esta pesquisa. Outro elemento importante foi também a possibilidade de ver o município sob o olhar de alguém que, embora conhecesse a região, era também estrangeiro e por isso sugeria, ainda que talvez não soubesse, um olhar não naturalizado.

Além do grupo que acompanhava a fotógrafa – e que partilhavam o espaço na casa de apoio dos missionários combonianos –, havia também um professor de fotografia e outros dois ou três jovens participantes do projeto. Estes ficaram abrigados na casa onde moravam alguns militantes do MST. Nas noites que estiveram em Açailândia, após os trajetos fotográficos, todas e todos reuniam-se para trocar as imagens produzidas e preparar algum alimento que lhes serviria de jantar. Era aquele também um tempo de trabalho.

Para além das tentativas formais de agendar uma conversa com algum dos militantes representantes do movimento na região – que, conforme já dito, passavam por uma semana bastante atribulada dadas as demandas de militância, formação e elaboração de projetos –, foi num desses momentos de informalidade que se estabeleceu um contato mais próximo entre esta pesquisa e o MST. Isso aconteceu na terceira noite após chegar a Açailândia quando, a convite de Scarpa, todos nós fomos à casa onde estavam os demais.

Já próximo à meia noite, no espaço, que também servia de sede do movimento, eram muitas as vozes e as trocas que se estabeleciam. Havia música em espanhol; havia conversas em italiano; e havia também o início de uma série de diálogos entre dois estranhos, e esse se dava em português. Tratava-se do militante Márcio Zonta que, ao longo da conversa que também demonstrava interesse em melhor conhecer a pesquisa, relatou ter formação acadêmica em jornalismo e relações públicas.

¹⁵ Os trabalhos da fotógrafa italiana podem ser acessados em: <http://www.alessiascarpa.it>

Mais adiante podemos nos ater a alguns elementos oriundos desses diálogos, mas por hora é importante destacar que eles serviram, sobretudo, para confirmar uma dificuldade tida ainda no período de preparação para ir ao município: nos processos de pesquisa com os movimentos sociais, o lugar de fala da pesquisadora ou pesquisador pode ser um inibidor ou um facilitador a depender de sua relação de ativismo ou militância política. É, portanto, também dependente dessa relação, o desenrolar das aproximações ou estranhamentos.

Em todas as experiências realizadas anteriormente em espaços do MST, as mediações eram estabelecidas já pressupondo, desde o início, que se tratava da construção de uma relação de militância. Desta vez, porém, desde as primeiras trocas de *e-mail* aos contatos e apresentações feitas pelo padre Dário Bossi aos representantes das entidades ligadas à rede, o *outro* que lhes aparecia era alguém que pesquisaria. A motivação apresentada era a acadêmica, somente. Esse foi um elemento que funcionou como inibidor.

“Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente” (PASSOS e BARROS, 2010, p.150). Por isso, era preciso modificar essa relação, uma vez que, a pesquisa, quando pensada, respondeu a desejos que falavam também sobre uma experiência política, não podendo ser, portanto, descartada. Não modificar essa relação poderia por em risco o próprio processo de investigação, de acompanhamento, logo, a própria pesquisa.

Da pesquisadora ou pesquisador cujo lugar de fala é o da academia, à pesquisadora ou pesquisador cujas motivações, além de acadêmicas, falam também sobre uma militância política, construía-se com os sujeitos encontrados uma relação de cooperação com a pesquisa. Tal transição não seria possível de se realizar senão intervindo no espaço, apresentando-se de outro modo, incluindo nas perguntas e nos diálogos elementos que permitissem ao *outro* reconhecer-se também no processo da pesquisa.

Uma das primeiras iniciativas no sentido dessa transição se deu nos diálogos iniciais com padre Dário Bossi. Houve, em todo processo, a necessidade de traçar um modo de se apresentar que pudesse ao máximo expressar a serviço de quais vozes esta pesquisa estaria. Dar presença às expressões e temas que fazem parte do dia a dia dos movimentos – como a independência financeira, por exemplo –, bem como o uso de “nós”, em lugar de “vocês”, foi de grande importância.

A cartografia como método de pesquisa intervém no espaço de forma declarada. Isso está para além de reconhecer que a presença da pesquisadora ou pesquisador é em si um elemento implicador de mudanças. O sujeito que pesquisa implica mudanças por meio de sua intervenção e, conforme vimos, ele mesmo, também se modifica durante o processo de pesquisa. O trecho que segue, serve para ilustrar essa aproximação. Na ocasião, falávamos sobre custos para realizar algumas atividades.

Tu falaste que é caro. São muitas ideias, mas *nós* sabemos o quão difícil é para as comunidades e para os movimentos que compomos desenvolvermos esses projetos, não é? Mesmo porque *nós* bem sabemos que não podemos solicitar financiamento de qualquer um porque a depender de quem financia, pode haver interferência no caráter dos projetos. Então eu queria entender como é que funciona, no caso dessas atividades. Como é que se consegue o custeio.¹⁶

De volta ao dia em que chegamos à Açailândia, as implicações do espaço sugeriram que o processo a ser acompanhado naquele primeiro momento seria o proposto pela Rede Justiça nos Trilhos, e não pelo MST, conforme explicamos no início. Assim, padre Dário e eu conseguimos construir uma agenda que incluía visitas às comunidades, rádios comunitárias e sindicatos, além de entrevistas com representantes de entidades que articulavam as principais mobilizações na região. Deste modo, tivemos:

Domingo, 17 de julho de 2011

Desde aqui o padre Dário Bossi configurou-se um interlocutor direto relativo às questões da Rede Justiça nos Trilhos, bem como ao estabelecimento de relações que foram essenciais à pesquisa. Foi ele quem nos levou até a comunidade de Piquiá de Baixo que, naquela manhã, receberia representantes da prefeitura municipal e o vice-governador do estado, Washington Luís, para apresentar-lhes suas demandas. Lá entrevistamos o senhor Anízio Pereira, membro da Associação de Moradores.

Segunda-feira, 18 de julho de 2011

¹⁶ Intervenção durante entrevista realizada com padre Dário Bossi, articulador da Rede Justiça nos Trilhos, realizada em 19 de julho de 2011, durante vivência realizada em Açailândia – MA.

Uma percepção tida de início e que se confirmava na experiência de campo tratava-se sobre o papel cumprido pelos Missionários Combonianos no processo de articulação da rede. Por isso, em se tratando desses atores, esse dia foi dedicado a duas questões: buscar informações e materiais produzidos pela rede ou sobre ela na biblioteca da paróquia São João; e realizar uma entrevista com padre Dário Bossi que falasse tanto sobre a articulação entre os sujeitos que compõem a rede, como também sobre a congregação dos combonianos.

Outro encontro também proporcionado pelo missionário durante esse dia se deu com as moradoras e moradores de outro bairro que, assim como Piquiá de Baixo, também está localizado na periferia do município, a Vila Ildemar. Quanto mais próximas dos trilhos eram as moradas, maiores eram os problemas relatados. “Aqui é a parte da Vila esquecida, rejeitada”, desabafou uma moradora. Foi nessa ocasião também que se deu a visita à Rádio Comunitária Arca FM, onde entrevistamos a jovem Vanusa Gonçalves.

Terça-feira, 19 de julho de 2011

Realizamos a entrevista com Jarles Adelino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia, entidade que surgiu à pesquisa quando, ainda na reunião realizada em Piquiá de Baixo, um de seus representantes pediu a palavra para manifestar apoio às reivindicações e relatar o poder de mobilização daquela comunidade. Foram as moradoras e moradores de Piquiá de Baixo que, em solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos, realizaram a ocupação de uma usina siderúrgica no dia 14 de fevereiro de 2011.

Quarta-feira, 20 de julho de 2011

Antes mesmo de a pesquisa de campo ter sido iniciada, o Centro de Defesa dos Direitos da Vida de Açailândia já havia despertado a atenção sobre a importância de seu trabalho graças à publicação do Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão (2007). Uma vez estando no município, era a oportunidade de conhecer de perto esses atores, além de suas

principais conquistas e enfrentamentos. Foi assim a entrevista com Milton Teixeira, secretário executivo da organização.

Quinta-feira, 21 de julho de 2011

De todas as visitas e entrevistas realizadas durante o primeiro período de vivência, talvez a realizada nesse dia tenha sido a que mais contribuiu para a definição dos rumos que esta pesquisa tomaria. A visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia e a entrevista com o dirigente Francisco Martins (Tico), possibilitaram pensar a especificidade da luta da terra naquela localidade. Aqui, em maior grau, começavam a se evidenciar os conflitos e diferenças recorrentes do diálogo e se fortalecia a necessidade de retornar ao campo.

Sexta-feira, 22 de julho de 2011

Mapeados os principais sujeitos e identificadas as vozes, era tempo de tentar um encontro mais formal com o MST. Pretendíamos, por meio desse encontro, colher elementos que contribuíssem para melhor compreender sua relação com os *outros* que integram a Rede Justiça nos Trilhos. Não tendo conseguido, caminhar pelo centro de Açailândia, percebendo o fluxo das trabalhadoras e trabalhadores, a troca de mercadorias e principalmente a conexão da periferia com esse espaço, foi um importante exercício de observação.

Sábado, 23 de julho de 2011

O gravador e o diário de campo já carregavam uma série de impressões. Aqui era o momento de voltar para casa e refletir a experiência de campo, os primeiros encontros e suas constatações. De início, a dificuldade sobre conversar com representantes do MST foi um elemento preocupante. Mais tarde, compreenderíamos que dentro do processo que nos propomos a acompanhar, mesmo o desencontro não poderia ser descartado, porque era ele parte importante do processo de pesquisa.

Todos os encontros e entrevistas realizadas nesse primeiro momento se deram no sentido de identificar qual era a importância de estar em rede para as

organizações e qual era a percepção dessas sobre o MST. Nesse sentido, uma constatação primeira foi o fato de, nas vozes dos outros, o movimento surgir como um parceiro. Mas era a ideia de parceria bastante intrigante no que diz respeito à importância desse sujeito no processo articulação e organização da rede e das lutas que passam por ela.

A primeira experiência de campo foi reveladora de conflitos e outros questionamentos que davam ainda mais movimento ao processo de pesquisa. A conversa informal com o militante do MST, relatada no início, evidenciou que havia uma necessidade nova de buscar o movimento não institucionalmente, mas encontrando os *outros* não autorizados a falar formalmente em seu nome. Era preciso habitar um novo espaço, dessa vez, existencial, para ouvir as vozes não autorizadas, ou mesmo aquilo que sequer é dito.

4 A CARTOGRAFIA E A BUSCA DO NÃO DITO

A cartografia como método de pesquisa pressupõe engajamento e exige da pesquisadora ou pesquisador uma postura de abertura a um processo de aprendizado. Como não se trata de relatar um objeto, mas pensa-lo em relação e, por isso, acompanhar um processo, enquadrar tal aprendizado em uma técnica ou conjunto de procedimentos seria uma contradição diante da necessidade de uma metodologia que deve ser construída também em processo. Nesse sentido, estar atento e sensível às possibilidades de mudança pode ser determinante à pesquisa.

Cartografar é sempre compor com o território existencial, engajando-se nele. Mas sabemos que o processo de composição de um território existencial requer um cultivo ou um processo construtivo. Tal processo coloca o cartógrafo numa posição de aprendiz, de um aprendiz-cartógrafo. Nesse processo de habitação de um território, o aprendiz-cartógrafo se lança numa dedicação aberta e atenta. Diferente de uma pesquisa fechada, o aprendiz-cartógrafo inicia sua habitação do território cultivando uma disponibilidade à experiência (ALVAREZ e PASSOS, 2010, p135-6).

Se atenta ou atento às vozes encontradas em campo e, principalmente, se sensível e disposta ou disposto a levar a cabo o método da cartografia, as experiências advindas da habitação do espaço podem empurrar a pesquisadora ou pesquisador a modificar não somente métodos e procedimentos, mas o foco daquilo que se pretendia como objeto. Foi assim nesta pesquisa que, inicialmente,

propunha-se a pensar centralmente o lugar da diferença nas redes de mobilização. Para isso, acompanharíamos o MST em relação à Rede Justiça nos Trilhos.

A motivação sobre atribuir centralidade à questão da diferença se dava, sobretudo, pelo questionamento que alguns movimentos sociais – como é o caso do MST – vêm sofrendo no que diz respeito à perda de sua independência e autonomia. Maria da Glória Gohn (2010, p.30), a exemplo, ao questionar a natureza e o caráter das redes de mobilização no Brasil, afirmará que, em sua heterogeneidade, a sociedade civil tem perdido o sentido e o campo da crítica, seu caráter de reivindicação¹⁷.

No que diz respeito ao MST, em nossa análise, a perda de sua autonomia e independência em relação ao governo se aprofundou após a primeira eleição do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva pelo PT, em 2002. Antes disso, na década de 80, é importante destacar que tal partido cumpriu um importante papel de mobilização, tornando-o referência nacional e internacionalmente, sobretudo na América Latina. Foi também o PT quem inaugurou, em seu modo de fazer política, o debate sobre a importância de realização de campanhas de independência de base e de organização de uma estrutura sindical livre do Estado.

Segundo Garcia (2011), a chegada do PT às prefeituras em 1988, a por pouco não eleição de Lula em 1989 e a ocupação de cargos por seus dirigentes durante a década de 1990 – não apenas cargos em instituições políticas estatais, mas também em órgãos de gestão direta do capital financeiro –, foram acelerando a burocratização do partido e a mudança de sua base e composição social. Refém da lógica do mercado eleitoral, teria mudado a política de alianças e entrado em jogo as campanhas milionárias, com apoio de empreiteiras e bancos privados.

Ainda de acordo com o autor, no governo, o PT deixou de ser apoio de atores que cumpriram papéis importantes na política brasileira – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e mesmo o MST – e foi responsável por um forte processo de cooptação, levando muitas dessas entidades à imobilidade. Em entrevista, Cyro Garcia afirma: “A CUT está mais preocupada com a política econômica do que com a reivindicação dos trabalhadores. O MST não. O MST tem uma divisão”.

¹⁷ Trabalhamos melhor esta questão no artigo *Palco de Consensos ou Teatro das Contestações? Uma Reflexão Sobre o MST na Atual Cena Política Brasileira* (FERREIRA e NUNES, 2012). Disponível em: <http://migre.me/eXEHE>.

O problema do MST é que sua direção ainda analisa o PT como se ele fosse um partido em disputa, como se pudesse, a partir de pressões, trazê-lo para esquerda, para um compromisso com a classe trabalhadora, e penso que hoje isso não existe mais. Lamentavelmente a política pela reforma agrária em nosso país teve um retrocesso muito grande. Hoje o MST se contenta em lutar por verbas pros seus assentamentos que já existem e em muitas das vezes em uma perspectiva de capitulação, o agronegócio trabalhando em seus assentamentos. E assim o MST acaba traido a sua própria história e abrindo mão da sua luta. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o maior enfrentamento feito foi pelo MST, época em que o movimento conseguiu expropriar uma área do tamanho de Portugal aqui em nosso país. Então, essa história não existe mais. Fruto desse equívoco de considerar que o governo do PT e que o próprio partido ainda esteja em disputa, mas lamentavelmente isso não existe mais.¹⁸

A divisão de que fala Cyro Garcia é confirmada, mais tarde, na entrevista feita com Divina Lopes, da Direção Nacional do MST, conforme veremos. Ter estabelecido com ela uma relação que não era estritamente acadêmica, mas falava também sobre uma militância e engajamento políticos, contribuiu para melhor compreender as diferenças que atualmente são geradoras de conflitos no movimento, mas, ao mesmo tempo, entender que, nesse momento, dar centralidade ao diálogo e não à diferença poderia ser mais importante.

A ideia de pensar a diferença, claro, não está descartada desta pesquisa, uma vez que ela, nas teorias bakhtinianas, é tida como condição para que o diálogo aconteça. Logo, se nos propomos a pensar o dialogismo, necessariamente passaremos pela questão da diferença. Sobre Açailândia, entre as muitas vozes que lá habitam e que compõem a rede pesquisada, há diferenças e conflitos em toda parte. Porém, suas evidências, ainda que tenham sido estimuladas, não se deram de forma declarada, o que apontou para a necessidade de uma nova experiência.

O período de 17 e 29 de janeiro de 2012

Se era para melhor perceber como se dá a relação e os diálogos entre o MST e a Rede Justiça nos Trilhos, habitar um espaço sob organização do movimento e ouvir o que dizem as vozes que não falam oficialmente em seu nome pareciam, tanto uma importante saída à pesquisa, como também um desafio. Compartilhamos das elaborações de Alvarez e Passos (2007, p.135) sobre o método

¹⁸ Prof. Dr. Cyro Garcia, em entrevista concedida em 04 de novembro de 2011, durante evento de lançamento do livro de sua autoria em Fortaleza – CE.

da cartografia, especialmente ao afirmarem que “cartografar é sempre compor com o território existencial, engajando-se nele”. Dava-se assim a nova experiência.

Para efetivar aquele desejo, algumas mudanças eram necessárias, a começar pelo contato da nova partida, que agora não mais se dava virtualmente, mas em presença material. Desta vez, o ponto de apoio foi o militante do MST Reynaldo Costa, com quem pudemos articular, ainda em Fortaleza, a ida para alguns espaços sob organização do movimento em Açailândia. O contato se deu durante a realização de uma das etapas do curso de Jornalismo da Terra desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

O militante justificava também que não estaria em Açailândia durante o período em que seria realizada a nova experiência de campo e lamentava não poder fazer um acompanhamento durante o período da pesquisa. Ainda assim, foi bastante solícito construindo a articulação com outros militantes da região e sugerindo quais espaços poderiam ser importantes de ser conhecidos. As sugestões feitas se davam na tentativa de responder às impressões e questionamentos sinceramente feitos após a realização da primeira experiência.

Uma das questões importantes de serem relatadas desse novo processo diz respeito aos registros da pesquisa. Se antes, com o primeiro contato se pretendia conhecer os sujeitos que institucionalmente compõem a Rede Justiça nos Trilhos, realizando para isso uma série de entrevistas, o gravador de voz apresentou-se como um instrumento fundamental. Porém, em campo, a percepção tida foi que sua presença funcionou também como um inibidor e forte modelador dos discursos apresentados.

Se em campo a própria presença da pesquisadora ou pesquisador já é um gerador de mudanças no modo como o *outro* se apresenta por meio de suas práticas discursivas, tais mudanças pareceram ainda maiores diante da presença do gravador de voz. A ideia sobre dizer algo a respeito de alguém com quem se estabelecia relação – nesse caso, os *outros* sobre o MST –, e que o que fosse dito ficaria, palavra por palavra, arquivado e conseqüentemente poderia ser apresentado na íntegra depois, parecia verdadeiramente assustadora.

Agora, o gravador saía completamente de cena e o ponto central de apoio seria o diário de campo. Barros e Passos (2007), em dois textos distintos, falarão sobre as questões relativas à narratividade dos textos e ao registro da pesquisa cartográfica. Para os autores, a pesquisa-intervenção requer uma política da

narratividade, e nesse sentido, “aqui o modo de dizer e o modo de registrar a experiência se expressam em um tipo de textualidade que comumente é designado como diário de campo ou diário de pesquisa” (BARROS e PASSOS, 2007, p. 173).

Assim, é importante dizer que realizar uma pesquisa que se modifica ao passo que se modificam os sujeitos que dela participam é também uma batalha contra um rigor metodológico que fala sobre o distanciamento entre quem realiza a pesquisa e aquelas ou aqueles que contribuem para sua realização. Como podem os registros, em sua narrativa, apartarem-se por completo de quem os realizou, quando era de dentro do espaço e de proximidade com os *outros* o lugar de fala da pesquisadora ou do pesquisador?

Quando narramos um caso, podemos fazer uma experiência narrativa minoritária, pondo-nos em uma posição de estranhamento ao que habitualmente é dito. Colocamo-nos, então, em posição de estranhamento, de interrogação ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando a um deslocamento do dito na busca das condições de sua produção (PASSOS e BARROS, 2007, p.164).

Por isso, faz-se necessário pedir licença ou mesmo reivindicar que as reflexões que, a seguir, pretendem detalhar as experiências, se deem de outro modo narrativo. Optaremos por apresentar também os registros feitos no diário de campo pelos seguintes motivos: o desejo de romper com uma narrativa que apresenta como distintos quem escreve e quem esteve em campo; a necessidade de trazer ao plano público uma experiência que se pretendia individual; e o entendimento de que essa é também uma forma de trazer ao texto a voz do *outro* encontrado em campo.

Diário de campo: observações anteriores à viagem-intervenção

Contato com o MST – Depois de muitas tentativas, consegui falar com uma representante do movimento. Desta vez, Regilma de Santana. Poucos minutos depois, foi Divina Lopes quem retornou a ligação. De forma atenciosa, relatou que não estaria em Açailândia no dia da minha chegada, mas me repassou o contato de Reynaldo Costa, com quem eu poderia combinar um roteiro de visitas aos espaços sob organização do movimento. Além disso, fez algumas sugestões: assentamento Califórnia, assentamento Nova Conquista e acampamento João do Vale.

Estudando fotografia – A primeira ida à Açailândia despertou uma necessidade ainda maior de incorporar a fotografia como parte dos registros da pesquisa. Por meio do Departamento do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e por intermédio do professor Francisco Gonçalves, consegui de empréstimo uma câmera fotográfica para utilizar durante a segunda etapa da pesquisa de campo. Mas havia um problema: nunca estudei fotografia. Não conheço as técnicas para manuseio de um equipamento profissional.

Recordo que, há algum tempo, em contato com estudantes de Jornalismo, consegui uma apostila digitalizada com fundamentos básicos de fotografia. Associado a esse material, vídeos na *internet* também me possibilitaram o entendimento de algumas questões, como por exemplo: que quanto mais fechado o diafragma, menor o foco; que o obturador diz respeito à velocidade, ao tempo de exposição e que sua numeração corresponde ao tempo de um segundo dividido em 60 partes; e que o ISO é referente à sensibilidade à luz. Era experimentar a técnica.

Em São Luís – 20h35 era o horário de partida do ônibus extra que sairia da rodoviária com destino à Açailândia naquela segunda-feira. Antes do embarque, acontece uma primeira boa surpresa: o encontro com padre Dário Bossi. Sempre demonstrando muita alegria e disposição, o missionário questiona quais os planos para a pesquisa e avisa que o mês de janeiro será de mobilizações! Ele seguirá no ônibus para Imperatriz, onde representará a Rede Justiça nos Trilhos durante uma reunião. Despedimo-nos contentes. Nos encontraremos em breve, em Açailândia.

Terça-feira, 17 de janeiro de 2012

Chego às 5h ao município de Açailândia. A cidade está ainda escura e um pouco fria. Na rodoviária, contam que o dia anterior foi de chuva fina. Assim como fiz quando da primeira vez, em julho do ano passado, espero amanhecer o dia para fazer o primeiro contato. Enquanto isso não acontece, noto que, no local, continua bastante visível a presença de jovens garotas que encontram na prostituição uma alternativa para a difícil vida. Às 6h, ligo para Reynaldo Costa, com quem me encontro para conversar um pouco antes de sua ida para o estágio.

Seguimos para o Centro de Defesa dos Direitos da Vida de Açailândia, onde mais tarde encontraria Maria Caetana, também militante do movimento e coordenadora do acampamento João do Vale, que me falou um pouco sobre a

mobilização que acontecerá. Ela propôs que eu ficasse em sua casa em Açailândia, porque isso facilitaria nossa ida ao acampamento logo na manhã do dia seguinte. Esse elemento reforçou minha dúvida sobre o fato de os militantes até então conhecidos – com exceção de Reynaldo Costa – não viverem nos assentamentos.

Na chegada à sua casa, na periferia do município, percebo que a militante mesmo é quem a constrói. Em meio à conversa, ela relata que sua forma de sustento se dá por meio das aulas dadas na escola do acampamento. Ofereci ajuda durante uma das tarefas de construção que até então ela sozinha realizava. Quis fazer-lhe muitas perguntas que me ajudassem a minimamente mediar os conflitos que eu sentia naquele primeiro contato, mas me contive. Este é o tempo paciente da pesquisa de campo. Um tempo outro. As respostas virão.

Quarta-feira, 18 de janeiro de 2012

Acordo por volta das 6h após sonhar com muitas pessoas do cotidiano. É algo recorrente nessas viagens. Caetana tem me acolhido muito bem e é visível que ela já me tem como alguém de casa: já fala alto, faz piadas, conta histórias. Não fomos ao acampamento pela manhã, porque a chuva que se anunciava para os próximos dias fazia urgente dar sustentação às paredes erguidas nos dias anteriores. Ela preparou o concreto; eu o carreguei em baldes da porta de casa até o quintal; ela preencheu as colunas. Já me sentia parte daquela construção.

Estar em campo é também isso: é doar-se à participação nas ações, é respeitar o tempo das coisas, é observar ao passo que se participa. Almoçamos e fomos ao local de onde sairia o ônibus para a região onde fica o acampamento. As pessoas que ocupavam aquele transporte bastante sucateado traziam consigo sacolas, caixas ou caixotes com grãos, hortaliças e verduras. Havia também quem trouxesse aves. Saímos às 13h45 da zona urbana do município. O ônibus quebrou duas vezes durante o percurso. Chegamos ao acampamento por volta das 17h.



Fotografia 9 – O ônibus que leva ao João do Vale

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

A chegada ao João do Vale se dava em meio aos preparativos para a reunião que aconteceria tão logo a noite viesse. Desde esse primeiro momento, mereceu destaque as figuras de seu Antônio Bernardino – que mais tarde se confirmaria como outra peça fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa – e de Antônio Xerife – que coordenaria a reunião. A importância de Divina Lopes ou mesmo a centralidade dada à sua figura foi algo que desde ali chamou a atenção. Em muitos dos conflitos apontados, atribuía-se a ela a possibilidade de solução.

O sopro da corneta anunciava que, dali a pouco, a reunião começaria. Em poucos minutos, as moradoras e moradores apareceram para acompanhar de perto a discussão. A explicação dada era que o sindicato – responsável pela organização

do assentamento Francisco Romão – realizaria uma ação com o objetivo de afetar diretamente a Vale. Foram resgatados os acordos feitos em novembro de 2011 com a empresa, porém nunca cumpridos. E, o mais importante, falou-se da importância que o MST e a Rede Justiça nos Trilhos poderiam desempenhar nessa mobilização.

À noite, depois de jantar, a família que me acolheu foi a da dona Maria Preta. Com ela vivem o companheiro, o filho e a neta. Passamos algumas horas na sala assistindo as novelas e os noticiários na TV, enquanto conversávamos com dois moradores sentados à porta, como era o caso de seu Bernardino. A reunião havia deixado a turma bastante animada! Dali a pouco, fomos surpreendidos com um senhor que apareceu à porta e exclamou: *“Pronto, está aqui. Já preparei minha arma para amanhã!”*. Mostrou sua bandeira do movimento, sorriu e saiu.

Quinta-feira, 19 de janeiro de 2012

Às 5h de um dia chuvoso, o acampamento João do Vale acordava ao som da corneta. Saíamos para a mobilização. O bloqueio da Estrada Novo Oriente foi feito pelas moradoras e moradores dos assentamentos Novo Oriente, Francisco Romão, Planalto I e II e acampamento João do Vale. Institucionalmente, a ação tinha o apoio do MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia, Centro de Defesa dos Direitos da Vida, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão e Rede Justiça nos Trilhos.

Com a interdição da estrada, o trajeto dos operários que trabalhavam nas obras de duplicação foi interrompido. Isso possibilitou um encontro interessante entre as trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. A grande maioria deles saiu dos ônibus e compôs a roda de pessoas que, de forma atenta, analisavam as intervenções amplificadas pela caixa de som. Nesse processo, apresentar-se como pesquisadora possibilitou-me transitar entre os dois grupos que, embora distintos, não eram opostos.

Iniciei o contato por uma jovem engenheira civil responsável pela coordenação dos operários da construtora Odebrecht. Ela não aceitou conceder entrevista, mas demonstrou muito interesse em ter uma conversa. Entrava então em jogo um exercício de atenção e memória durante a pesquisa para que se pudesse relatar, mais tarde, as principais impressões captadas durante aquele momento. Era

visível sua preocupação por conta da paralisação. Relatava a trabalhadora que, para a empresa, o prejuízo seria de milhões de reais.

Questionei sua opinião sobre a justiça daquela ação. Houve acordo que se dava de forma pacífica, mas opinou que o correto seria aguardar uma ação dos órgãos públicos competentes. Intevi no processo explicando-lhe alguns dos problemas que motivavam aquela ação. Ainda que refletisse ligeiramente, seu lugar de fala era o da empresa. Falei sobre os impactos gerados na comunidade por conta da grande quantidade de pessoas deslocadas para a região, para trabalhar nas obras e questionei quais as ações da empresa nesse sentido.

Sobre essa questão específica, um dos grandes problemas relatados pela Rede Justiça nos Trilhos, na região, diz respeito à exploração sexual. Quando questionada sobre as ações, a engenheira fala sobre os projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela empresa. Contudo, focados na prevenção dos trabalhadores – com distribuição de preservativos e realização de campanhas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS –, as alternativas apresentaram-se muito distantes de resolver o problema em sua raiz.

Já entre os operários, a identificação se dava de modo completamente diferente. Conversei com dois grupos pequenos para perceber suas impressões sobre aquela mobilização. Em um deles, um dos operários inicia sua reflexão recitando um trecho de poesia: *“Pegue duas medidas de estupidez / Junte trinta e quatro partes de mentira / Coloque tudo numa forma / Untada previamente / Com promessas não cumpridas. Renato Russo disse isso e faz todo sentido. É por isso que eu concordo com essa mobilização”*.

Outro operário – ou peão de trecho, como chamados – fala de sua experiência de militância política. *“Fui um dos fundadores do PT na região e fui do MST na década de 90, mas tive que desistir da vida de assentado porque passava por muitas dificuldades. Por isso sinto tanto a importância dessa luta”*. Ele lamentou também, em sua fala, o descaso dos governos em relação à difícil situação de várias categorias e sobre o lado contrário aos trabalhadores que vem sendo assumido por entidades que deveriam defender seus direitos. *“A CUT hoje é patronal”*, concluiu.



Fotografia 10 – Trabalhadores do campo e da cidade

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Entre as moradoras e moradores, o sentimento era de conquista diante daquela mobilização. Entre as falas feitas à coletividade, além do forte caráter formativo e de reforço das pautas de reivindicação, chamava a atenção o tom de atenção e de diálogo de um discurso que era direcionado aos trabalhadores da cidade: “Pedimos desculpas aos trabalhadores por conta dessa paralisação, mas gostaríamos que vocês compreendessem que essa foi a única forma que encontramos para exigir uma resposta para as dificuldades que passamos”.

Ao final da manhã, acordou-se que a estrada seria desbloqueada e que representantes da Vale seriam recebidos pelas moradoras e moradores para uma reunião com as pautas de reivindicação. Enquanto aguardávamos a chegada dos representantes da empresa à sede do assentamento Francisco Romão, almoçamos, conversamos, reunimos. Minha ideia inicial, naquela tarde, era a de perceber o que

diziam as vozes não oficiais sobre aquela mobilização, qual havia sido sua importância para aqueles sujeitos e que outras histórias aquela ação lhes remetia.

Para dona Raimunda, por exemplo, que interveio durante a reunião conduzida por Divina Lopes, “a mobilização foi muito boa porque mostrou para os grandes que eles devem nos temer”. Irmão Bento, por sua vez, falou às suas companheiras e companheiros sobre o porquê de participar das mobilizações convocadas pelo MST: “Se nós ficamos no nosso barracinho de braços cruzados e batendo papo, nada acontece. Por isso que é tão importante participar. Toda luta que nós vamos tem vitória. Só não tem vitórias quem não vai à luta”, concluiu.



Fotografia 11 – Conversa após mobilização

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Era esse também o meu primeiro contato presencial com Divina Lopes. A cada fala e intervenção sua no processo de condução da reunião, evidenciava-se o porquê de a militante ser uma figura tão querida, tanto entre as moradoras e moradores do João do Vale, como os de outros assentamentos. Paciente, cautelosa, atenciosa, ela falava sobre o quão importante foi aquela mobilização para os cerca de trezentos trabalhadores que estiveram parados durante a ação. Afirmou categórica: “Os trabalhadores se reconheceram naquela luta”.

Além disso, outra questão central em sua fala disse respeito à necessidade de superação de uma falsa divisão existente entre as moradoras e moradores do assentamento Francisco Romão e do acampamento João do Vale. “Agora que conquistamos a terra, estamos lutando por infraestrutura. Não podemos deixar que algumas diferenças enfraqueçam a nossa luta que é uma só”. Esse conflito está relacionado à divisão dos lotes proposto pelo Incra e sobre sua proximidade ou distância em relação às estradas que serão construídas.

Enfim, já quase ao final da tarde, os cerca de doze representantes da Vale se fizeram presentes na sede do assentamento. Confesso que a experiência de ver dialogar o MST e uma grande empresa era completamente nova e verdadeiramente intrigante para mim. Até então eu não compreendia o porquê daquele movimento, cuja história era marcada pela radicalidade, esforçar-se tanto para estar em diálogo com um sujeito de quem muito pouco ou absolutamente nada poderia se esperar.

Mas a experiência da reunião em si foi reveladora de muitos elementos. Não se tratavam de acordos que se dariam às portas fechadas, entre os que falam oficialmente em nome de empresas e os que falam em nome de coletividades. Todas e todos estavam convidados a participar e intervir. E contra todos aqueles homens que, no auge de sua formalidade apresentavam-se em nome da empresa, duas mulheres cumpriram papel fundamental durante aquela reunião. Uma delas era Luziane Silva, coordenadora do assentamento e a outra, Divina Lopes.

Durante as intervenções feitas por elas, três questões me chamaram a atenção: os olhares em demonstração de confiança das moradoras e moradores que vezes por outra interviam, ainda que de maneira bastante tímida; o desapontamento por parte dos representantes da empresa ao perceberem que nem em quantidade, nem em argumento desestabilizariam aquelas que tomavam para si o centro de toda

atenção; e, por fim, algo que fala sobre elas próprias e as posturas de responsabilidade e enfrentamento assumidas naquele processo. Eis um registro:

A vocês eu quero dizer que essa atividade serviu para mostrar que essas comunidades estão se organizando, e estão se organizando de forma coletiva. Serviu para mostrar que elas não vão aceitar de forma passiva os desmandos que acontecem. Do Pará ao Maranhão, de Parauapebas a São Luís eu acho que a empresa tem percebido isso. Então essa é também uma forma de fazer a empresa repensar o jeito de se relacionar com as comunidades. Isso deve servir de aprendizagem. Outra coisa que havíamos falado foi que muito do que a gente apresentou como demanda da Vale é reflexo, aqui no Maranhão, mas também em outros estados, da ausência de políticas públicas, ausência de políticas sociais. Então, o que é colocado como demanda para a Vale precisa ser feito em conjunto com os poderes municipais e estaduais e isso também nós e outros movimentos sociais temos buscado. Estamos buscando essa parceria com os poderes municipais e estaduais sem eximir, claro, a responsabilidade que a empresa tem com essas comunidades que estão ao longo dos trilhos.¹⁹

A reunião se encerrava. Para as moradoras e moradores, o sentimento era o de que protagonizaram uma ação vitoriosa. Como conquista imediata estavam as quinhentas horas de trator para realização de serviços, tais como a criação de um campo agrícola e cobertura de piçarra nas ruas do assentamento Francisco Romão. Para mim, esse episódio colocava o MST em outro patamar: não mais de mero parceiro das entidades que compunham a Rede Justiça nos Trilhos, mas como um verdadeiro aliado, além de peça fundamental em meio aos processos de diálogo.

De volta ao acampamento João do Vale, era o tempo de finalmente poder conversar com Divina Lopes sobre a maioria das reflexões, questões ou mesmo angústias guardadas desde a primeira experiência de campo. Como ela viajaria no outro dia logo cedo, sobrou-nos, para a conversa, somente a hora de dormir. Seu Antônio Bernardino foi quem nos deu abrigo desta vez. Éramos, em certa medida, bastante estranhas uma a outra, mas íamos construindo uma série de identificações ao passo que a conversa seguia.

Descobria, então, que ela é pedagoga, não é assentada e divide o tempo entre as viagens que pelo movimento se localizam, sobretudo nos estados do Tocantins e Maranhão. Mesmo por assim dizer ausente, ela é tida como grande referência pelas moradoras e moradores do acampamento João do Vale. Segundo conta, isso se deve ao fato de se tratar de uma comunidade cujo acompanhamento

¹⁹ Intervenção de Divina Lopes, da Direção Nacional do MST, durante reunião realizada entre moradoras e moradores do acampamento João do Vale e assentamento Francisco Romão e representantes da Vale, em 19 de julho de 2012, na zona rural de Açailândia – MA.

por parte dela se dá desde os processos primeiros de trabalho de base. Por isso essa relação de tão forte confiança ou, por vezes, mesmo acomodação.

Com a continuidade da conversa, ia me sentindo à vontade para falar sobre os elementos que geravam mais dúvidas. Uma delas era sobre o fato de ter percebido que em Açailândia os militantes que estão na coordenação do movimento não vivem nos acampamentos ou assentamentos. Exemplifico falando de Caetana, da coordenação do João do Vale que, pelas primeiras percepções feitas em campo, não é tida pela comunidade como uma forte referência. Questiono o que pensa sobre e se tal fato não implica em um distanciamento da base.

Aqui no João do Vale falta alguém que dê unidade ao grupo, como é o caso da Luizianne que é assentada no Francisco Romão, onde figura como a principal liderança. No caso de Caetana, que surge por dentro da própria comunidade, embora apresente ainda uma série de fragilidades, estamos tentando construí-la. Sobre morar na cidade, tem também um fator que é geográfico. A maioria desses militantes não estão nos acampamentos e assentamentos por conta de toda dificuldade de deslocamento desses espaços para o centro de Açailândia, aonde precisam ir frequentemente para resolver algumas questões que dizem respeito aos próprios moradores e ao movimento.²⁰

Outro questionamento tratava de uma percepção feita logo nos primeiros dias da nova vivência. Feita a ressalva de que talvez fosse ainda cedo para afirmar a existência de grandes conflitos, falei que era possível perceber a existência de alguns relacionados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia, mais especificamente entre as moradoras e moradores do assentamento Francisco Romão, sob sua coordenação, e as moradoras e moradores do acampamento João do Vale, sob coordenação do MST.

Houve um tempo em que o MST e o Sindicato simplesmente não se entendiam. Já mais recentemente, quando Tico assumiu a presidência e em paralelo à minha atuação no MST, foi que conseguimos começar a estreitar nossos laços e isso se intensificou principalmente após o assassinato do Elizeu durante o Massacre de Eldorado dos Carajás. Sobre o João do Vale, acontecia que o MST estava preparando a ocupação sem consultar o Sindicato, sem saber que havia já, em se tratando daquela região, uma luta histórica encapada por aquela organização. Então ocorreu que ocupamos a Conquista I e eles, a Conquista II. Nesse processo, tivemos que ser muito pacientes para desconstruir as relações passadas, que eram em si conflituosas, e fazer com que as comunidades entendessem a importância de estar juntos. O MST e o Sindicato hoje estão em aliança porque

²⁰ Divina Lopes, da Direção Nacional do MST, em entrevista concedida em 19 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no acampamento João do Vale, zona rural de Açailândia – MA.

compreendemos que se trata de uma entidade que tem coerência política, apesar de ser ligado ao PT e filiado à CUT.²¹

A partir dessa fala, direcionamos ainda mais a conversa e os questionamentos para dois elementos: um que objetivava entender como a dirigente pensava a relação de autonomia do movimento em relação ao governo federal após a eleição de Lula; e outra que falava sobre a minha surpresa em ver dialogar, após a mobilização, o MST e a Vale, dois sujeitos tão distintos. Questiono qual a importância do diálogo nesse contexto a um movimento social que, como o MST, é ou foi marcado pelo enfrentamento direto.

O MST abriu um momento de debate que se iniciou em dezembro e durará dois anos e um dos pontos desse debate diz respeito ao Estado e à autonomia do MST em relação ao Estado. O MST, como fruto desse tempo histórico, agora terá que se reconstruir. Está claro que para enfrentar esse modelo a gente tem que ter autonomia em relação a esse Estado. Nesse processo, há algumas táticas que não são consenso, como por exemplo, a polêmica sobre luta institucional ou intervenção direta. Nós acreditamos na importância da mobilização e do enfrentamento. Sobre o momento que as trabalhadoras e trabalhadores vivenciaram hoje, ele tem a ver com a nossa compreensão de que o diálogo é necessário porque as comunidades precisam de respostas concretas. Elas precisam para continuar avançando. Porém, o que a gente deixa claro é a nossa posição e a nossa autonomia.²²

Nossa conversa durou até que o sono nos viesse e falou também sobre outros temas, alguns dos quais já foram ou serão tratados ainda. Se antes as dúvidas em relação ao movimento vinham acompanhadas de fortes críticas, agora se explicavam nas condições mais objetivas e, sobretudo, naquela capacidade de mobilizar subjetividades para lutar pelas questões mais cotidianas. A vida é materialidade, é conflito e identificação. Foi essa a sensação após a experiência deste dia inteiro que modificava a mim mesma durante o processo da pesquisa.

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2012

Em meio aos relatos, uma correspondência: Natália, hoje senti muita saudade. Desde quarta-feira, estou aqui no João do Vale. Tenho conhecido pessoas incríveis e com muita disposição para lutar. Agora te escrevo da casa de seu Bernardino, com quem converso desde as primeiras horas da manhã. Ele é incrível.

²¹ Idem.

²² Idem.

Estudou pouco e aos 7 anos teve que trabalhar dada a vontade do pai. Aprendeu a ler e escrever e, do pouco que sabe, fez questão de fazê-lo na moldura improvisada pendurada em sua parede de madeira:

- Quem escreveu "socialismo" naquele quadro?

- Eu escrevi.

- E, para o senhor, o que é socialismo?

- União. Socialismo é viver bem, unido, sem ser cada um por si. É estar junto com o outro.



Fotografia 12 – O que é socialismo?

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

A manhã foi de muitas conversas e a tarde foi de caminhada pela comunidade. Uma das primeiras pessoas a quem fui apresentada foi dona Maria, 64 anos, a mais idosa moradora do acampamento. Conheci ainda a dona Raimundinha que vende bolo; e a Branca, que tem uma antena de celular. É essa a única forma de manter contato com quem está fora da região. Aproveitei para ligar para casa. Estou com saudades. É contraditório o fato de estarmos em meio a tantas presenças e, ao mesmo tempo, sentir que é também solitário o processo de pesquisa.

Em cada parada, em cada visita, havia o desejo de manifestação das boas vindas por parte das moradoras e moradores: *“Entra, moça. Senta aqui, um pouquinho. Fica à vontade. Você aceita um cafezinho?”*. Aceitei sempre, e de tanto que aceitei, à noite não consegui dormir. Foi divertida a experiência que à noite eu contaria na sala da casa de dona Maria Preta, onde eu voltava a me abrigar. Assistíamos aos jornais, assistíamos às novelas e contávamos ao seu companheiro alguns detalhes sobre o dia da mobilização.

Sábado, 21 de janeiro de 2012



Fotografia 13 – Das histórias que a gente carrega

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Acordei às 5h. Fomos, seu Bernardino e eu, num dos ônibus rumo a uma carvoaria. O ponto de parada foi um bar na Estrada Novo Oriente. Lá, tem um animal que não é um macaco, mas um capelão. Após tomar um café, pegamos um caminho de difícil acesso que, pouco a pouco, ia-se distanciando da estrada. Chegamos a uma pequena carvoaria. Cerca de oito fornos. Somente três em funcionamento. Conversamos com o dono que, de início, viu-se muito desconfiado. Relatamos mais dessa experiência no capítulo anterior.

À tarde, fui novamente para a casa de vizinha, com quem pretendia conversar um pouco mais sobre a história da região e do acampamento. Fizemos isso, mas não tanto quanto gostaríamos, pois era dia de visita na família. Seu filho e sua neta, que moravam na cidade, aproveitavam o fim de semana para lhe fazer companhia. Aproveitei, então, para ir à casa de dona Dulcília e de seu Baixinho. Conversamos sobre o movimento que aos dois era desconhecido até o período que culminou na ocupação.

Domingo, 22 de janeiro de 2012

Senti que passava pouco tempo na casa de dona Maria Preta e que era importante dar a ela um pouco mais de atenção. Era essa também uma forma de retribuir à gentileza de quem tão bem me recebia. Havia então lhe prometido que passaria o dia em casa, e assim o fiz. Assisti à TV com seu filho e sua neta, almoçamos, cochilamos e, à tarde, participamos de um jogo organizado por algumas crianças da comunidade. Foi interessante, também, perceber essa dimensão do espaço como o lugar do lazer.

Mais cedo, conversando com dona Maria Preta, eu descobriria que ela morou por cinco anos e meio onde hoje funciona a sede do assentamento Francisco Romão. Segundo relatou, ela trabalhava na casa do fazendeiro que se dizia dono daquelas terras e que, durante o processo de ocupação, foi convidada pelo Incra a depor, uma vez que era uma das que mais tinham informações. Então, afirmou que o dono da terra era um americano que fez todas as benfeitorias em terra da União.

O que mais chamava a atenção nessa conversa era o avançar de sua consciência durante um determinado período de tempo. De alguém que não conhecia o movimento, mas temia seus integrantes, ela passava a identificar-se também como uma sem terra. A convivência entre o fazendeiro e as famílias que

ocuparam uma parte da fazenda se deu de forma harmônica até o dia em que ele havia negado o acesso à água às moradoras e moradores da vila. Tal episódio culminaria em sua expulsão.

Segunda-feira, 23 de janeiro de 2012



Fotografia 14 – Uma volta de bicicleta

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

A experiência de campo fez surgir a ideia de exibir o documentário *Não Vale* produzido pela Rede Justiça nos Trilhos. Com base na composição do acampamento e dos núcleos de base, listei dez moradoras e moradores que pensei serem representativos de lugares de fala um tanto quanto distintos. Aproveitei o dia para articular e mobilizar para a atividade programada para acontecer na noite de amanhã. À tarde, seu Bernardino e eu demos uma volta de bicicleta que nos levou à antiga vila habitada pelas moradoras e moradores durante o processo da ocupação.

No início da noite, participei da reunião de um dos núcleos de base, a convite de Xerife. Ao todo, participavam nove moradores e uma moradora que centralmente discutiam os informes de uma reunião realizada no dia anterior, onde havia sido proposto que sairia por trezentos reais, para cada um, o processo de

corde ou divisão dos terrenos, com base no mapa já fornecido pelo Inbra. Outras questões também abordadas foram sobre o registro em cartório da ata que formaliza a criação da associação de moradores, e a mobilização que acontecerá em Imperatriz no dia 31 de janeiro.

Terça-feira, 24 de janeiro de 2012



Fotografia 15 – Mais vale a TV em que a gente se vê

Fonte: Foto de Camila Chaves.

Se minha presença já era em si implicadora de alterações naquele espaço sob organização do movimento, na manhã de hoje um fato novo implicaria em uma alteração ainda maior: um grupo de professores e pesquisadores integrantes do Projeto Rondon esteve no acampamento, com o objetivo de conhecer e articular uma série de atividades que seriam realizadas durante a manhã e a tarde do dia seguinte. Contavam eles que, nos dias anteriores, haviam estado no assentamento Francisco Romão e traziam muitos relatos sobre essa experiência.

Às 20h, conforme havia combinado ontem com as moradoras e moradores, teve início a exibição do documentário *Não Vale*. Uma das preocupações que eu tinha era sobre o seu extenso tempo de duração. Mesmo

assim, aconteceu. Algumas das pessoas listadas não apareceram, mas justificaram o cansaço ou a já existência de outros compromissos; outras, que não haviam sido listadas, apareceram e ao todo éramos nove em frente à TV. As impressões geradas após a exibição serão melhor trabalhadas no capítulo que trata sobre a rede.

Quarta-feira, 25 de janeiro de 2012

Mesmo sabendo que era aquele um dia atípico à comunidade por conta da presença do grupo de pesquisadores, sabia que seria rico acompanhá-la durante aquele processo. Neste dia, além das palestras que visavam orientar as moradoras e moradores sobre a formação de cooperativas ou associações, houve também uma oficina de cartografia social que consistia no levantamento de informações geográficas, históricas e sociais que serviriam para preencher o mapa fornecido pelo Incra e, com isso, produzir novos mapas. Processo esse bastante interessante.

Algumas observações sobre o dia: enquanto uma das palestras era proferida, alguns pesquisadores do projeto distribuíram lápis e folha de papel. Como a maioria das pessoas não sabia escrever, a intenção que era de contribuir para a realização dos registros, acabou deixando no ar certo constrangimento. Outra questão interessante foi poder observar como a presença dos *outros* (e me incluo nesse grupo) era tida por uma parte dos moradores como a possibilidade única de exposição de uma série de conflitos, alguns dos quais bastante antigos.

Durante uma de suas falas, um dos militantes falou sobre os desertos verdes e fez referência ao documentário assistido no dia anterior. Esse momento confirmou, para mim, a importância daquela atividade. Além disso, durante as ações do projeto Rondon, a postura tão calada de alguém que me apresentou uma série de elementos sobre aquela região – como foi o caso de seu Bernardino – fez-me perceber a importância de ter passado um tempo que se deu de modo um pouco mais paciente naquele espaço do qual eu me despediria na madrugada seguinte.

Quinta-feira, 26 de janeiro de 2012

Acaba que a gente estabelece laços afetivos durante os processos de pesquisa. São pessoas, são vidas, são sonhos que nos entrecruzam, agenciam. Despedi-me da família que me abrigou durante os dias no acampamento João do

Vale e parti na madrugada, ainda escura, para a zona urbana de Açailândia. A experiência no acampamento dava mostras de que ter acompanhado aquele processo já me trazia elementos suficientes para melhor pensar a pesquisa, ainda que agora houvesse a necessidade de redefinir seus rumos. Ainda assim, busquei outros contatos.

Sexta-feira, 27 de janeiro de 2012

Desde ontem estou na casa da militante Regilma de Santana, no Centro de Açailândia. Tal localização, próxima à sede do MST e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, possibilitou-me a realização de uma segunda conversa com Francisco Martins (Tico), presidente da entidade. Agora, como já éramos conhecidos, sentimo-nos à vontade para questionar e comentar elementos mais específicos, como seu próprio histórico de militância na região e também o conflito existente com o MST por conta daquela ocupação de terra.

Sábado, 28 de janeiro de 2012

Tanto no caminho de ida ou retorno ao João do Vale como agora, durante o trajeto feito para ir ao Califórnia, algo que salta à atenção é a grande extensão das plantações de eucalipto. No assentamento, conversei com o militante José Luís Costa que, entre outras coisas, falou sobre a luta das assentadas e assentados contra essa questão específica, bem como da dificuldade encontrada pelo movimento de manter a unidade e mobilização entre as trabalhadoras e trabalhadores. Os conflitos internos teriam sido aprofundados pela própria Vale.

A conversa com o militante foi elucidativa de alguns dos processos históricos que desencadearam, ainda na cidade, os movimentos de ocupação nas áreas onde hoje funcionam diversos acampamentos ou assentamentos. Tentei conversar com outras moradoras e moradores, mas poucos estavam em casa. Muitos aproveitavam aquela manhã para ir ao centro da cidade. De todo modo, o diálogo confirmava a importância de dar centralidade à experiência feita no João do Vale como forma de perceber a relação entre o MST e a Rede Justiça nos Trilhos.

Domingo, 29 de janeiro de 2012

Para finalizar o processo das pesquisas de campo, não poderia deixar de fazer uma viagem de trem pela Estrada de Ferro dos Carajás. Tentei fazer isso durante a vinda à Açailândia, mas não tendo mais encontrado bilhetes, precisei adiar a experiência para o final. Nos vagões, a divisão entre as classes; fora deles, a pobreza das comunidades e o modo como as vidas se organizam ao redor das estações. Foram esses os principais elementos observados durante a cansativa viagem que me levaria de volta a São Luís para dar início às outras reflexões.



Fotografia 16 – Lá fora do trem

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

5 NO EMBALO DA REDE

Da rede como metáfora para falar de organismos vivos, à rede como modo de comunicar por meio das mídias sociais, há uma série de possibilidades sobre como tratar o termo e sua polissemia. Por isso, assim como pensamos o espaço e o diálogo, queremos aqui dar centralidade também às relações, utilizando a metáfora da rede para compreendê-las. Em um contexto político, por exemplo, as

redes podem ser espaços de materialização de alianças que se constroem nos diálogos e seus conflitos. Queremos assim pensar a Rede Justiça nos Trilhos.

Habitar um espaço como Açailândia e a partir dele identificar as vozes participantes dos diálogos que compõem a rede, nos empurrou à necessidade de pensa-la dentro de uma dimensão da luta pelo comum. Que histórias trazem os sujeitos que dela participam, de que modo implicam mudanças ou se modificam na relação com o *outro* e qual o papel atribuído à comunicação nos processos de mobilização eram algumas das questões que embalavam as vivências e suas muitas experiências, conforme veremos.

5.1 Nós da rede

A tarefa de pensar um movimento social em meio às relações de diferença e identificação que estabelece com outros sujeitos necessitava de um lugar material que possibilitasse tal reflexão. A rede, nesse sentido, apresentava-se, ao lado do espaço e do dialogismo, não somente como importante categoria de análise, mas principalmente, como lugar ideal para compreensão das relações em curso. Das vivências realizadas, destacaram-se duas possibilidades de tratar o tema da rede: uma filosófica, outra social.

Filosoficamente, a rede pode ser compreendida como uma dimensão ontológica e prática de modelização do mundo e da subjetividade. André Parente (2010), ao observar o interesse de diversos campos teóricos e práticos em pensar esta noção, afirmou sua impressão sobre estarmos diante de um novo paradigma que nos remete a um pensamento das relações em oposição a um pensamento das essências. Ao refletir a rede e suas tramas, ele organizou contribuições de outros autores sobre a temática, entre os quais destacaremos Pierre Musso.

Partindo do apontamento sobre a noção de rede estar presente hoje em todas as disciplinas – tais como ciências sociais, física, matemática, economia, biologia e tecnologias – Musso (2010, p.17) afirma que a polissemia da noção de rede, ao passo que explica seu sucesso, lança também dúvidas sobre a coerência do conceito: “O excesso de seus usos metafóricos parece condenar a própria noção, como se o excesso de empregos ‘em extensão’ ocasionasse o vazio ‘em compreensão’, ou até mesmo sua diluição”.

Contudo, o autor ressalta que a utilização da noção de rede é uma prova do poder e da complexidade dessa noção. Para colaborar com tal pensamento, Musso (2010) apresenta uma gênese que traça uma trajetória que vai da palavra ao conceito de rede. Como ideia, a rede esteve presente na mitologia por meio do imaginário das tecelagens e labirintos; e na Antiguidade, como metáfora do organismo com veias que se comunicam e escoam de umas para as outras. Como palavra, porém, seu surgimento só se dá no século XII, como *réseau*, em francês.

Nesse processo de significação, é interessante perceber a relação da palavra “rede” com o corpo. Se inicialmente, como tecidos ou redes de caça ou pesca, a noção concentrava-se ainda externa ao corpo, a partir do século XVII, com o naturalista e médico Marcello Malpighi, o termo passou a ser empregado por outros médicos para representar o aparelho sanguíneo e as fibras que constituem o corpo humano. Assim, de algo exterior, a rede passava a ser confundida com o próprio corpo, estando agora dentro dele ou, como no caso da pele, a ele envolto.

O termo “rede” na linguagem dos médicos, e com os traços do seu sentido original – que remete à malhagem têxtil –, permanece desse modo até o final do século XVIII, quando o estudo dos cristais colabora para a construção de uma “ciência generalizada das formas e das redes” ou simplesmente uma ciência das redes. Na virada para o século XIX, a grande ruptura diz respeito à saída ou à desvinculação da noção de rede do corpo humano. Não mais sobre, não mais dentro, a rede agora deixa de ser dada e torna-se construída.

A rede está fora do corpo. O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca nas suas malhas, no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. O engenheiro a concebe e a constrói, enquanto o médico se contentava em observá-la. A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço (MUSSO, 2010, p.20).

Da genealogia da palavra à formação do conceito de rede, Musso (2010) destaca as contribuições feitas pelo pensamento de Saint-Simon e sua proposta de um conceito de rede que, ao afirmar a luta e a unidade dos contrários chamados “fluidos” e “sólidos”, apresenta as dimensões da associação, comunicação e comunhão. Contudo, a fragilidade desse modelo teria levado a sua corrupção em meio ao culto sobre uma espécie de “Novo Cristianismo”, religião que bebe na moral cristã e tem o sistema industrial como obra divina.

A religião saint-simoniana afirma-se como a da comunhão pelas redes de comunicação. Chevalier explica que essas redes foram, até aqui, um negócio de engenheiros; mas sua importância política é decisiva, porque elas contribuem para a associação universal. A rede é concebida, ao mesmo tempo, como uma técnica que faz vínculo e como um operador político-moral que faz sentido. A rede age sobre duas vertentes: uma, técnico-financeira; a outra, político-simbólica. A rede é bem mais que uma técnica e um instrumento de passagem; ele se torna o operador simbólico e prático da religião saint-simoniana. As redes são símbolos: com efeito, convocar a rede como objeto redundante simultaneamente em apagá-lo como técnica para revelar sua verdade como vínculo social, na associação universal (MUSSO, 2010, p.28).

Das contribuições oriundas de diferentes disciplinas, Musso (2010) destaca a abertura da possibilidade de organização do conceito de rede em duas formas gerais: uma que diz respeito ao raciocínio lógico, e outra ao modo de organização do espaço-tempo. Da reflexão sobre a rede como possibilidade de vários caminhos ao questionamento sobre o que a rede apresenta como limite ou mesmo impedimento de mergulho no caos, o autor centra-se nas elaborações de três principais autores: Michel Serres, Henri Atlan e Anne Cauquelin.

Michel Serres aborda a noção de rede de maneira negativa, por diferença da linearidade da sequência dialética; Henri Atlan constata que a rede é um ser intermediário entre a racionalidade formalizada do cristal e o caos da fumaça; e Anne Cauquelin toma o caráter intermediário da rede como a própria natureza desse conceito produtor de passagem, de mediação e de ligação. O primeiro autor define a rede contra uma racionalidade linear, o segundo a define como intermediário entre uma racionalidade formalizada e a incerteza do caos, e a terceira define o conceito de rede como uma ferramenta de produção da passagem, entre ordem e desordem ou entre várias ordens diferentes (MUSSO, 2010, p.31).

Tomando por base essas elaborações, Musso (2010, p.31) propõe a seguinte definição: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento”. Esta definição, por sua vez, pode se diferenciar em níveis, entre os quais o que diz que “A rede é uma estrutura composta de elementos em interação; estes elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões”.

Tendo a interação entre os diferentes ou os nós como característica central da rede, podemos pensar a atuação da Rede Justiça nos Trilhos e o modo como se dá sua organização no município de Açailândia. Se antes das vivências, a

motivação de partida era, conforme já dito, a de identificar as diferenças entre os sujeitos que compõem a rede, as experiências em campo evidenciaram uma nova necessidade. Mais importante agora era pensar, a partir dos diferentes, o que lhes colocava em interação, que características poderiam ser identificadas como nós.



Fotografia 17 – O trem se move pelo cansaço do trabalho

Fonte: Camila Chaves, 2012.

A articulação de movimentos sociais, associações e cidadãos que, em 2007, impulsionou o lançamento da campanha internacional Justiça nos Trilhos, teve como o seu principal nó o questionamento sobre qual seria a maneira mais eficaz de cobrar da Vale uma justa compensação pelos danos causados ao meio ambiente e à população que vive nas áreas atravessadas pela ferrovia. Desde ali, as ações são articuladas de modo a desenvolver prioritariamente três segmentos: os movimentos populares e a população; o meio acadêmico; e as instituições públicas locais.

Desde sua criação, ainda como campanha, e mais tarde como rede, o Justiça nos Trilhos aponta como prioridade a defesa do meio ambiente e das populações ameaçadas na região amazônica, em especial aquelas que estão às margens da Estrada de Ferro dos Carajás. Além disso, desenvolve ações com vistas a direcionar a atenção aos danos causados por empresas como a Vale, aos povos

indígenas e às trabalhadoras e trabalhadores vítimas de exploração. De início, os questionamentos, agora, as ações podem também ser apontadas como nós.

Quem somos | Melhor seria perguntar: por que somos? De onde nasce a urgência de protestar e lutar contra as ações de uma das empresas mais poderosas do mundo? Se hoje nos unimos, é porque já conhecemos de perto o que existe para além da propaganda da Vale. Se nos articulamos, trocamos experiências e lutamos em conjunto, é porque percebemos que por trás do discurso da empresa está a sua agressividade e seu poder destrutivo. Sabemos, por exemplo, que o papo de “sustentabilidade” tenta esconder os irreversíveis impactos causados ao meio ambiente; que a história de “responsabilidade social” é contada para ocultar o desrespeito aos direitos das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale; que a divulgação da imagem de funcionários satisfeitos não apaga o desrespeito às leis trabalhistas nem a intransigência e a arrogância no trato com trabalhadores sindicalizados. No verso do bonito quadro vendido na TV e nas revistas, atrás da empresa compromissada com a vida e com o “desenvolvimento” do país, encontramos a obsessão transnacional pelo lucro e pela máxima concentração de riquezas. Encontramos desrespeito, injustiça, pobreza, sofrimento, morte. / É por isso que somos. – **“Quem somos”, texto de apresentação no site da Rede Justiça nos Trilhos.**

Atualmente, compõem a coordenação geral da Rede Justiça nos Trilhos: os Missionários Combonianos; o Fórum Carajás; o Fórum Reage São Luís; o Sindicato dos Ferroviários do Maranhão, Tocantins e Pará; o Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente (UFMA), e o MST²³. Em Açailândia, faz-se necessário destacar também a participação da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo; Centro de Defesa dos Direitos da Vida; Sindicato dos Metalúrgicos e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A articulação que mais tarde se tornaria a Rede Justiça nos Trilhos foi iniciada com a chegada dos Missionários Combonianos na região. Talvez também por isso, congregação e rede cheguem a ser confundidos. As visitas às comunidades, as atividades de formação, os registros das ações, a elaboração e circulação de conteúdo e, principalmente, a articulação dos diferentes atores e

²³ Aderem também à proposta da Rede Justiça nos Trilhos: Rede Brasileira de Justiça Ambiental; grupo de trabalho de Combate ao Racismo Ambiental; grupo de trabalho Articulação Siderurgia; Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos; Caritas Regional Maranhão; CUT Maranhão; Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul; Ecologia e Ação (ECOIA); Movimento pelas Serras e Águas de Minas; Fórum Amazônia Oriental (FAOR); Comitê Dorothy Belém; Fórum Social Maranhense; Associação Juizes para a Democracia; Dioceses de Imperatriz e Viana; Cáritas Regional Pará; Núcleo de Assessoria Jurídica Popular São Luís; Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marabá; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Marabá; Centro de Prevenção, Apoio Social e Pastoral (CEPASP) Marabá; Sociedade Paraense de Direitos Humanos; alguns docentes das universidades Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Pará (UFPA); além de grupos de atingidos pela Vale em outros países e outras entidades que defendem os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais ao redor do mundo.

setores, foram algumas das tarefas desempenhadas pelos missionários que, durante o processo de pesquisa, tornaram evidente o papel por eles desempenhado.

Padre Dário Bossi explica, em entrevista, que os Missionários Combonianos são uma congregação missionária da Igreja Católica Romana fundada em meados de 1800 na Itália, por São Daniel Comboni. Primeiro bispo do Sudão, Comboni lutou contra a escravidão e tinha como lema “salvar a África com a África”. O padre explica que Comboni, como filho de seu tempo, tinha uma mentalidade ainda influenciada pela colônia, mas que ainda assim conseguia apontar que a libertação só se daria caso fosse protagonizada pelos próprios oprimidos históricos.

A partir daquele período, os Combonianos cresceram e tiveram como missão o encontro com povos diferentes, tanto em culturas, como em religiões. Segundo padre Dário Bossi, esse encontro atualmente vem se dando não com o objetivo de converter estes povos a uma visão unificada de pensamento ou fé, mas sim com a colaboração sobre a defesa da vida. Os missionários da congregação estão presentes em maior número na África, mas encontram-se também na América Latina, Ásia e Europa.

No Brasil, sua chegada se deu no início da década de 1950. Concentram-se em maior número no sul do país, mas estão presentes também em estados de outras regiões, onde desenvolvem vários compromissos que trazem como principal eixo de seu trabalho a promoção de justiça, da paz e da integridade da criação – que está relacionada à questão socioambiental –. Padre Dário Bossi explica que, para além destas prioridades, há também as questões específicas de cada comunidade, potencialidades a ser percebidas e desenvolvidas prioritariamente.

Em todo o país, há comunidades que trabalham mais a dimensão do cooperativismo e a capacitação popular, por exemplo, por meio de projetos de reciclagem. Há também aquelas que desenvolvem de forma mais aprofundada a questão das negras, negros e povos quilombolas; outros que desenvolvem, prioritariamente, trabalhos com jovens – com destaque no nordeste para a rede “Juventudes pela Paz” (Jupaz); e entre todos eles e a igreja, a congregação assume como responsabilidade o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

A serviço da Igreja, a gente viu que a beleza da vida missionária é que é uma vida de fronteira, em constante diálogo com quem é diferente. Seja porque nós somos estrangeiros, ou seja porque, por exemplo, dentro da Igreja nós estamos à fronteira: temos mais facilidade para dialogar com movimentos e grupos que talvez não sejam tão identificados do ponto de

vista eclesial, mas nós consideramos que isso possa enriquecer os movimentos para que possam conhecer qual é a mística que nos anima e a própria Igreja para que possa apreender outras formas de trabalhar com o povo e etc. Como tu disseste, temos um certo embasamento na História da Teologia da Libertação e estamos preocupados para que essa chama não se apague, mas ao contrário, que continue animando as lutas do dia a dia.²⁴

Posicionando-se nesse lugar de fronteira, de negociação e diálogo com os diferentes, os Combonianos cumprem um papel fundamental à existência da Rede Justiça nos Trilhos. Assim, tanto as lutas contra os impactos causados pela Vale e todos os pontos de uma pauta comum que vem junto desta reivindicação – tais como as denúncias de violação de direitos e a luta pela autodeterminação dos povos – como a própria congregação missionária podem ser aqui entendidos como os pontos de interação entre os diferentes nesta rede, logo, seus nós.

5.2 A tríade bakhtiniana e o dialogismo em rede

Estar em rede implica estar em relação, e as relações, como vimos, para que ocorram, pressupõem a existência do *outro*. Assim, cabe dizer que esta pesquisa, do mesmo modo que pode ser entendida como composta por muitos “outros”, pode apontar também a existência de muitos *eu*. Há o *eu* que pesquisa; o *eu* organização política e também o *eu* assentado, de fala não autorizada, mas com muito a ser dito. Há também o *eu* rede, e como todos os outros citados, sua existência só pode ser tornada real porque se estabelece na relação com o *outro*.

Todas essas possibilidades de *eu* são, em alguma medida, uma espécie de *outro*. Quando meu *eu* pesquisador se apresenta, por exemplo, ao *outro* que é o MST, esse *eu* traz consigo também a condição de *outro*, uma vez que é visto pelo *eu* que o MST é. Sendo assim, todo *eu* carrega consigo a condição de ser o *outro do outro*, uma espécie de *não-eu-em-mim*. A tríade bakhtiniana, expressas nas categorias do *eu-para-mim*, *eu-para-o-outro* e do *outro-para-mim*, se concretiza nos atos, nos discursos, atribuindo ao *outro* a condição de existência do *eu* exterior.

Porque só o outro podemos abraçar, envolver de todos os lados, apalpar todos os seus limites: a frágil finitude, o acabamento do outro, sua existência-aqui-e-agora são apreendidos por mim e parecem enformar-se com um abraço; nesse ato o ser exterior do outro começa uma vida nova,

²⁴ Padre Dário Bossi, Missionário Comboniano, em entrevista concedida em 18 de julho de 2011, durante vivência realizada em Açailândia – MA.

adquire algum sentido novo, nasce em um novo plano da existência. Só os lábios do outro posso tocar com meus lábios, só no outro eu posso pousar as mãos, erguer-me ativamente sobre ele, afagando-o todo por completo, o corpo e a *alma que há nele*, em todos os momentos da sua existência. Nada disso me é dado vivenciar comigo, e aqui a questão não está apenas na impossibilidade física mas na *falsidade* volitivo-emocional de direcionar esses atos para si mesmo (BAKHTIN, 2003, p.38-9).

Alguns questionamentos são gerados em torno dos atos, que também podem ser discursos: *quem os produziu, para quem e em que circunstâncias* são alguns dos quais envolvem a arquitetura do corpo exterior. Isso quer dizer também que minhas ações em relação ao *outro* são condicionadas pelo modo como eu o vejo. Para Bakhtin, (2003, p.48), “só o corpo interior – a carne pesada – é dado ao próprio homem, o corpo exterior é antedado: ele deve criá-lo com seu ativismo”. Logo, um corpo em si não se basta, mas necessita do *outro* para reconhecê-lo.

Com base nessas reflexões, queremos aqui concentrar no MST como sendo o *eu* das relações estabelecidas em rede e a partir disso refletir o movimento tomando como base as categorias da tríade bakhtiniana. Deste modo, teremos primeiramente a reflexão sobre o movimento em si no interior da rede; do movimento sob a ótica dos outros sujeitos que também integram essa mesma rede; e por fim, da Rede Justiça nos Trilhos, como encontro de diferentes, sob a ótica de um movimento como o MST.

Eu-para mim

Socialmente falando, um modo de pensar também as redes é sob a perspectiva da mobilização social. Gohn (2010) contribuiu neste sentido ao contextualizar que a fragmentação da sociedade que, na América Latina, se configurou ao longo da década de 1990, e o modelo de associativismo que seguiu se consolidando ao longo dos anos 2000, trouxeram como principal característica a tendência de grupos e movimentos sociais a se articularem em redes e a partir delas criar fóruns. A Rede Justiça nos Trilhos, como vimos, integra esse processo.

Como espaço de interação entre diferentes, as redes funcionam como espaço de elaboração e defesa de uma pauta comum de reivindicações. Isso não quer dizer, porém, que sejam esquecidas suas especificidades, suas questões mais imediatas, mas sim que há o reconhecimento sobre a importância do *outro* na difícil tarefa de transformar as relações e conseqüentemente a sociedade. Nesse cenário,

o diálogo figura como ferramenta de integração do outro, mostrando-lhe que essa heterogeneidade tem papel importante em uma atuação articulada em rede.

Para, Gohn (2010, p.30), porém, “Com efeito, tal metamorfose efetiva a despolitização das relações entre a sociedade e o Estado já que o conflito desaparece da cena pública.” Deste modo a autora organiza elementos que possibilitam a reflexão tanto sobre a importância tida pelas redes nos processos de lutas por transformações, bem como os limites tidos por esse espaço, ponto de partida para se pensar, por exemplo, qual o lugar real ocupado pela diferença no interior das redes e que limites poderiam haver em meio à articulação.

Em entrevista, Divina Lopes, da coordenação nacional do MST, fala que há cinco anos o movimento tem entrado em articulação com outras forças e que, para que esta articulação possa acontecer, há princípios que orientam suas alianças táticas e seus diálogos. Entre esses princípios, a militante destaca que toda articulação estabelecida pelo movimento “deve expressar uma luta anticapitalista e em defesa dos direitos humanos e deve ocorrer com organizações que sejam capazes de se mobilizarem para o enfrentamento direto”.

A coordenadora ressalta também a diferença entre a articulação propriamente dita e o apoio e para isso cita a relação estabelecida pelo movimento com o Centro de Defesa dos Direitos da Vida e a Paróquia São João Batista – sob organização dos Missionários Combonianos – que superou o patamar de apoio graças a diversas ações organizadas em conjunto, entre as quais a mobilização realizada em dezembro de 2011 contra a política municipal de Açailândia.

A ação de que fala contou com a participação de diversas entidades e mobilizou centenas de pessoas, entre as quais, trabalhadoras e trabalhadores rurais acampados ou assentados pelo MST que, junto às famílias de Piquiá de Baixo, interditaram por três horas a BR 222 para protestar contra a decisão do Tribunal de Justiça que havia suspenso, provisoriamente, a desapropriação de um terreno escolhido para habitar as famílias daquela área que sofre fortemente os impactos das ações de siderurgia.

É interessante notar algumas questões: a primeira delas é que, quando da criação da campanha que deu origem à Rede Justiça nos Trilhos, o MST não constava nem como integrante da coordenação, nem como entidade apoiadora²⁵.

²⁵ De acordo com o texto base disponível no site da Rede Justiça nos Trilhos, fizeram parte da coordenação da campanha: Missionários Combonianos Brasil Nordeste; Fórum Carajás; Sociedade

Depois, como veremos, pareceu haver, entre a primeira inserção em campo – ocorrida em julho de 2011 – e a segunda – ocorrida em janeiro de 2012 –, uma mudança significativa de localização do movimento dentro dos processos de mobilização em Açailândia que, de parceiro, passa a ter papel de aliado.

Eu-para-o-outro

Estando em rede, o que pensam os outros sujeitos sobre o MST? Esta era uma curiosidade que motivava a primeira inserção em campo durante a pesquisa. Lembrando que, com exceção daquilo que foi expresso pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia – com quem tivemos a oportunidade de realizar nova entrevista durante a segunda vivência – as opiniões dos Missionários Combonianos e do Centro de Defesa dos Direitos da Vida, às quais daremos maior atenção, foram coletadas ainda durante o período da primeira inserção.

As entrevistas realizadas com representantes da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia e da Rádio Comunitária Arca FM, embora tivessem trazido informações importantes à caracterização e construção dos cenários de espaço e tempo desta pesquisa, não traziam elementos que colocassem o MST como referência dentro de um processo de mobilizações. De qualquer forma, essa ausência de elementos ou mesmo esse não dizer expressavam uma caracterização.

Já a importância de estar em rede foi um elemento recorrente em meio às falas, antes mesmo de ter sido questionado. Além do impacto causado pela união de diferentes forças, a articulação das ações e o apoio jurídico são colocados como os principais elementos aos que compõem a Rede Justiça nos Trilhos. Ainda que a palavra “rede” não tenha sido expressa em todas as falas, sua ideia, bem como a constante referência aos padres Combonianos davam mostras dessa articulação, como podemos ilustrar no seguinte relato:

O Piquiá de Baixo, quando eu cheguei aqui, era outro Piquiá. Então, quando as empresas vieram, ninguém tinha conhecimento nenhum, nem sabia o

Maranhense dos Direitos Humanos; Caritas regional Maranhão e Pará; Fórum Reage São Luís; Sindicato dos Ferroviários do Pará, Maranhão e Tocantins; e Central Única dos Trabalhadores Maranhão. Já as entidades listadas como apoiadores da campanha eram: Associação Juizes para a Democracia; Fórum da Amazônia Oriental (FAOR); Fórum Social Maranhense; Instituto Brasileiro de Pesquisa (Ibase); Diocese de Imperatriz; e Diocese de Viana.

que era empresa. E através disso eles aproveitaram, porque se a gente soubesse que ela trazia não só emprego, mas coisa pior para a saúde, aí era outro problema. E aí o que é que vem? Daí pra cá, a gente não tem uma assistência, nem das próprias empresas – que elas deveriam ter fiscal de saúde, fiscalizar nossa comunidade, o que estava passando, o que estava sofrendo –, mas nunca apareceu um! Do mesmo jeito, é sobre a nossa Secretaria de Saúde de Açailândia. Está a mesma coisa! Aí a solução que a gente encontrou foi se juntando com os padres para ver se chegava até no que está hoje. E aí a luta vai continuar, porque o que nós queremos é mudança. Não é outra coisa, não.²⁶

De volta às impressões sobre o MST, em um primeiro momento, tanto os Missionários Combonianos quanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia referiam-se ao movimento como um “importante parceiro”. Contudo, nos relatos que davam conta dos principais momentos de atuação desses sujeitos, o MST não era citado. No caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, havia ainda um elemento novo, pois, quando questionado, a resposta que seguia, embora fosse positiva sob a ideia de “parceria”, dava indícios de uma história de conflitos.

De todos os entrevistados, aquele que para além da ideia de “parceria” demonstrou ter de fato um histórico de ações compartilhadas com o MST foi o Centro de Defesa dos Direitos da Vida de Açailândia. Em entrevista, Milton Teixeira, secretário executivo da organização, citou em diversos momentos o movimento e falou de uma parceria que já vem sendo estabelecida há mais de cinco anos. O constante diálogo entre as duas entidades e o fortalecimento de suas pautas fazem parte, segundo afirma, desta relação que lhes fortalece no dia a dia.

O Centro de Defesa, quando fala da questão da pauta comum, restringiu isso a algumas entidades dos movimentos sociais que a gente conhece já faz longas datas, e associa que a linha de atuação delas, a própria filosofia de trabalho, comunga com a nossa. Então, nessa perspectiva de agenda a gente tem esse cuidado de alinhar essas questões, e aí quando a gente fala do MST, da Paróquia São João e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós estamos falando de um conjunto de entidades que a gente conhece e que acompanha a gente de longas datas. Construir essa agenda de maneira mais ampla é mais complexo, por quê? Porque outros movimentos têm outros interesses que não o nosso. Além disso, o MST chama atenção pela coragem e determinismo que utiliza dentro das suas ações. E isso é também algo que tem muito a ver conosco, porque as nossas ações demandam também dessa coragem, dessa determinação, e por conta disso a gente se afina muito. As ações que nós temos aqui, mais de ordem urbana, eles também vêm e fortalecem. Então a gente está permanentemente dialogando com o MST. A gente conhece as pautas do MST, o MST conhece as nossas pautas. Sempre que a gente pode, a gente está fortalecendo as pautas deles; sempre que eles podem, eles estão

²⁶ Anízio Pereira, da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, em entrevista concedida em 17 de julho de 2011, durante vivência realizada em Açailândia – MA.

fortalecendo a nossa pauta. Então, quer dizer, dá para a gente entender que há uma relação muito estreita. É tanto que a gente consegue aqui dizer quem são as entidades ou movimentos sociais parceiros do Centro de Defesa e, especialmente, o MST é uma delas.²⁷

O outro-para-mim

Mas, o MST, para produzir sua própria imagem, necessita do *outro* e das relações que com ele estabelece. Por isso, interessa-nos aqui também compreender a Rede Justiça nos Trilhos como o *outro* e o que representa este *outro* para o MST. Se por um lado, estar em rede é, para o MST, sintetizar diferentes forças para a produção de uma pauta comum de reivindicações e, por meio dela, fortalecer também algumas de suas bandeiras específicas, por outro lado, estar em rede pode também figurar como um limitador. Logo, a rede funcionaria como um intermediário.

A seu turno, Henri Atlan situa-se na outra vertente da rede. Não “contra” o esquema linear da árvore e da dialética que ultrapassa a rede, mas “contra” aquilo que a rede reprime e impede, o mergulho no caos, no limiar da fumaça e da dissipação. Pois a rede, à semelhança do organismo que ela sempre refere, aparece como um ser intermediário “entre a rigidez do mineral e a decomposição da fumaça”, um “compromisso entre dois extremos: uma ordem repetitiva perfeitamente simétrica cujos cristais são os modelos físicos mais clássicos e uma variedade infinitamente complexa e imprevisível, como a das formas evanescentes da fumaça” (MUSSO, 2010, p.30).

Essa ideia resgatada por Musso (2010) lembra a analogia proposta por Vernant (apud Amorim, 2001, p.53) que, ao propor pensar a alteridade e as figuras mitológicas de Górgona, Dionísio e Ártemis – onde Ártemis, como deusa da fronteira, representa a alteridade passível de tornar-se parte do mesmo –, coloca a alteridade nesse lugar de fronteira, tal como o ocupado pela rede. É a partir da Rede Justiça nos Trilhos e com ela, ou seja, a partir do *outro*, com o *outro*, que o MST constitui o seu mesmo.

Durante a entrevista realizada na segunda vivência em campo, Divina Lopes falou sobre os limites de estar em rede. Se por um lado, como ressaltou, a rede tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades, por outro, os esforços diante da tentativa de fazer um debate mais amplo já teria dado mostras do quão resumido é o tema “justiça nos trilhos” e, principalmente, “que a luta somente

²⁷ Milton Teixeira, secretário executivo do Centro de Defesa dos Direitos da Vida de Açailândia, em entrevista concedida em 20 de julho de 2011, durante vivência realizada em Açailândia – MA.

no campo jurídico não tem sentido”. Ações de enfrentamento direto – tais como ocupações de ferrovias – poderiam surtir importantes efeitos.

A militante conta também que antes de existir a Rede Justiça nos Trilhos o MST já realizava lutas contra a Vale na região e que a articulação com os Missionários Combonianos se deu antes do nascimento da rede. Contudo, a integração da rede à Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, o respaldo jurídico dado às ações e especialmente, as possibilidades de pautar importantes questões e dar uma boa divulgação das lutas e ações são apontados pelo MST como os principais pontos de importância sobre atuar nesta rede.

5.3 Comunicação, diálogo e a luta pelo comum

Um dos porquês citados pelo MST sobre a importância de estar em rede fala sobre a ampliação das possibilidades de divulgação de suas lutas e ações. Compreendendo as redes como espaço de interação entre diferentes, interessava-nos saber de que modo se estabelecem as relações e os diálogos entre o MST e os demais sujeitos integrantes da Rede Justiça nos Trilhos e também de que modo as moradoras e moradores de um espaço sob organização do movimento percebem a rede e com ela estabelecem relações.

Para organizar elementos que possibilitassem tal análise, ao longo das experiências de campo, sentimos a necessidade de selecionar, dentre as organizações integrantes da Rede Justiça nos Trilhos, uma com quem o MST estabelecesse relações para além de suas diferenças. Esta escolha se construiu no processo que é a própria história dos sujeitos que atuam em Açailândia e, conseqüentemente, no processo que a pesquisa se torna. Deste modo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município se apresenta enquanto essa organização.

Tal escolha se deve ao fato de o sindicato e o movimento organizarem juntos, desde maio de 2007, as famílias que habitam a área onde antes funcionou a fazenda Conquista. Objeto de desentendimento, a ocupação da terra é um ponto emblemático no histórico de conflitos entre as duas entidades. Entre as famílias assentadas no Francisco Romão – sob coordenação do sindicato –, e as famílias acampadas no João do Vale – sob coordenação do movimento –, o sentimento é de que uma entidade havia retirado um espaço que era cabido à outra.

No caso das famílias acampadas no João do Vale, os questionamentos eram ainda maiores. Durante a atividade organizada pelo Projeto Rondon, algumas moradoras e moradores entrevistaram para falar de seu descontentamento em relação ao fato de o MST ter ocupado uma terra e posteriormente ter aberto mão de parte dela para o sindicato. Embora expressassem um sentimento de posse, de propriedade, aquelas falas chamavam a atenção para a existência do conflito que já havia sido expressado na fala de Divina Lopes durante entrevista.

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia data do início da década de 1980, quando funcionava como delegação do município de Imperatriz. Naquele período, a presidência do sindicato tinha duração de três anos e assim seguiu até 2001, quando passou a ser de quatro anos. Em meio a um forte processo de disputas pela direção, Francisco Martins (Tico) fez parte do grupo de oposição que em 1992 enfrentou a repressão policial e venceu as eleições da entidade, tornando-se seu presidente entre 1996 e 1998 e posteriormente em 2008.

Entre a entrevista realizada durante a primeira inserção em campo e a conversa tida durante o segundo período de vivência, na última, Tico parecia demonstrar mais segurança em falar sobre sua história e a história da entidade que, vezes por outra, se confundiam. Esse foi um dos pontos positivos da opção pela cartografia, uma vez que foi, por meio desse método, que pouco a pouco se deu a quebra de um estranhamento completo que havia de início entre pesquisadora e pesquisado.

Já não se tratava mais de um primeiro contato, frio, por assim dizer, entre uma pesquisadora e um sindicalista que falaria sobre a história da entidade que ele compõe. As experiências de campo já nos haviam possibilitado outros encontros, entre os quais, o ocorrido durante a mobilização que interditou a estrada Novo Oriente. Ao passo que acontecia, o reencontro tornava mais evidente que a pesquisa que era produzida posicionava-se – como se posiciona toda pesquisa – politicamente em defesa daquelas reivindicações.

Na conversa realizada, Tico revela que sua mudança de São Domingos do Maranhão – interior do estado – para Açailândia ocorreu em 1988, durante o processo de ocupação da fazenda Novo Oriente, do qual participou sua família. Tal relato nos permite compreender que se trata de uma história pessoal com centralidade na luta pela terra. Além disso, Tico relata que, antes de ter sido eleito

presidente pela primeira vez, participou do trabalho de massificação das ações do sindicato nos bairros, processo semelhante ao relatado pelo MST.

Data daí, segundo relata Tico, o diálogo entre as duas entidades: *“Em setembro de 1995 teve início a nossa articulação com o MST. Nós atuamos juntos no trabalho de conscientização das famílias para estarem dentro do processo de reforma agrária”*²⁸. Após esse movimento, as duas entidades realizam, conjuntamente, a ocupação da área onde hoje funciona o assentamento Califórnia. Depois de ocupada, decidiu-se, em comum acordo, que a área onde atualmente vivem 169 famílias, deveria ficar sob coordenação do MST.

Na tentativa de compreender as diferenças entre as entidades, durante a segunda vivência realizada em Açailândia, conversei com o militante José Luís Costa, assentado no Califórnia, que falou também do trabalho conjunto realizado na década de 1990 entre MST, paróquias, sindicatos e associações de bairro. Quando questionado, citou o histórico de apadrinhamento dos sindicatos rurais, além da falta de autonomia em relação aos governos e destacou que a principal diferença em relação ao movimento diz respeito às táticas.

Entre as táticas citadas por José Luís, está o trabalho de base, que poderíamos compreender como processo de formação e aproximação entre entidades e sujeitos que se pretendem organizar. Ao que pareceu, a crítica reside no fato de esta não ser atualmente uma das prioridades do sindicato, ainda que a entidade tenha auxiliado no desenvolvimento desse trabalho durante a década de 1990. Contudo, durante entrevista, Tico fala sobre uma reivindicação atual do sindicato, que embora não atente para a formação, fala sobre a proximidade.

Segundo relata, a eleição dos delegados sindicais se dá por estatuto, eleição ou nomeação e a importância de tê-los nos assentamentos diz respeito à aproximação do sindicato à comunidade e também ao papel de representação. No caso do assentamento Francisco Romão, a assentada Luziane Silva – que, junto com Divina Lopes dirigiu a reunião de negociação com a Vale – cumpre tal papel. Assim, embora não tenha como prioridade o trabalho de base, o sindicato mostra na sua prática a importância de manter nos assentamentos as figuras consolidadas.

De volta ao passado, um episódio ficou marcado na história: no dia 17 de abril de 1996, dezenove sem terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará

²⁸ Francisco Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia, em entrevista concedida em 27 de janeiro de 2012, durante vivência realizada no município de Açailândia – MA.

no chamado Massacre de Eldorado dos Carajás. Dentre os militantes estava Oziel Alves, militante que atuou ao lado de Tico e outros no trabalho realizado na periferia de Açailândia. De algum modo, a dor e a revolta dessa e de outras perdas, evidenciaram ainda mais a importância e a necessidade de se cercar de solidariedade e organizar de forma articulada as lutas pela terra.

O impacto de episódios como o Massacre de Eldorado de Carajás, empurram os sujeitos que se organizam em torno da pauta da reforma agrária à necessidade de fortalecer os laços entre si. Além disso, ilustram a violência sofrida no campo e a forte repressão do estado às lutas sociais. Destaca-se ainda o papel das mídias hegemônicas como ponto fundamental de apoio às ações de repressão. Tais mídias, quando não criminalizam os movimentos e suas mobilizações, as silenciam, tornando-as invisíveis ou, aos olhos de muitos, inexistentes.

Nesse sentido, quando questionado sobre qual a importância do MST para o sindicato, o sindicalista afirma que nos lugares onde a luta pela terra é mais forte, não costuma ser comum essa aliança e, ao que pareceu, isso se dá por conta das ações mais radicalizadas presentes no modo de atuar do movimento, o que tem mudado: *“Há hoje uma militância mais nova e um novo jeito de militar. Antes o MST não falava em recuar, somente em avançar. Mas há vezes em que recuar faz-se necessário para avançar de verdade”*.

Se, num primeiro momento, o sindicato se referia ao MST como uma relação de parceria, agora a fala apresentava uma importante mudança: *“O MST não é parceiro, é aliado político”*. Nesse processo, Tico cita a importância da paróquia São João no intermédio dos conflitos e atuação na união. Por fim, o sindicalista confirmou uma impressão: a ação que bloqueou a estrada Novo Oriente serviu para concretizar a aliança da Rede Justiça nos Trilhos e conclui: *“Nesse movimento prevalece o que é comum”*.

Comunicação para mobilização

Lembramos que um dos elementos citados pelo MST sobre a importância de estar na Rede Justiça nos Trilhos falava sobre a boa divulgação das lutas e das ações. Inesita Araújo (2000) tratará da importância atribuída à comunicação pelo movimento e destacará algumas mudanças nas práticas discursivas. Para a autora, tais práticas compõem um cenário formado basicamente pela comunicação para o

desenvolvimento e a educação popular, tipos de intervenção social presentes nos discursos e nas ações daquelas e daqueles que as produzem.

No cenário da comunicação rural, Araújo (2000, p.46) destaca a existência de núcleos de produção ou execução de políticas sociais ou públicas e conseqüentemente de práticas discursivas com objetivos e ações distintas. Entre eles destaca as organizações governamentais, as religiosas, as universidades, as organizações privadas de promoção social ou organizações não-governamentais e as organizações representativas da população. O MST, assim como os sindicatos e as associações, estaria localizado neste último núcleo.

Para a autora, uma das principais características destes núcleos é o intenso diálogo com sua base, o que tem lhes levado a repensar suas práticas discursivas, uma vez que estas atuam como forma de viabilizar seus objetivos. A este exemplo está o redimensionamento da comunicação realizada pelo MST que, para a autora, viveu uma significativa fase de transição que incluiu a mudança de pressupostos comunicativos, ou mesmo de suas funções.

No princípio, a comunicação desenvolvida pelo movimento atendia basicamente às funções de mobilização – com cartazes, panfletos e folhetos – e de fonte alternativa de informação à imprensa, com o Jornal dos Sem-Terra. Após o repensar de suas atividades comunicativas, as novas funções atribuídas a elas passaram a ser o apoio ao processo de organização e capacitação de assentadas e assentados e a divulgação do movimento a outros segmentos da sociedade, com vistas à construção de alianças (ARAÚJO, 2000, p.80).

Atualmente, além das ferramentas citadas, o MST conta com a produção de cartilhas, programas de rádio e da publicação bimestral da “Revista Sem Terra”, além do boletim eletrônico “Informativo Letra Viva” e sua página na internet que dispõe informações sobre o movimento e suas linhas de atuação, e disponibiliza notícias, entrevistas, poemas, poesias, artigos, textos, livros, vídeos, filmes e produtos por meio de uma biblioteca, videoteca e loja virtuais.

A *internet* e as redes sociais têm sido também um importante espaço de divulgação de informações do movimento. Os perfis no Youtube, Facebook e Twitter²⁹ reúnem centenas de milhares de seguidores que recebem suas

²⁹ Na *internet*, os perfis referentes ao MST podem ser acessados pelos respectivos endereços: Youtube: www.youtube.com/user/videosmst/ / Facebook: www.facebook.com/MovimentoSemTerra/ / Twitter: www.twitter.com/MST_Oficial.

atualizações. A ampliação do espaço de alcance e a redução do tempo necessário para que circulem as informações são algumas das características desse modo de comunicar apoiado nas tecnologias de comunicação e de informação que, como apontam autores como Parente (2010), exercem um papel estruturante na ordem mundial.

Na sociedade contemporânea, as tecnologias de comunicação e informação desterritorializam o espaço e o tempo da história das culturas orais e escritas. O espaço não é uma realidade inerte que preexiste às nossas ações e modos de vida. Todas as culturas definem as formas de um real para além do real imediato, da atualidade, mas é a primeira vez na história da humanidade que a realidade do aqui e agora se encontra imersa nas tramas de uma temporalidade maquínica, que, a cada dia que passa, vai tornando mais complexo e espesso nosso aqui e agora (PARENTE, 2010, p.94).

Queremos atentar, porém para uma questão: Parente (2010, p.92-93) chega a atribuir às redes o papel de “paradigma e de personagem principal das mudanças em curso” ou mesmo a afirmar que “as mudanças são causadas em grande parte pelas novas tecnologias de comunicação e informação”. Mesmo em meio a uma série de eventos políticos que por conta das mídias sociais tomam proporções nunca antes vistas, mobilizando multidões, não temos acordo sobre atribuir as mudanças às tecnologias, mas sim aquelas e aqueles que as operam.

Salvo esta diferença, temos acordo com a defesa central de Parente (2010) sobre as redes: elas são capazes de implicar mudanças no espaço, no tempo e, sobretudo, na subjetividade. Com base em Foucault, Deleuze e Guattari, o autor sustenta a tese de que a subjetividade depende cada vez mais de uma infinidade de sistemas, entre eles as tecnologias da informação e comunicação que, por sua vez, são capazes de criar um inconsciente que interage e transforma outros inconscientes, como os econômicos, psicológicos e linguísticos.

O campo conceitual de subjetivação surge no trabalho de Foucault e é retomado por Deleuze e Guattari. Todos estão de acordo em afirmar que a subjetividade é engendrada, produzida, pelas redes e campos de força sociais. Por um lado, o sujeito é processual e não uma essência ou uma natureza: não há sujeito, mas processo de subjetivação. Por outro lado, a subjetivação é o processo pelo qual os indivíduos e coletividades se constituem como sujeitos, ou seja, só valem na medida em que resistem e escapam tanto aos poderes quanto aos saberes constituídos. Os poderes e saberes suscitam resistências. O que resiste é uma força que em vez de afetar e ser afetada por outras forças vai se autoafetar. Esta autoafetação é a dobra, autorreferente, auto-organizada (PARENTE, 2010, p.96).

No caso da Rede Justiça nos Trilhos, talvez o próprio surgimento como campanha já seja sinal da importância atribuída à comunicação dentro de um processo de disputa de consciências e de produção de subjetividades. Por isso há, em paralelo e em oposição à comunicação e ao processo de produção de subjetividades elaborado pela Vale, o desejo de organizar uma comunicação que sirva para gerar e manter os vínculos a serem fortalecidos pela interação, tal como propõe Simeone Henriques (2007).

Assim, coloca-se como necessário que um projeto de mobilização permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução. Isso significa dizer que a comunicação deve ser planejada para estimular a participação destes públicos, devendo estar orientada pelo sentimento de coresponsabilidade (HENRIQUES, 2007, p.21).

De acordo com o autor, entende-se que no processo de mobilização social a geração e manutenção de vínculos dos públicos com o movimento figura como função básica da Comunicação, articulada às outras funções, como a difusão de informações, promoção da coletivização, registro da memória e fornecimento de elementos de identificação com a causa e o projeto. Em se tratando desse processo, há também a necessidade que a comunicação parta de uma proposta ética, apresentando-se como educativa, dialógica e libertadora.

Nesse sentido, faz-se importante destacar as ações de comunicação realizadas pela Rede Justiça nos Trilhos. Além do site, do boletim eletrônico e de uma página no *Facebook*³⁰ – voltado a outro público que não as comunidades –, para auxiliar no processo de mobilização a rede aposta em visitas às comunidades urbanas, rurais e tradicionais – com idas às casas e reuniões coletivas – e no desenvolvimento de ações pela arte – como foi o espetáculo teatral intitulado *Que trem é esse?* – e vídeos – como foi o caso do documentário *Não Vale* –.

A comunicação é um campo muito novo para nós, porque nós estamos ainda na etapa de estruturar nossa capacidade de comunicar. Nessa estruturação a gente percebe que já existe um processo, uma outra comunicação paralela, muito mais estruturada, sistematizada, que vem de uma longa experiência. E nós, por enquanto, nem conseguimos elaborar bem a nossa estratégia. E enquanto não elaboramos a nossa, estamos

³⁰ A página eletrônica da Rede Justiça nos Trilhos pode ser acessada pelo endereço: www.justicanostrilhos.org. Já no Facebook, sua página pode ser acessada pelo *link* reduzido: <http://migre.me/fcjB8>.

tentando uma maneira de enfrentar a deles. Algumas coisas que a gente percebe são que: a estratégia da Vale vem mudando nesses últimos anos. Faz pouco tempo que a Vale entrou nas comunidades. Porque, geralmente, antes, ela mantinha uma postura mais distanciada, investia mais na propaganda massiva, saía na televisão, *outdoor*, rádio, eventos. Agora, sobretudo pelo fato que precisa mesmo entrar nas comunidades por conta da duplicação dos trilhos, ela vem entrando nas comunidades com todos esses atores que chegam até a vestir realmente a nossa mesma camisa do problema. Às vezes esses atores vêm dos próprios movimentos sociais: são assistentes sociais, comunicadores, pessoas que até nos trajes não são mais as pessoas do terno e paletó ou com o uniforme da Vale, mas são pessoas que, como uma vez brincavam, usam chinelo. Então para nós é uma situação toda nova.³¹

A exibição do documentário Não Vale no acampamento

Com exceção do *site* e demais conteúdos disponíveis na *internet*, o primeiro contato com os materiais produzidos pela Rede Justiça nos Trilhos se deu durante a primeira inserção em campo, durante a visita à biblioteca da paróquia São João. Além do rico arquivo de jornais e revistas do Brasil e do mundo que tratavam sobre os problemas enfrentados na região e conseqüentemente, da articulação de sujeitos sociais na tentativa de reverter a situação, havia também panfletos e outros materiais produzidos pela rede, como era o caso do documentário *Não Vale*.

O documentário *Não Vale! – um filme sobre o impacto da Vale em Carajás*³², de Silvestro Montonaro, foi produzido em 2010 com o objetivo de documentar, ao longo de 75 minutos, os impactos socioambientais e conflitos trabalhistas provocados pela mineradora em sua área de atuação. A produção traz uma série de entrevistas e depoimentos de pessoas moradoras das periferias ou áreas impactadas localizadas no municípios do Pará e Maranhão; ex-trabalhadoras e trabalhadores adoecidos, demitidos e perseguidos; além de especialistas.

Na segunda experiência de campo, desta vez voltada principalmente à tentativa de compreender como as moradoras e moradores de um espaço sob organização do MST compreendiam a Rede Justiça nos Trilhos, a ideia sobre reunir um grupo do acampamento João do Vale e exibir o documentário parecia não só auxiliar nessa percepção, mas também identificar se aquela se tratava de uma comunicação cuja heterogeneidade dos grupos que compunham a rede se expressava de forma marcada.

³¹ Padre Dário Bossi, Missionário Comboniano, em entrevista concedida em 18 de julho de 2011, durante vivência realizada em Açailândia – MA.

³² O DVD do documentário vinha acompanhado de uma revista de aprofundamento sob o mesmo título. O *trailer* do filme pode ser assistido por meio do acesso do *link* reduzido: <http://migre.me/fcm81>.

Durante a exibição que, conforme relatamos no capítulo anterior, foi realizada no período da noite e contou com a participação de oito pessoas, foi possível observar as reações de estranhamento, mas, sobretudo de identificação com as falas e as personagens reais que seguiam sendo apresentadas. O ponto alto da exibição aconteceu quando uma parte das moradoras e moradores que assistiam ao documentário reconheceu entre as entrevistadas uma parente de uma das famílias acampadas.

A extensão do documentário e o avançar da hora durante aquela noite não possibilitaram a realização de uma roda de conversa entre as moradoras e moradores que participaram da sessão. Porém, as intervenções e comentários realizados ainda no momento da exibição, mostravam o quanto o material produzido pela rede era rico em conteúdo de formação e apresentava narrativa e personagens que, em suas diferentes histórias, falavam sobre um conflito e uma necessidade de enfrentamento comum.

A partir da exibição do documentário, foram realizadas entrevistas com algumas das moradoras e moradores que participaram do grupo, entre os quais o seu Raimundo Nonato, também conhecido como “seu Doca da carroça”. Enquanto essa entrevista era realizada, seu Antônio Bernardino acompanhava atentamente cada pergunta e resposta e em alguns momentos chegou a intervir no sentido de auxiliar. Era essa também uma forma de demonstrar o quanto ele se sentia parte do processo de pesquisa.

Seu Doca da carroça nasceu em 1958 no município de Vitorino Freire, interior do Maranhão. Tendo fugido da seca que lhe causou a perda de uma roça, mudou-se para Açailândia em 1980. Afirma não saber ler e não ter profissão e fala sobre as dificuldades enfrentadas em uma família que, com ele, contava com dezesseis irmãos. Foi ele o morador que, conforme relatamos, na noite anterior à mobilização que interditou a estrada Novo Oriente, referiu-se à bandeira do MST como sua arma mais importante.

Em 1997, conheceu o MST durante a participação de uma marcha e conta com orgulho o certificado de melhor coordenador recebido das mãos de João Pedro Stédile. Fala dos assentamentos distribuídos pelo país e afirma: “*O MST é a sigla, mas o movimento somos nós! E o intuito da gente é animar os companheiros que estão desanimados*”. Questiono sobre o que pensa sobre a Vale, ao que é

respondido: *“Quanto à Vale eu posso dizer que não achei vantagem, não. Só vou acreditar quando ver os tratores trabalhando”.*

A associação feita por seu Doca foi de imediato a mobilização da qual havíamos participado dias antes. Seu Bernardino interpreta a questão e logo em seguida intervém: *“Ela está procurando se tu achas que a Vale dá lucro ou prejuízo”.* A resposta veio categórica: *“A Vale só dá prejuízo para a gente. Uma vez aconteceu uma queimada e a Prefeitura não culpou a Vale, e sim o MST. É uma empresa que vem lá de fora acabar com o nosso Maranhão. Ela não tem direito de dar prejuízo pra humanidade”.*



Fotografia 18 – A vida que resiste à combustão

Fonte: Foto de Camila Chaves, 2012.

Sobre a Rede Justiça nos Trilhos, nem seu Doca, nem outras moradoras e moradores do João do Vale souberam responder, mas não porque não fizessem parte da experiência da articulação, e sim porque não a conheciam com este nome. Modificando-se o modo de perguntar, as respostas vinham semelhantes àquela dada por seu Doca: *“Moça, eu acho que essa parceria é uma grande vantagem. Os padres sempre estiveram com a gente. O que eu vejo é que quanto mais tipos de movimentos se unem para ganhar força, melhor”.*

Sobre a relação existente entre o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia, seu Doca finaliza com uma fala que sintetiza o sentimento expresso tanto pelo movimento, como pelo Sindicato e também pela Rede Justiça nos Trilhos durante as entrevistas realizadas. *“Antes nós não nos dávamos com esse sindicato, não. A união começou porque eles precisaram do MST para uma luta. A gente participa junto. Cada um tem seus erros e seus acertos, mas nossa luta é comum: é por terra, salário e moradia”*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do mesmo modo como as ações mais cotidianas, o diálogo funciona como tática daquelas e daqueles que resistem e que, em meio às suas diferenças, organizam espaços, articulam mobilizações e apontam para uma luta daquilo que lhes é comum. Em Açailândia, tivemos a oportunidade de perceber, de diferentes modos, a materialização dos processos de disputa. Auxiliaram no amadurecimento sobre essas percepções as reflexões teóricas sobre o espaço, o dialogismo e a rede que, apoiadas no método da cartografia, conferiam centralidade às relações.

Como espaço, Açailândia apresentou-se como objeto e palco das disputas de diferentes sujeitos. Em suas multiplicidades, tais sujeitos fazem diferentes usos desse espaço e estão, também, associados a possibilidades distintas do uso do tempo. Se por um lado, há o tempo veloz do trem que passa sobre os trilhos, fazendo tremer o chão e as casas no entorno da estrada de ferro; por outro, esse tempo contrasta fortemente com o tempo lento das ações que caracterizam o cotidiano daquelas comunidades.

Açailândia foi também reveladora de muitas vozes. Foi lugar de identificação e estranhamento nos encontros que se estabeleceram com distintos outros. Há o *outro* que representa as vastas terras, a velocidade do tempo, a técnica avançada; mas há, principalmente, o *outro* que mobiliza outras técnicas e, dentro de sua lenta relação com o tempo, utiliza-as para lutar por uma nova divisão. Para bem conhecer esses outros e compreender, por meio de suas vozes, a materialidade da noção bakhtiniana de dialogismo, habitar o espaço tornou-se preciso.

Devo adotar o horizonte vital concreto desse indivíduo tal como ele o vivencia; faltará, nesse horizonte, toda uma série de elementos que me são acessíveis a partir do meu lugar; assim, aquele que sofre não vivencia a

plenitude da sua expressividade externa, ele só a vivencia parcialmente e ainda por cima na linguagem de suas auto-sensações internas: ele não vê a tensão sofrida dos seus músculos, toda pose plasticamente acabada de seu corpo, a expressão de sofrimento de seu rosto, não vê o céu azul contra o qual se destaca para mim sua sofrida imagem externa. E mesmo que ele pudesse ver todos esses elementos, por exemplo, diante de um espelho, não disporia de um enfoque volitivo-emocional apropriado a esses elementos, estes não lhes ocupariam na consciência o lugar que ocupam na consciência do contemplador (BAKHTIN, 2003, p.24).

Assim, a cartografia apresentou-se como método de pesquisa e também de experimentação. Foram dois períodos de vivências de campo, um realizado em julho de 2011 e outro em janeiro de 2012. Como em todo processo que envolve sujeitos e suas relações, nesse entretempo alguns episódios no interior da Rede Justiça nos Trilhos colaboravam para por em outro patamar as relações até então estabelecidas entre os sujeitos. O MST foi um exemplo disso que, de mero parceiro, passava a ser considerado como um forte aliado político.

A pesquisa em si também esteve aberta às possibilidades de mudança e pode-se dizer que ela em si também representou um processo. O que era um desejo sobre conhecer a Rede Justiça nos Trilhos para compreender, centralmente, qual era o espaço atribuído à diferença, transformou-se em necessidade de pensar prioritariamente os elementos que colocavam em articulação sujeitos diferentes. A mudança do foco da pesquisa foi importante, sobretudo, porque voltava-se à reflexão sobre o tema do diálogo sob a perspectiva dos movimentos sociais.

Se, tal como no pensamento bakhtiniano, o dialogismo – ou diálogo no sentido mais amplo – é aqui entendido como a presença de outros discursos no interior de um discurso, podemos afirmar que nos espaços de atuação de sujeitos como o MST e outros que compõem a Rede Justiça nos Trilhos, a elaboração de uma pauta comum de reivindicações, a partilha de uma mesma área geográfica e social e a construção de atos, como aquele que interditou a estrada Novo Oriente, são todos expressão do diálogo ou mesmo sua materialização.

Não se trata de soma de afinidades ou eliminação das diferenças dos sujeitos que se põem em articulação. Apontar tais situações como a materialização do diálogo implica em compreendê-las como síntese, como produto de conflitos, disputas, negociações e relações estabelecidas entre distintos sujeitos sociais que, em suas lutas e ações mais cotidianas, organizam-se na tentativa de tornar nítido, no horizonte de muitos, um sonho comum que vai desde a garantia dos direitos mais básicos à ousadia sobre a transformação real da sociedade e da vida.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Johnny; e PASSOS, Eduardo. **Cartografar é habitar um território existencial**. In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2010.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas** / Marília Amorim. -- São Paulo : Musa Editora, 2001.

ARAÚJO, Inesita. **Comunicação rural: o que se faz, o que se pensa**. In: A reconversão do olhar - São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

ATLAS político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão / **Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán**. - Imperatriz, MA: Ética, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. / Mikhail Bakhtin : introdução e tradução do russo Paulo Bezerra : prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. – 4ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2003. – (Coleção biblioteca universal).

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1895-1975. **Marxismo e filosofia da linguagem** : problemas fundamentais do método sociológico da linguagem / Mikhail Bakhtin (v. N. Volochínov) ; prefácio de Roman Jakobson ; apresentação de Marina Yaguello ; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnick e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 14.ed. – São Paulo : Hucitec, 2010.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso**. In. Bakhtin, dialogismo e construção do sentido / organização: Beth Brait. B179 – 2ª ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2010. Páginas: 52-75.

BARROS, Regina Benevides de; e PASSOS, Eduardo. **Diário de bordo de uma viagem-intervenção**. In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2010. Páginas: 172-200.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1998. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Escrita, Leitura, Dialogicidade**. In. Bakhtin, dialogismo e construção do sentido / organização: Beth Brait. B179 – 2ª ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra** / Roseli Salete Caldart. -- 3.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2004. 440 p.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

DELEUZE, Guilles. 1925-1995. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.1 / Guilles Deleuze, Félix Guattari; tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!" - Edição dirigida por um colectivo composto por: José BARATA-MOURA, Eduardo CHITAS, Francisco MELO e Álvaro PINA, tomo III, pág: 378-421. Disponível em: <<http://migre.me/gYt6k>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio São Paulo-SP, Edições Loyola, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**; tradução de Galeno de Freitas, Rio de Janeiro, 1986, Paz e Terra.

GODEIRO, Nazareno (org.). **Vale do Rio Doce**. Nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. - 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso: 10 mai. 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação** / Mauro Luis Iasi - 1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. **A ideologia alemã** / Karl Marx e Friedrich Engels : tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – 3ªed. – São Paulo : Martins Fontes, 2007. – (Clássicos).

MUSSO, Pierre. **A filosofia da rede**. In: *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* / organizador: André Parente. – Porto Alegre: Sulina, 2010. Páginas: 17-38.

NÃO Vale. Direção: Silvestro Montanaro. Produção: **Rede Justiça nos Trilhos**. 2010. 1 DVD (75 min).

PARENTE, André. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação / organizador: André Parente. – Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2010. Páginas: 17-31.

PASSOS, Eduardo; e BARROS, Regina Benevides de. **Por uma política da narratividade**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2010. Páginas: 150-171. Páginas: 150-171.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** – política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes. – São Paulo : Ed. 34, 1996.

RELATÓRIO de Insustentabilidade da Vale 2012. Produzido pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. 17 p. Disponível em: <<http://migre.me/9B7XE>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

REPRESENTAÇÃO. **Documento** encaminhado em dezembro de 2011 ao IBAMA com detalhamento dos problemas causados pela Estrada de Ferro dos Carajás. Disponível em: <<http://migre.me/9s3Eu>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.